

LILIA MARIA CARDOSO ESQUIERRO

**VIOLÊNCIA NA ESCOLA:
O SISTEMA DE PROTEÇÃO ESCOLAR DO GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO E O PROFESSOR MEDIADOR ESCOLAR E COMUNITÁRIO**

**UNISAL
AMERICANA
2011**

LILIA MARIA CARDOSO ESQUIERRO

**VIOLÊNCIA NA ESCOLA:
O SISTEMA DE PROTEÇÃO ESCOLAR DO GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO E O PROFESSOR MEDIADOR ESCOLAR E COMUNITÁRIO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Centro Universitário Salesiano (UNISAL), como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação sob orientação do Professor Dr. Luis Antonio Groppo.

**UNISAL
AMERICANA
2011**

E81v Esquierro, Lilia Maria Cardoso
Violência na escola: o sistema de proteção escolar do governo do Estado de São Paulo e o professor mediador escolar e comunitário / Lilia Maria Cardoso Esquierro.
– Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2011.
102 f.

Dissertação (Mestrado em Educação). UNISAL – SP.
Orientador: Prof. Dr. Luís Antonio Groppo.
Inclui bibliografia.

1. Violência na escola. 2. Mediação de conflitos.
3. Sistema de Proteção Escolar – Brasil. I. Título.

CDD – 371.58

Catálogo elaborado por Terezinha A. Galassi Antonio – CRB-8/2606
Bibliotecária do UNISAL – Unidade Americana

LILIA MARIA CARDOSO ESQUIERRO

**VIOLÊNCIA NA ESCOLA:
O SISTEMA DE PROTEÇÃO ESCOLAR DO GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO E O PROFESSOR MEDIADOR ESCOLAR E COMUNITÁRIO**

Dissertação apresentada como
exigência parcial para obtenção do
grau de Mestre em Educação.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em ____ / ____ / _____, pela
comissão julgadora:

Ass.: _____
Prof. Dr. Luís Antonio Groppo
(Unisal – orientador)

Ass.: _____
Prof. Dr. Renato Kraide Soffner
(Unisal – membro interno)

Ass.: _____
Prof. Dr. Marcos Francisco Martins
(UFSCAR – membro externo)

**UNISAL
AMERICANA
2011**

Dedico este trabalho à minha mãe Nair, ao meu esposo José Carlos, ao meu filho Leon e à minha cachorrinha Luna, que, com paciência, compreenderam o especial momento de entrega despendido para o meu crescimento humano e profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS, em primeiro lugar, que me proporcionou vida, saúde, inteligência, paz e esperança para realizar mais um projeto em minha vida.

Ao Professor Dr. Luis Antonio Groppo, meu orientador, que, com sua atenção, paciência e apoio, me proporcionou abertura de novas oportunidades em minha vida profissional e pessoal.

Ao Professor Marcos, que me orientou no início do meu projeto, e aos Professores Renato, Paulo e Nelito, do programa de mestrado do UNISAL, que me ajudaram na ampliação dos conhecimentos do mundo acadêmico.

À minha irmã Ivete e aos meus sobrinhos Graziela, Gabriela, Rafaela e Vitor, que me incentivam para as novas conquistas.

Às minhas coordenadoras e amigas “Silvias”, que, com respeito e carinho, me ajudaram nas dificuldades.

Às amigas Cidinha Stenico, Regina, Eliana, Devani, Lázara e Elaine, que me incentivaram a concluir o meu projeto.

À Adriana Patrício, que com sua capacidade e carinho fez a revisão do meu projeto.

Aos colegas e amigos do curso de mestrado, pela convivência, carinho e companheirismo.

A todos, o meu muito obrigado e a minha eterna gratidão.

De nada valem as ideias sem homens que possam pô-las em prática.

(Karl Marx)

RESUMO

Esta dissertação procura trazer para discussão, a princípio, as diversas formas de violência, em especial as que ocorrem no espaço escolar, destacando as causas e consequências da violência física, psicológica, simbólica e uma das mais preocupantes no cenário mundial: o *bullying*. Tem por objetivo verificar a existência e as manifestações da violência no ambiente escolar entre alunos, professores, gestores e funcionários, e analisar as estratégias de mediação de conflitos e superação da violência efetivadas pelo Sistema de Proteção Escolar — Programa da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo — que pretende contribuir para uma escola em que o caminho do respeito, da solidariedade, da inclusão, da aprendizagem com qualidade e da paz seja alcançado. Participam como sujeitos da pesquisa duas escolas estaduais da cidade de Piracicaba. A metodologia utilizada no desenvolvimento desse processo apresenta uma análise qualitativa e quantitativa, com uma abordagem interpretativa dos dados. Foi utilizado um questionário objetivo e também um roteiro de entrevista semiestruturada específico para cada segmento da escola. As perguntas foram realizadas visando ao relato de fatos e acontecimentos ocorridos na escola e no ambiente familiar. Segundo os entrevistados, a violência, na maioria das vezes, é exógena, porque os alunos trazem para a escola o comportamento vivido em seu meio, um comportamento apreendido culturalmente. Quanto ao Sistema de Proteção Escolar, em especial no que se refere à atuação do professor mediador, os relatos indicam contribuições muito relevantes para a melhoria do ambiente escolar, ainda que haja limitações.

Palavras-chave: Violências nas escolas. Mediação de conflitos. Sistema de Proteção Escolar.

ABSTRACT

At first, this paper brings for discussion the various forms of violence, especially that which occurs in schools, highlighting the causes and consequences of physical, psychological and symbolic of the worst in the world stage: bullying. It aims to verify the existence and manifestations of violence at school among students, teachers, managers and employees, and propose strategies for conflict mediation and violence through the Sistema de Proteção Escolar — Programa da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo — contributing to a school where the path of respect, solidarity, inclusion, quality of learning and peace is achieved. In the research, two public schools from Piracicaba participated. The methodology used in this development process presents a qualitative and quantitative analysis, an approach to interpreting the data. We used an objective questionnaire, and also a semi-structured interview, specific to each segment of the school. Questions were performed to the reporting of facts and events in school and family environment. The interviewees said that the violence, most often, is exogenous, because students bring to school behavior from their midst, a culturally learned behavior. With the regard to Sistema de Proteção Escolar, particularly about the mediating role of the teacher, the reports indicate very significant contributions to improving the school environment, in spite of the limitations.

Keywords: Violence in Schools. Conflict Mediation. School System Protection.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 VIOLÊNCIA E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	12
1.1 O conceito de violência.....	12
1.2 A violência na escola.....	18
1.3 Tipos de violência escolar e o <i>bullying</i>	22
1.3.1 Consequências comportamentais das vítimas do <i>bullying</i>	26
1.3.2 Protagonistas do <i>bullying</i>	29
1.3.3 Características da personalidade dos agressores do <i>bullying</i>	31
1.3.4 Características dos espectadores do <i>bullying</i>	33
1.3.5 O combate ao <i>bullying</i> nas escolas.....	35
2 O SISTEMA DE PROTEÇÃO ESCOLAR E O PROFESSOR MEDIADOR	38
2.1 O sistema de proteção escolar do Governo do Estado de São Paulo	38
2.1.1 A proposta de combate à violência por meio da mediação de conflito	39
2.2 A mediação de conflitos.....	41
2.4 A mediação de conflito no combate à violência escolar	48
3 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO E AS VOZES DOS SUJEITOS	50
3.1 Metodologia de pesquisa de campo	50
3.1.1 Descrição do questionário e das entrevistas	52
3.2 Entrevistas com diretores, professores, funcionários e professores mediadores.....	54
3.2.1 Relatos dos diretores.....	54
3.2.2 Entrevistas com professores e funcionários.....	58
3.2.3 Professor mediador	63
3.3 Caracterização dos alunos	67
3.3.1 Entrevista dos alunos	68
3.3.2 Aplicação do questionário	72
3.4 Vozes dos sujeitos	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	100

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo contribuir para a compreensão dos envolvidos no processo educacional de um dos maiores desafios do nosso país e do mundo, que é a violência na escola, irrompendo e transformando o cotidiano da sociedade. A questão da violência e da segurança cidadã é fonte de preocupação não apenas no Brasil, mas também em muitos países.

A preocupação cresce quando se verifica, por meio de diversas pesquisas, que tal violência continua a ter nossos jovens como principais atores e vítimas. É nessa categoria social a maior incidência de violência como homicídio, suicídio ou acidente de trânsito.

De acordo com a Organização Panamericana de Saúde (1985), a juventude e a adolescência se diferem em suas especificidades fisiológicas, psicológicas e sociológicas. Sendo que, no processo biológico, se processa o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade. Já o conceito de juventude se resume a uma categoria essencialmente sociológica, que indica o processo de preparação para o indivíduo assumir o papel de adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional.

Segundo Waiselfisz (2011, p. 6), “[...] conhecer ou reconhecer os problemas e sua magnitude é um passo imprescindível para agir no sentido de equacioná-lo”. Ainda segundo o autor, estamos falando de um dos direitos humanos fundamentais; “[...] o direito à vida sem o qual nenhum dos direitos tem o mínimo sentido ou significação”.

O primeiro capítulo tem a finalidade de conceituar os tipos de violência que ocorrem na sociedade, com suas consequências para a vida desses jovens e as implicações para a saúde física, mental e emocional dos envolvidos em situações de conflitos e violência, tanto no âmbito familiar, quanto no escolar e social.

Apesar de ainda existir dificuldades para definir o que se nomeia violência, alguns elementos consensuais sobre o tema podem ser delimitados: a noção de coerção ou força; o dano que se produz em indivíduo ou grupo de indivíduos pertencentes à determinada classe ou categoria social, gênero ou etnia. (WASELFISZ, 2011, p. 10) As violências classificadas como incivildades e microviolências ocorrem nos dias de hoje em todas as classes sociais, gênero e etnia, se apresentam como fenômeno múltiplo e complexo.

Segundo o autor,

Há violência quando, em uma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, e, suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1989 apud WAISELFISZ, 2011, p. 10).

A violência aos jovens e adolescentes de maneira geral tornou-se um problema de difícil solução e a escola precisa compreender a adversidade inclusive da violência que ultrapassa os seus limites para ajudar a sociedade na busca de soluções a curto e longo prazo para minimizar o problema que afeta a todos.

O segundo capítulo vem com a proposta do combate à violência por meio da mediação de conflito, tentando elucidar o que é a mediação de conflitos e os usos mais recorrentes nesse processo. Atualmente, assistimos a cultura de violência, na qual as escolas não escapam. Para inverter essa tendência, torna-se necessário desenvolver uma educação para a convivência e para a resolução de conflitos.

As escolas podem resolver seus conflitos com a ajuda de um professor mediador, ou por meio de uma equipe gestora que tenha conhecimento do processo de mediação. A mediação feita pelo diálogo constitui uma forma de prevenir futuros conflitos, pois apela a um espírito de colaboração, respeito e responsabilidade e não a cultura de culpa e imposição de soluções.

O conflito é uma parte inevitável da vida e geralmente ocorre entre pessoas com convívio diário, seja na família, no trabalho ou na escola. A mediação de conflitos é um processo no qual duas ou mais pessoas buscam soluções para resolução de seus problemas, tendo na pessoa do mediador a imparcialidade, num clima de respeito e de confiança. O mediador contribui para que as partes envolvidas no problema cheguem voluntariamente a um acordo, buscando um caminho pacífico para solucionar seus conflitos.

Diante dos problemas de conflitos no ambiente escolar a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo nos acena com um programa denominado Sistema de Proteção Escolar, no qual o foco é o Professor Mediador Escolar e Comunitário. O programa coordenará o planejamento e a execução de ações destinadas à prevenção, mediação e resolução de conflitos no ambiente escolar. Esse programa está sendo implantado nas escolas da rede pública de maneira descentralizada e gradativa, mapeando as unidades escolares e regiões de maior vulnerabilidade, conflitos e violência.

Esse é o foco principal do terceiro capítulo, em que se busca entender as concepções de violência diagnosticadas no Manual de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania, sendo este uma ferramenta que tem como objetivo orientar as ações dos gestores, professores, funcionários e professor mediador, com a finalidade de melhorar a segurança nas nossas escolas e proporcionar um ambiente adequado para o desenvolvimento intelectual e social das crianças e dos jovens paulistas.

O terceiro capítulo também mostrará uma análise feita em duas escolas estaduais do município de Piracicaba, por meio qual se procura compreender como os conflitos e a violência interferem nas relações sociais e de aprendizagem dos seus alunos e prejudicam o clima do ambiente escolar e como a intervenção do professor mediador pode contribuir para a sua melhoria. Por meio de questionários e entrevistas dirigidos a todos os segmentos, pudemos perceber a escassez do diálogo, principal instrumento na mediação de conflitos e resolução de problemas.

1 VIOLÊNCIA E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

1.1 O conceito de violência

Este primeiro capítulo tem o objetivo de conceituar, de acordo com alguns autores, as formas de violência que mais comumente ocorrem na sociedade. Pretende destacar lugares distintos como a família, a escola, o bairro e o cotidiano de todas as classes sociais, com suas implicações para a saúde física, mental e emocional dos envolvidos, e suas consequências para a sociedade. Por meio das bibliografias estudadas, analisaremos como a violência interfere nas relações pessoais e sociais dos indivíduos, afetando toda sociedade e causando problemas que desestruturam suas relações e o meio em que se vivem.

Neste capítulo também será abordado um mal que atinge todas as camadas sociais: o *bullying*, que, como veremos, causa graves consequências psíquicas e comportamentais para as suas vítimas e também para os agressores. Analisaremos a escola como local onde os indivíduos estão suscetíveis ao *bullying* e os problemas decorrentes em sua aprendizagem.

A violência é atualmente um tema recorrente na imprensa mundial, nas Políticas Públicas dos governos e uma das principais preocupações da sociedade. Para Abramovay (2002, p. 49), a violência é um fenômeno que vem tendo destaque cada vez maior no mundo contemporâneo, sendo cotidianamente discutido, o que leva à necessidade de se analisar o contexto em que ele se inscreve. A violência pode apresentar três dimensões. A primeira, nos casos que envolvem danos físicos que indivíduos podem cometer contra si próprios ou contra os outros; a segunda é o conjunto de restrições que se dá no plano das instituições e que impede que os indivíduos usufruam plenamente de seus direitos fundamentais, abrangendo, portanto, as modalidades da violência simbólica e institucional; a última corresponde às incivildades e microviolências, que costumam ser as modalidades mais recorrentes de violência e comuns no cotidiano.

Em seu “Relatório Mundial sobre a Violência e a Saúde”, a OMS, (2002, p. 5), a Organização Mundial de Saúde define violência como:

Violência é uso intencional da força física ou o poder, real ou por ameaça, contra a pessoa mesma, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade que possa resultar em ou alta probabilidade de resultar em morte, lesão, dano psicológico, problemas de desenvolvimento ou privação.

Ainda de acordo com o Manual de Proteção Escolar e Proteção da Cidadania (2009, p. 12), a Organização Mundial da Saúde, em seu relatório de

(2002), adota um conceito amplo de violência, pois abrange não somente os danos materiais ou psicológicos decorrentes dela, mas também a ameaça ou a intenção de causar dano. Ressalta ainda que a violência não se resume a atos praticados por indivíduos, mas também abarca ações, ameaças e abuso de poder exercidos no âmbito da família, da comunidade e das instituições.

Segundo a OMS (apud SÃO PAULO, 2009, p.12), a violência pode ser dividida em duas modalidades: violência interpessoal e violência coletiva. A violência interpessoal ocorre entre indivíduos e consiste em agressões praticadas no âmbito da família envolvendo crianças, companheiros, jovens e idosos, ou no âmbito da comunidade entre pessoas conhecidas ou não. A violência coletiva subdivide-se em violência social, política ou econômica. Enquadra-se nesse tipo de violência a exclusão socioeconômica, a discriminação e o racismo, dentre outros. Pode ser praticada por indivíduos ou pelo Estado.

Em seu relatório, a Organização Mundial de Saúde ainda destaca a existência de quatro modalidades de atos violentos:

a) violência física: de acordo com Minayo (apud SÃO PAULO, 2009, p. 12), significa o uso da força física para produzir lesões, traumas, feridas, dores ou incapacidade em outra pessoa;

b) violência psicológica: diz respeito a agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar, rejeitar e humilhar a vítima, restringir a liberdade ou ainda isolá-la do convívio social. (MINAYO apud SÃO PAULO, 2009);

c) violência sexual: diz respeito ao ato ou jogo sexual que ocorre nas relações hetero ou homossexuais e visa estimular a vítima ou a utilizá-la para obter excitação sexual e práticas eróticas, pornográficas e sexuais, impostas por meio de aliciamento, violência física ou ameaças. (MINAYO apud SÃO PAULO, 2009). O abuso sexual é o que ocorre para obtenção de prazer sexual. Esse prazer não é obtido apenas por meio de relações sexuais; pode ocorrer em forma de carícias, de manipulação dos órgãos genitais, *voyeurismo* ou atividade sexual com ou sem penetração vaginal, anal ou oral;

d) privação ou negligência: ato de omissão em prover as necessidades básicas para desenvolvimento de uma pessoa, incluindo comida, casa, segurança e educação;

O abuso contra criança ou adolescente é uma violência que pode ser tipificada das seguintes formas, de acordo com a Secretaria da Educação de São Paulo no Manual de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania (2009, p. 13):

- a) negligência: ato de omissão, por parte dos pais ou dos responsáveis pela criança ou adolescente, em prover as necessidades básicas para seu desenvolvimento, comida, casa, segurança e educação.
- b) abandono: semelhante à negligência, envolve a ausência dos pais ou dos responsáveis pela criança ou adolescente, deixando-o desamparado, sem habitação e exposto a várias formas de risco.
- c) violência física: uso da força física, não acidental, por agente agressor adulto que, normalmente, é o pai ou o responsável pela criança ou adolescente.
- d) violência sexual: exploração sexual, prostituição infantil, pornográfica.

A violência de gênero é qualquer ameaça, ação ou conduta, baseada no gênero, que cause dano físico, sexual ou psicológico. É um tipo de violência interpessoal que ocorre mais frequentemente dentro de casa, entre os membros da família, companheiros, conhecidos, mas que também pode ocorrer em ambientes públicos, envolvendo desconhecidos. (SÃO PAULO, 2009, p. 13).

A violência contra a mulher é classificada como violência de gênero. De acordo com Schariber e D'Oliveira (apud SÃO PAULO, 2009, p. 13), a expressão “violência contra a mulher” foi cunhada pelo movimento social feminista na década de 1970 e diz respeito a situações tão diversas como:

- a) violência física, sexual e psicológica cometida por parceiros íntimos;
- b) estupro;
- c) abuso de meninas;
- d) assédio sexual no local de trabalho;
- e) violência contra a homossexualidade;
- f) tráfico de mulheres;
- g) turismo sexual;
- h) violência étnica e racial;
- i) violência cometida pelo Estado por ação ou omissão;
- j) mutilação genital feminina;
- k) violência e assassinatos ligados a dote;
- l) estupro em massa nas guerras e conflitos armados.

A violência pode assumir diversas formas e caracteriza-se por ser um fenômeno social dinâmico e mutável. Isso significa que suas representações, dimensões e significados passam por adaptações ao passo que as sociedades se transformam, dependendo do momento histórico, da localidade, do contexto cultural, entre outros fatores (ABRAMOVAY et.al, 2006, apud SÃO PAULO, 2009, p. 14).

O crime também é um fenômeno social e pode envolver violência, mas nem toda violência é crime. Amaral (2008 apud SÃO PAULO 2009, p. 14) definem crime como a violência reprimida pela lei.

Segundo Dubet (1998, apud SÃO PAULO, 2009, p. 13), “[...] a violência escolar aparece como expressão de um processo de desinstitucionalização, em que a escola vem perdendo progressivamente sua capacidade socializadora, ou seja, sua capacidade de inserir indivíduos numa determinada ordem social”.

Por caracterizar-se como um fenômeno complexo e reflexo das violências existentes no âmbito social, a violência escolar pode manifestar-se de variadas formas, incluindo agressões no âmbito do relacionamento interpessoal (violência física, verbal, psicológica ou sexual, ameaça de gangues), ações contra o patrimônio público (depredações, pichações, ameaça de bomba, arrombamentos, sabotagens), ações contra os bens alheios (furto, roubo, vandalismo) e uso e tráfico de drogas. (DUBET, 1998 apud SÃO PAULO, 2009, p. 13).

Vários autores discorrem sobre a violência na escola, um assunto tão discutido atualmente na mídia e em toda sociedade, tratado sob várias concepções, por ser tão complexo.

Na literatura contemporânea, sociólogos, antropólogos, psicólogos e outros especialistas privilegiam a análise da violência praticada entre alunos ou de alunos contra a propriedade (vandalismo, por exemplo) e, em menor proporção, de alunos contra professores e de professores contra alunos (ABRAMOVAY, 2002, p. 21).

Charlot e Émin (1997 apud ABRAMOVAY, 2002, p. 21) referem-se à dificuldade em definir violência escolar, não somente pelo fato de ela remeter aos “[...] fenômenos heterogêneos, difíceis de delimitar e ordenar”, mas, também, por desestruturar representações sociais que têm valor. Por exemplo, a ideia de infância (associada à ideia de inocência) e a de escola (compreendida como refúgio da paz).

Ainda de acordo com Abramovay, outro fator que dificulta a apreensão e a análise da violência — em particular da violência escolar —, segundo a autora, é o fato de que não existe consenso sobre o significado de violência. O que é caracterizado como violência varia em função do estabelecimento escolar, do *status*

de quem fala (professores, diretores, alunos etc.), da idade e, provavelmente, do sexo.

A violência é um termo muito complexo, mas sempre que falamos nela nos referimos a relações desiguais, em que alguém tenta dominar, agredir física e emocionalmente ou, ainda, se omitir de seu papel em relação ao outro. (NJAINÉ e MINAYO, 2003, apud CECCON, 2009, p. 36)

Charlot (1997 apud ABRAMOVAY, 2002, p. 21) ampliam o conceito de violência escolar, classificando-a em três níveis:

a) violência: golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes, vandalismos;

b) incivildades: humilhações, palavras grosseiras, falta de respeito;

c) violência simbólica ou institucional: compreendida como falta de sentido de permanecer na escola por tantos anos; o ensino como um desprazer, que obriga o jovem a aprender matérias e conteúdos alheios aos seus interesses; as imposições de uma sociedade que não sabe acolher os seus jovens no mercado de trabalho; a violência das relações de poder entre professores e alunos; a negação da identidade e da satisfação profissional aos professores; a obrigação de suportar o absenteísmo e a indiferença dos alunos.

Esse sentimento de insegurança, insatisfação e desrespeito reflete o sentimento de todos que estão presentes ou em contato com as escolas públicas.

Segundo Abramovay (2002, p. 22), em diversas partes do mundo e no Brasil, pesquisadores têm procurado reafirmar o conceito de violência considerando a população-alvo os jovens e o lugar da escola como instituição. Nesse sentido, a literatura nacional contempla não apenas a violência física, mas acentua a ética, a política e a preocupação em dar visibilidade a “violências simbólicas”. Por exemplo, a quebra de diálogo, da capacidade de negociação que, de alguma forma, é a matéria-prima do conhecimento, da aprendizagem, da socialização e da educação. Assim, as violências são atos que invalidam a possibilidade da relação social que se instala pelo diálogo, pelo uso das palavras, pela comunicação e pelo conflito.

No entanto, a abordagem de Chauí (1999) aproxima ainda mais o conceito de violência das questões políticas e sociais advindas da concepção neoliberal, da “coisificação” humana e da violação dos direitos humanos. Contrapondo violência e ética, a autora afirma que

[...] violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror. A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos e inertes ou passivos (CHAUÍ, 1999, apud SCHILLING, 2004, p. 38).

A violência a que crianças e jovens estão sujeitos na sociedade e, em particular, na escola não pode ser descontextualizada da violência percebida no meio familiar e social. A criança socializa-se na família e fora dela, ou seja, desde muito cedo com suas relações interpessoais, na creche, na escola, nas brincadeiras nos contatos informais com pessoas e fatos. Nesse sentido, os processos de socialização escolares não podem ser descontextualizados dos que ocorrem nas famílias e na sociedade.

Assim, de um lado, esse processo ocorre na convivência direta na família, no bairro, na escola, no grupo de pares, nas igrejas e em outras instâncias. De outro lado, a ação socializadora realiza-se de modo indireto pela mediação simbólica de agentes de diferentes instituições que disseminam valores, normas e modelos culturais.

Abramovay (2002, p. 27) define violência como uma:

[...] intervenção física de um indivíduo ou grupo contra a integridade de outros ou de grupos e também contra si mesmo, abrangendo desde os suicídios, espancamentos de vários tipos, roubos, assaltos e homicídios, até a violência no trânsito disfarçada sob a denominação de 'acidentes', além das diversas formas de agressão sexual. Compreende igualmente todas as formas de violência verbal, simbólica e institucional.

Para Martins (2009, p. 30), as relações que se estabelecem nas sociedades são amplamente marcadas por desigualdades de todas as naturezas. A dominação muitas vezes é naturalizada e pode ser percebida como um arbítrio, e aqueles que estão na situação de dominados consideram a situação inevitável, pois existe uma aceitação na "ordem das coisas", uma concordância entre as estruturas objetivas e cognitivas, apoiadas na oposição entre dominados e dominantes.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (2002, p. 12),

Não há um fator único que explique por que algumas pessoas se comportam de forma violenta em relação a outras, ou porque a violência ocorre mais em algumas comunidades do que em outras. A violência é o resultado de uma complexa interação de fatores individuais, de relacionamentos sociais, culturais e ambientais. Entender a violência é um dos passos importantes na abordagem de saúde pública para evitar a violência.

Cabe à sociedade, independentemente de suas bases culturais, econômicas ou sociais, pôr fim à violência contra crianças. Para que essa meta seja alcançada, não basta condenar os praticantes desse tipo de violência. É necessário, também, mudar a “mentalidade” das sociedades e as condições econômicas e sociais subjacentes que provocam essa violência (ONU, 2006, p. 5).

De acordo com os autores estudados, a violência se apresenta sobre vários aspectos comuns e também difere de acordo com a maneira com que algumas sociedades se constituem, variando de acordo com a cultura em que se está inserido. Porém, todos destacam a diversidade e a complexidade da violência, que causam danos igualmente diversos, físicos, emocionais e psicológicos diversos na sociedade.

1.2 A violência na escola

Atualmente, a violência na escola é uns dos temas mais recorrentes na sociedade, que se encontra apreensiva em confiar a educação dos seus filhos a instituições que já parecerem ser um oásis de tranquilidade. Há tempos a mídia tem mostrado que o ambiente escolar em muitas localidades deixou de ser um lugar seguro e que a escola está perdendo um dos seus principais objetivos: o da aprendizagem de conhecimentos. A escola atual é tida por alguns como um lugar para conseguir realizar ações que não correspondem aos seus objetivos principais, que deveriam ser a aprendizagem, a interação e a socialização entre seus pares. Enquanto isto, a violência nas áreas escolares se multiplica sobre vários aspectos, como veremos a seguir na abordagem de alguns autores.

O relatório da UNESCO (2002) sobre violência considera que

[...] além dos danos físicos, traumas, sentimentos de medo e insegurança que prejudicam o desenvolvimento pessoal dos alunos, a violência impõe graves consequências para o desempenho escolar dos estudantes que, diante de um contexto de vulnerabilidade e insegurança, apresentam dificuldade de concentração nos estudos e se sentem desestimulados a comparecer às aulas, alimentando situações que favorecem o absenteísmo, a reprovação, a repetência e o abandono escolar, os quais configuram o que se conhece por fracasso escolar.

Segundo Fernández (apud FERREIRA, 2009, p. 111),

A violência tem todas as possibilidades de aparecer em um clima onde as normas sejam arbitrarias, elaboradas à margem da participação dos alunos/

as, inconsistentes e pouco claras, sem que os implicados em seu cumprimento saibam quando são obrigatórios os cumprimentos e quando podem não cumprir, porque não exista uma clara especificação de até onde chega a liberdade individual e até aonde a liberdade de cada um deve reduzir-se em função do respeito aos direitos dos demais. Por duas razões básicas: o marco cultural não oferece critérios de referência para elaborar pautas claras de convivência e a inconsistência na aplicação das normas impede saber o que será considerado como correto e o que como incorreto.

Ainda segundo Debarbieux (2002), a violência estrutural está ligada às formas de negação da cidadania a indivíduos, e está relacionada à discriminação social, ao preconceito diante do que é “diferente”. Esse tipo de violência também ocorre nas escolas quando diz que não há vagas disponíveis, ou quando não aceita um aluno por ele ser portador de necessidades especiais ou apresentar outra característica diferencial. Também é violência estrutural a escola desenvolver um currículo alienado da vida do aluno, que, assim, não consegue captar seu sentido e tende a fracassar.

As violências são classificadas sob duas formas: exógenas (violência na escola) e endógenas (violência da escola). A violência exógena é aquela que vem de fora para dentro da escola, ou seja, tráfico de drogas, pichação, depredação etc. A violência endógena é aquela que o professor ou a escola em geral pratica contra o aluno, ou seja, falta de diálogo, humilhação por meio de apelidos e formas de punição, falta de preparação da aula, limitando-se a passar apenas os conteúdos exigidos etc. Há também a violência para com a escola que retrata os ressentimentos de certas famílias e jovens que culpam somente a escola pelos diversos problemas de indisciplina, da falta de qualidade da aprendizagem, entre outros. Assim, a questão da violência deve ser analisada a fundo, seja para compreendê-la no plano teórico, seja para conhecer como acontece na prática. É comum, quando se fala em violência, que se tenha em mente a violência da criminalidade. É preciso, porém, atentar para o fato de que, da mesma forma que podemos sofrer a violência podemos também ser agentes ou causadores dela, sendo melhor tratar de violências com toda atenção que a situação requer. A violência usa disfarces e está presente em todos os lugares, também nas escolas, ambiente no qual a cultura da paz deveria prevalecer.

A ONU (2006, p. 17), em seu relatório sobre o Estudo das Nações Unidas sobre a Violência contra Crianças, observa que

[...] a violência nas escolas também assume a forma de brigas e atitudes intimidatórias de colegas. Em algumas sociedades, comportamentos agressivos, inclusive brigas, são amplamente percebidos como um problema disciplinar de pouca monta. A intimidação está frequentemente

associada à discriminação de estudantes de famílias pobres, de grupos etnicamente marginalizados ou com características pessoais singulares (como, por exemplo, sua aparência ou alguma deficiência física ou mental). Na maioria dos casos, a intimidação é verbal, mas ela pode também envolver violência física. As escolas também são afetadas por eventos ocorridos na comunidade maior, como, por exemplo, por uma maior incidência de cultura de gangues e de atividades criminosas relacionadas a gangues, particularmente envolvendo drogas.

A violência também pode ser cometida por professores e outros funcionários de escolas, com ou sem a aprovação explícita ou implícita das autoridades que supervisionam as escolas. Castigos corporais, formas cruéis e humilhantes de punição psicológica, violência sexual e com base no gênero e intimidação são algumas formas de violência. Os castigos corporais, como bater em crianças com as mãos ou varas, ainda são uma prática comum nas escolas de muitos países. A Convenção sobre os Direitos da Criança exige que seus estados tomem todas as medidas necessárias para garantir que a disciplina escolar seja administrada de uma maneira compatível e justa. Segundo a ONU (2006), a iniciativa global para acabar com todo Castigo Corporal contra Crianças, relata que 102 países aboliram os castigos corporais nas escolas, mas nem todos aplicam essa proibição da mesma maneira.

Segundo Abramovay (2002), a violência contra o patrimônio, a dilapidação do espaço e do equipamento escolar, sem o furto de bens, surge como ato de reação social contra a escola. Pesquisas norte-americanas demonstram que o vandalismo tem sido associado a administrações escolares autoritárias ou, alternativamente, indiferentes e omissas; bem como a diretores e professores que não são receptivos aos alunos, à alta rotatividade do corpo docente e, finalmente, a punições. Assim, é necessário tentar desvendar as mensagens escondidas nos atos de violência contra o patrimônio das escolas, que podem ter vários significados: a necessidade de chamar atenção, de exibir-se para os colegas, expressar revolta ou, deixar sua marca no mundo, pois pode se tratar de colocar para fora a rebeldia deles contra o governo ou contra os pais, contra a sociedade, contra a escola. Fazem a pichação para manifestar a sua vontade, o seu desejo.

Charlot (apud CUBAS 2007, p. 25) é outro autor que aborda a dificuldade em trabalhar com o tema violência nas escolas. O pesquisador afirma que, do ponto de vista histórico, o problema da violência escolar não é recente, mas o que pode ser considerado novo são as formas pelas quais essa violência se manifesta, dividida pelo autor em quatro aspectos: o surgimento de formas de violência mais graves, apesar de raras; a idade cada vez menor dos alunos envolvidos nos casos

de violência que, nesse caso, entra em conflito com o ideal de infância como o período de inocência; a ação de agentes externos que ocupam o espaço da escola com agressões geradas fora dela; a repetição e o acúmulo de pequenos casos que não são necessariamente violentos, mas que criam a sensação de ameaça permanente.

Vários autores enfatizam o último aspecto como aquele que mais tem despertado preocupação na atualidade, pois tais situações colaboram para o sentimento de angústia que atinge boa parte da comunidade escolar, que passa a ficar em constante estado de alerta à menor presença de sinais que representem perigo físico ou ameaça psíquica.

Charlot (apud CUBAS, 2007, p. 27), apresenta três tipos distintos de violência escolar. Primeiro: a violência na escola, quando ela é o local de violências que têm origem externa a ela. Por exemplo, quando um grupo invade a escola para brigar com alguém que está nas dependências da escola, nesse caso, a escola é invadida por uma violência que anteriormente acontecia apenas fora de seus portões, ou na rua. Outro tipo é a violência à escola, relacionada às atividades institucionais e que diz respeito a casos de violência direta contra a instituição, como a depredação do patrimônio, por exemplo, ou da violência contra aqueles que representam a instituição, como os professores. O terceiro tipo é a violência da escola, entendida como a violência em que as vítimas são os próprios alunos, exemplificada no tipo de relacionamento estabelecido entre professores e alunos ou nos métodos de avaliação e de atribuição de notas que refletem preconceitos e estigmas, ou seja, outros critérios que não os objetivos de desempenho.

Segundo Cubas (2007, p. 28), o que a maioria dos trabalhos feitos até hoje tem em comum é afirmar que a violência está presente na escola, nos mais diferentes países e se manifesta sob múltiplos aspectos. O diferencial entre eles é a forma de abordagem do fenômeno, o que permite estabelecer tendências entre os trabalhos realizados de acordo com sua origem.

No entanto, se a violência é construída, então ela pode ser desconstruída. A repressão é sempre um estado trágico de temporalidade para a vítima. Quando a violência espetacular ou criminosa acontece, já é tarde demais, e a repressão não passa de um efeito retardado. (DEBARBIEUX, 2002, p. 75)

É necessário que a sociedade se empenhe na construção de uma cultura de paz. Uma cultura com bases na solidariedade, na tolerância, no respeito a todos os direitos individuais e coletivos, que sustenta a liberdade de opinião, os princípios

de pluralismo, que previna os conflitos, a exclusão, a pobreza extrema e a degradação ambiental. A cultura de paz busca resolver os problemas por meio do diálogo, da mediação e da negociação, ações importantes para pacificação e solução dos conflitos e da violência.

Conforme disse Paulo Freire (1996, p. 15):

[...] não é possível refazer este país, democratizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

1.3 Tipos de violência escolar e o *bullying*

A violência nas escolas se manifesta de diversas maneiras e conhecê-las e compreendê-las são atitudes fundamentais para a busca de meios para solucioná-las. É o que veremos nesse tópico.

Para compreender as violências no contexto escolar, podemos considerar que suas manifestações estão relacionadas, de modo geral, a “um conjunto de práticas que rompe com a normalidade” no cotidiano escolar” (EYNG, GISI, ENS, 2009, p. 472).

Pesquisadores franceses desenvolveram, nesses últimos anos, uma distinção da violência de dois pontos de vista: o teórico e o prático. Eles distinguem a violência, a transgressão e a incivildade. O termo violência deve ser reservado ao que ataca a lei com uso da força ou ameaça usá-la: lesões, extorsão, tráfico de drogas na escola e insultos graves. A transgressão é o comportamento contrário ao regulamento interno do estabelecimento (mas não ilegal do ponto de vista da lei): absentismo, não realização de trabalhos escolares, falta de respeito etc. A incivildade não contradiz nem a lei e nem o regimento interno do estabelecimento, mas as regras da boa convivência: desordens, empurrões, grosserias, palavras ofensivas, geralmente ataque cotidiano — e com frequência repetido — ao direito de cada um (professor, funcionários, aluno) de ter respeitada sua pessoa.

Segundo Cubas (2007, p. 32), pode-se dizer que, apesar de franceses e americanos adotarem definições diferentes, incivildade e *bullying* estão se referindo a um mesmo fenômeno. Ambos tratam da violência explícita ou implícita que ocorre dentro das escolas e que impede o favorecimento de construção de relações de confiança e amizade, contribuindo para o sentimento de medo e exclusão no ambiente escolar.

Nas escolas, as violências podem se evidenciar por meio de agressões e constrangimentos físicos, verbais, sociais e simbólicos que se manifestam, entre outras, nas seguintes formas:

- a) físicos: empurrões, cutucões, socos, pontapés, esbarrões;
- b) verbais: apelidos, deboches, ameaças;
- c) sociais: exclusão, isolamento, descaso;
- d) simbólicos: desigualdades, preconceitos, discriminação, relações de poder, currículos hegemônicos, monoculturais e etnocêntricos.

Também pode ser identificada a violência contra o patrimônio e equipamentos públicos, como pichação, depredação e vandalismo. Estas, embora não sejam dirigidas diretamente contra a pessoa, afetam os sujeitos na esfera individual e social. (EYNG, 2009, p. 89).

Os crimes e contravenções mais comuns na escola são: dano, pichação, porte de arma, facas, canivetes e outros objetos cortantes ou perfurantes, uso de entorpecentes, tráfico de entorpecentes, ameaça, lesão corporal, rixa, ato obsceno, corrupção de menores, atentado violento ao pudor, importunação ofensiva ao pudor, embriaguez e omissão de comunicação de crime.

Porém, uns dos fenômenos mais preocupantes de violência nas escolas, no Brasil e no mundo, atualmente, é denominado como *bullying*. A palavra é derivada do verbo inglês *to bully*, que significa usar a superioridade física para intimidar alguém. Também adota aspecto de adjetivo, referindo-se a “valentão”, “tirano”. Como verbo ou como adjetivo, a terminologia *bullying* tem sido adotada em vários países como designação para explicar todo tipo de comportamento agressivo, cruel, intencional e repetitivo inerente às relações interpessoais. As vítimas são os indivíduos considerados mais fracos e frágeis dessa relação, transformados em objeto de diversão e prazer por meio de “brincadeiras” maldosas e intimidadoras.

Segundo Cubas (2007, p. 177), a palavra *bullying* é menos familiar às línguas latinas, que não possuem uma tradução direta para a palavra. Nos Estados Unidos, por exemplo, a palavra *bullying* muitas vezes é substituída pelas palavras *victimization* (vitimização) e *peer rejection* (rejeição pelos colegas), usadas para indicar ações negativas entre pessoas iguais. Na França, comumente se usa o termo “violência moral”, enquanto no Brasil pesquisa desenvolvida pela ABRAPIA

(Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência) tem usado o termo “comportamento agressivo entre estudantes”.

O *bullying*, segundo Fante (2005), é um conceito específico e muito bem definido, uma vez que não se deixa confundir com outras formas de violência. Isso se justifica pelo fato de apresentar características próprias, dentre elas, talvez a mais grave, seja a propriedade de causar “traumas” ao psiquismo de suas vítimas e envolvidos. Possui ainda a propriedade de ser reconhecido em vários outros contextos, além do escolar: nas famílias, nas forças armadas, nos locais de trabalho (denominado de assédio moral), nos asilos de idosos, nas prisões, nos condomínios residenciais, enfim, onde existem relações interpessoais.

Ainda de acordo com Fante (2005), a expressão *bullying* corresponde a um conjunto de atitudes de violência física e/ou psicológica, de caráter intencional e repetitivo, praticado por um *bully* (agressor) contra uma ou mais vítimas que se encontram impossibilitadas de defesa. Seja por uma questão circunstancial ou por uma desigualdade subjetiva de poder, por trás dessas ações sempre há um *bully* que domina a maioria dos alunos de uma turma e “proíbe” qualquer atitude solidária em relação ao agredido.

O abuso de poder, a intimidação e a prepotência são algumas das estratégias adotadas pelos praticantes do *bullying* (os *bullies*) para impor sua autoridade e manter suas vítimas sob total domínio. (FANTE, 2005)

Com base em suas pesquisas, Olweus (1993, apud CUBAS, 2007, p. 181) sintetizou as possíveis características de crianças e jovens envolvidos em casos de *bullying*. Entre as vítimas, listou as características que podem ser percebidas no ambiente da escola ou em casa. Na escola, os sinais primários são:

- a) as vítimas são repetidamente importunadas de forma vexatória;
- b) são chamadas por apelidos depreciativos;
- c) são ridicularizadas e ameaçadas;
- d) são motivos de piadas (não amigáveis);
- e) são humilhadas, agredidas e têm seus pertences roubados ou estragados.

Também podem apresentar machucados como arranhões e cortes, roupas rasgadas, aos quais não é possível dar uma explicação natural.

Já os sinais secundários são: crianças e jovens que são frequentemente excluídas dos grupos durante os intervalos e, aparentemente, não têm um “melhor amigo” entre os colegas. São as últimas pessoas a serem escolhidas nas atividades esportivas, parecem depressivas e apresentam uma redução repentina no desempenho escolar. Os pais devem ficar atentos quando os filhos chegam da escola com o material estragado, roupas rasgadas e machucados. Outros fatos são o de nunca levarem amigos para casa ou irem à casa de colegas, não serem convidados para festas, se mostrarem relutantes em ir à escola, terem dores de cabeça e estômago e perderem o apetite.

Segundo Silva (2010, p. 22), algumas atitudes podem se configurar em formas diretas ou indiretas de praticar o *bullying*. Porém, dificilmente a vítima recebe apenas um tipo de maus-tratos; normalmente, os comportamentos desrespeitosos dos *bullies* costumam vir em “bando”. Essa versatilidade de atitudes maldosas contribui não somente para a exclusão social da vítima, como também para muitos casos de evasão escolar, e pode se expressar das mais variadas formas, como as listadas a seguir:

- a) verbal: insultar, ofender, xingar, fazer gozações, colocar apelidos pejorativos, fazer piadas ofensivas, caçoar etc.
- b) físico e Material: bater, chutar, espancar, empurrar, ferir, beliscar, roubar, furtar ou destruir os pertences da vítima, atirar objetos contra as vítimas.
- c) psicológico e Moral: irritar, humilhar, ridicularizar, excluir, isolar, ignorar, desprezar ou fazer pouco caso, discriminar, aterrorizar e ameaçar, chantagear e intimidar, tyrannizar, dominar, perseguir, difamar, passar bilhetes e desenhos entre os colegas de caráter ofensivo, fazer intrigas, fofocas ou mexericos.
- d) sexual: abusar, violentar, assediar, insinuar.
- e) virtual: os avanços tecnológicos também influenciam esse fenômeno típico das interações humanas. Assim, novas formas surgiram por meio da utilização de aparelhos e equipamentos de comunicação (celular e internet), que são capazes de difundir, de maneira avassaladora, calúnias e maledicências. Essa forma de *bullying* é conhecida como *ciberbullying*.

É fundamental que as escolas desenvolvam ações ou programas *antibullying* e que os profissionais saibam encaminhar devidamente os casos. Do contrário, as vítimas que não receberem tratamento eficaz ou que não encontrarem alternativas de superação podem ser presas fáceis de abusos em outros contextos, podendo comprometer vários aspectos de sua vida: acadêmico, familiar, afetivo, profissional e social. O fenômeno pode ser evitado e para isso é necessário o desenvolvimento de uma cultura de paz nas famílias, nas escolas e na sociedade. A criança precisa de modelos positivos de identificação, de adultos que ensinem e pratiquem a tolerância, a solidariedade, o respeito às diferenças e a compaixão. Além disso, é preciso que as escolas desenvolvam uma educação voltada para a aceitação das diferenças e a busca da felicidade. É imprescindível que as crianças possam ser ouvidas e acreditadas, tanto na família como nas instituições escolares, para que possamos, senão acabar, ao menos diminuir esse tipo de comportamento entre os alunos.

Independentemente da justificativa que se possa dar, a violência é uma forma de reação que exclui o diálogo entre os envolvidos, ainda que seja impulsionada por diversas circunstâncias e se revista de uma conotação moral — como a defesa dos amigos.

As escolas devem estar atentas em encontrar alternativas para “lidar” com a intimidação dos alunos. Por acreditar que seu trabalho muitas vezes está feito e é suficiente para resolver o problema, não busca mecanismos diferentes e estratégias para identificar os abusos que ocorrem no seu espaço escolar. O trabalho de combate à intimidação, nas escolas, tem que ser um processo contínuo. As normas gerais da escola precisam ser revisadas, revisitadas e renovadas a cada ano.

1.3.1 Consequências comportamentais das vítimas do *bullying*

A prática do *bullying* pode agravar alguns dos problemas preexistentes nas suas vítimas, podendo então desencadear consequências psíquicas e comportamentais muito graves. A seguir veremos alguns dos sintomas que podem sofrer as vítimas do *bullying*:

- a) sintomas psicossomáticos: cefaleia (dor de cabeça), cansaço crônico, insônia, dificuldades de concentração, náuseas (enjoo), diarreia, boca seca, palpitações, alergias, crise de asma, sudorese, tremores,

sensação de “nó” na garganta, tonturas ou desmaios, calafrios, tensão muscular, formigamentos.

- b) transtornos do pânico: caracteriza-se pelo medo intenso e infundado, que parece surgir do nada, sem qualquer aviso prévio. O indivíduo é tomado por uma sensação enorme de medo e ansiedade, acompanhada de uma série de sintomas físicos (taquicardia, calafrios, boca seca, dilatação da pupila, suores etc.), sem razão aparente. Ultimamente o transtorno do pânico já pode ser observado em crianças bem jovens (6 a 7 anos de idade), muito em função de situações de estresse prolongado a que são expostas. O *bullying*, certamente, faz parte dessa condição.
- c) fobia escolar: caracteriza-se pelo medo intenso de frequentar a escola, ocasionando repetências por faltas, problemas de aprendizagem e/ou evasão escolar. Quem sofre de fobia escolar passa a apresentar diversos sintomas psicossomáticos e todas as reações do transtorno do pânico, dentro da própria escola; ou seja, a pessoa não consegue permanecer no ambiente onde as lembranças são traumatizantes.
- d) fobia social (Transtorno da Ansiedade Social – TAS): também conhecida por timidez patológica. Sofre-se de ansiedade excessiva e persistente, com temor exacerbado de se sentir o centro das atenções ou de estar sendo julgado e avaliado negativamente. O indivíduo afetado também pode apresentar gagueira ou ter verdadeiros “brancos” ao tentar se comunicar. O fóbico social de hoje pode ter o transtorno deflagrado em função das inúmeras humilhações no seu passado escolar; danos e sofrimentos que são capazes de se refletir por toda uma existência.
- e) transtorno de ansiedade generalizada (TAG): ansiedade generalizada é uma sensação de medo e insegurança persistente. A pessoa que sofre de TAG preocupa-se com todas as situações ao se redor, desde as mais delicadas e importantes até as mais corriqueiras. São pessoas impacientes, que vivem com pressa, aceleradas, negativistas e que têm a impressão constante de que algo ruim pode acontecer a qualquer momento.
- f) depressão: os sintomas mais característicos de um quadro depressivo são: tristeza persistente, ansiedade ou sensação de vazio; sentimento

de culpa, inutilidade e desamparo; insônia ou excesso de sono; perda ou aumento de apetite; fadiga e sensação de desânimo; irritabilidade e inquietação; dificuldades de concentração e de tomar decisões; sentimentos de desesperança e pessimismo; perda de interesse por atividades que anteriormente despertavam prazer; ideias ou tentativas que anteriormente despertavam prazer; ideias ou tentativas de suicídio. Em vez de pensarmos apenas em drogas, más companhias ou namoros frustrados, não podemos perder de vista que uma situação de *bullying* pode estar por trás desses sintomas.

- g) anorexia e bulimia: os transtornos alimentares mais relevantes em nosso contexto sociocultural são a anorexia e a bulimia nervosas. A anorexia nervosa se caracteriza pelo pavor descabido e inexplicável que a pessoa tem em engordar, com grave distorção da sua imagem corporal. Já a bulimia nervosa se caracteriza pela ingestão compulsiva e exagerada de alimentos, geralmente muito calóricos, seguidos por um enorme sentimento de culpa, em função dos “excessos” cometidos.
- h) transtorno obsessivo-compulsivo (TOC): é o mais intrigante para os especialistas da área de psiquiatria e de psicologia, conhecido popularmente como “manias”. O TOC se caracteriza por pensamentos sempre de natureza ruim, intrusos e recorrentes (obsessões) causando muita ansiedade e sofrimento. Momentos de forte estresse, como pressões psicológicas (tal qual o *bullying*), podem abrir um quadro de TOC em pessoas com predisposição genética ou até mesmo intensificar o problema preexistentes.

Segundo Silva (2010, p. 32), os quadros menos frequentes são a esquizofrenia, o suicídio e homicídio, que ocorrem quando os jovens-alvo não conseguem suportar a coação dos seus algozes. Em total desespero, essas vítimas lançam mão de atitudes extremas como forma de aliviar seu sofrimento.

Essas consequências nas vítimas do *bullying* deixam marcas para toda a vida, que podem interferir no modo de se relacionar com seus familiares, nas suas relações pessoais e sociais, no ambiente de trabalho, enfim, na maneira de se comportar em relação ao mundo, afetando todos que estão a sua volta.

1.3.2 Protagonistas do *bullying*

De acordo com Silva (2010, p. 37), no contexto escolar, os protagonistas do *bullying* apresentam várias características e são classificados como:

- a) vítimas típicas: são os alunos que apresentam pouca habilidade de socialização. Em geral, são tímidos ou reservados, e não conseguem reagir aos comportamentos provocadores e agressivos dirigidos contra eles. Normalmente são mais frágeis fisicamente ou apresentam alguma “marca” que os destaca da maioria dos alunos: são gordinhos ou magros demais, altos ou baixos; disciplinados; deficientes físicos; apresentam sardas ou manchas na pele, orelhas e nariz um pouco mais destacados, vestem roupas fora da moda; usam óculos; são de raça, credo, condição socioeconômica ou orientação sexual diferentes etc. Enfim, qualquer detalhe que fuja ao padrão imposto por um determinado grupo pode deflagrar o processo de escolha de vítima do *bullying*. Os motivos (sempre injustificáveis) são os mais banais possíveis. Normalmente, essas crianças ou adolescentes “estampam” facilmente as suas inseguranças na forma de extrema sensibilidade, passividade, submissão, falta de coordenação motora, baixa autoestima, ansiedade excessiva, dificuldade de se expressar. Por apresentarem dificuldades significativas de imposição ao grupo, tanto física quanto verbalmente, tornam-se alvos fáceis e comuns dos ofensores.
- b) vítimas provocadoras: são aquelas capazes de insuflar em seus colegas reações agressivas contra si mesmas. No entanto, não conseguem responder aos revides de forma satisfatória. Elas, em geral, discutem ou brigam quando são atacadas ou insultadas. Nesse grupo, geralmente encontramos as crianças ou adolescentes hiperativos (portador de TDHA – Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade) e impulsivos e/ou imaturos, que criam, sem intenção explícita, um ambiente tenso na escola. Sem perceberem, as vítimas provocadoras acabam “dando tiro nos próprios pés”, chamando a atenção dos agressores genuínos, que aproveitam dessas situações para desviarem toda a atenção para a vítima provocadora. Assim, os verdadeiros agressores continuam incógnitos em suas táticas de

perseguição. Quem está familiarizado com o assunto sabe que o portador de TDHA, em especial quando predomina o seu lado impulsivo e hiperativo, não consegue parar quieto na carteira, corre de um lado para outro, é impaciente, dá respostas impensadas e intromete-se nos assuntos sem ser chamado. Isso porque sua mente é inquieta, veloz, não para nunca, como se estivesse plugada na tomada o tempo todo. Porém, a impulsividade de um TDHA (seja física ou verbal) não está associada à falta de caráter, má-criação ou intenções maldosas, mas ao funcionamento mental que não permite o controle dos impulsos de forma adequada.

- c) vítimas agressoras: fazem valer os velhos ditos populares: “bateu, levou” ou “tudo que vem tem volta”. Elas reproduzem os maus-tratos sofridos como forma de compensação, ou seja, procuram outra vítima, ainda mais frágil e vulnerável, e descontam todas as agressões sofridas. Isso aciona o efeito “cascata” ou de círculo vicioso, que transforma o *bullying* em um problema de difícil controle e que ganha proporções infelizes de epidemia mundial de ameaça à saúde pública.

De acordo com Silva (2010, p. 48), as vítimas no ambiente escolar estão mais presentes:

- a) no recreio, frequentemente isoladas do grupo ou perto de algum adulto que possa protegê-las: professor, inspetor, cantineiro etc;
- b) na sala de aula, apresentam postura retraída. Têm extrema dificuldade em perguntar algo ao professor ou emitir sua opinião para os demais alunos. Deixam explícitas suas inseguranças e ansiedades;
- c) apresentam faltas frequentes às aulas, com o intuito de fugir das situações de exposição, humilhações e/ou agressões psicológicas e físicas;
- d) mostram-se, comumente, tristes, deprimidas e aflitas;
- e) nos jogos ou atividades em grupo, sempre são as últimas a serem escolhidas;
- f) aos poucos, vão se desinteressando das atividades e tarefas escolares (isso também inclui perdas constantes de seus pertences, especialmente materiais didáticos).

Ocasionalmente, nos casos mais dramáticos, apresentam hematomas (contusões), arranhões, cortes, ferimentos, roupas danificadas ou rasgadas.

É comum encontrar todos esses protagonistas nas escolas, seja o agressor ou a vítima. O que falta por parte dos educadores, gestores e funcionários é um olhar diferenciado para esses alunos. Afinal, tanto o agressor como a vítima padecem de transtornos psicológicos, sociais e necessitam de atenção, ajuda especializada e cuidados especiais.

1.3.3 Características da personalidade dos agressores do *bullying*

Os agressores podem ser tanto do sexo feminino como do masculino. Possuem em sua personalidade traços de desrespeito e maldade e, na maioria das vezes, essas características estão associadas a um perigoso poder de liderança que, em geral, é obtido ou legitimado por meio da força física ou de intenso assédio psicológico. O agressor pode agir sozinho ou em grupo. Quando ele está acompanhado de seus “seguidores”, seu poder de “destruição” ganha reforço exponencial, o que amplia seu território de ação e sua capacidade de produzir mais e nova vítimas. (SILVA, 2010, p. 43)

Os agressores apresentam, desde muito cedo, aversão às normas, não admitem ser contrariados ou frustrados, e geralmente estão envolvidos em pequenos delitos, como furtos, roubos ou vandalismo, como destruição de patrimônio público ou privado. O desempenho escolar desses jovens costuma ser regular ou deficitário; no entanto, em hipótese alguma, isso configura uma deficiência intelectual ou de aprendizagem por parte deles. O que lhes falta, de forma explícita, é afeto pelos outros. Essa afetividade deficitária (parcial ou total) pode ter origem em condições familiares desfavoráveis ou no próprio temperamento do jovem. Essas ações envolvem maus-tratos a irmãos, colegas, animais de estimação, empregados domésticos ou funcionários da escola.

Ainda de acordo com Silva (2010), os agressores (*bullies*) no ambiente escolar começam com brincadeiras de mau gosto, que rapidamente evoluem para gozações, risos provocativos, hostis e desdenhosos, bem como:

- a) colocam apelidos pejorativos e ridicularizantes, com explícito propósito maldoso;

- b) insultam, difamam, ameaçam, constrangem e menosprezam alguns alunos;
- c) fazem ameaças diretas ou indiretas, dão ordens, dominam e subjagam seus pares;
- d) perturbam e intimidam, utilizando-se de empurrões, socos, pontapés, tapas, beliscões, puxada de cabelos ou de roupas;
- e) estão sempre se envolvendo, de forma direta ou velada, em desentendimentos e discussões entre alunos, ou entre alunos e professores;
- f) pegam materiais escolares, dinheiro, lanches e quaisquer pertences de outros estudantes, sem consentimento ou até mesmo sob coação. Possuem comportamento desafiador diante das figuras de autoridade, como pais e professores. Demonstram insensibilidade, ausência de culpa ou remorso, bem como falta de constrangimento quando pegos em flagrante;
- g) costumam realizar violação de regras de forma ampla, mesmo cientes de que estão errados e sujeitos a sanções. Chegam a ter participação em fraudes (falsificação de documentos), roubos ou furtos. Tendem a usar precocemente drogas, cometem atos de vandalismo, com destruição do patrimônio público e alheio. Enfim, demonstram nítida tendência a manipular fatos e pessoas para se livrarem das responsabilidades de seus atos. Isto é, costumam dizer que são sempre inocentes, ou que a culpa é do outro;

Segundo Cubas (2007, p. 179), uma das principais características dos *bullies* é a agressividade não apenas no trato com os colegas, mas também com adultos, como professores e pais. São pessoas impulsivas, que geralmente sentem necessidade de dominar o outro, fazem uma avaliação positiva de si mesmos e são incapazes de se identificar com os sentimentos das vítimas das agressões.

Ainda de acordo com autora, há um grande número de alunos que não participa das agressões, mas as presencia e assiste sem manifestar nenhum tipo de reprovação ou desejo de inibir os ataques. Apesar de essa atitude, à primeira vista, soar positiva, o silêncio e a postura omissa resultam num certo tipo de apoio velado aos agressores.

Cubas (2007, p. 180) comenta que algumas investigações têm apontado que o senso de responsabilidade social estaria reduzido quando várias pessoas participam das agressões, por exemplo, um grupo de alunos que agride um outro aluno. Como consequência, a difusão e a diluição da responsabilidade acabam diminuindo o sentimento de culpa do grupo.

Segundo Cubas, os meninos são, com maior frequência, os perpetradores e vítimas do *bullying* direto. Para Olweus (apud CUBAS, 2007, p. 180), isso seria em razão do fato de o relacionamento entre meninos ser mais difícil, mais violento e agressivo do que entre as meninas, sendo que, para o autor, essas diferenças trazem raízes biológicas, sociais e ambientais.

Nas escolas, o alto de índice de violência se destaca mais entre os meninos. A constatação feita pelos autores é também dos profissionais que atuam nas unidades de ensino. Os problemas de violência e agressividade ocorrem realmente mais entre os meninos, apesar de atualmente ser crescente entre as meninas, embora, nesses casos, a violência não seja explícita, passando muitas vezes despercebida pelos professores, direção, funcionários, pais e alunos.

1.3.4 Características dos espectadores do *bullying*

Os espectadores são aqueles alunos que testemunham as ações dos agressores contra as vítimas, mas não tomam qualquer atitude em relação a isso: não saem em defesa do agredido, tampouco se juntam aos agressores. (SILVA 2010, p. 45)

Silva (2010) divide os espectadores em três grupos distintos:

- a) espectadores passivos: assumem essa postura por medo absoluto de se tornarem a próxima vítima. Recebem ameaças explícitas ou veladas. Eles não concordam e até repelem as atitudes dos *bullies*; no entanto, ficam de mãos atadas para tomar qualquer atitude em defesa da vítima;
- b) espectadores ativos: estão inclusos os alunos que, apesar de não participarem ativamente dos ataques contra as vítimas, manifestam “apoio moral” aos agressores, com risadas e palavras de incentivo. Não se envolvem diretamente, mas isso não significa, em absoluto, que deixam de se divertir com o que veem. É importante ressaltar que

misturados aos espectadores podemos encontrar os verdadeiros articuladores dos ataques, perfeitamente “camuflados”. Eles tramam tudo e, então, apenas observam e se divertem ao ver as confusões causadas;

- c) espectadores neutros: podemos perceber os alunos que, por uma questão sociocultural (advindos de lares ou de comunidades em que a violência faz parte do cotidiano), não demonstram sensibilidade pelas situações de *bullying* que presenciam. Eles são acometidos por uma “anestesia emocional”, em função do próprio contexto social no qual estão inseridos.

Independentemente de como estiverem divididos, os espectadores, na sua grande maioria, se omitem diante dos ataques de *bullying*. A omissão, nesses casos, também se configura em uma ação imoral e/ou criminosa. Tal atitude só faz alimentar a impunidade e contribui para o crescimento da violência por parte de quem a pratica, ajudando a fechar a ciranda perversa dos atos de *bullying*. (SILVA, 2010, p. 46)

Segundo Fante (2005), o *bullying* é um problema mundial encontrado em todas as escolas, que vem se destacando mais nos últimos anos e que só recentemente vem sendo estudado em nosso país. Em todo o mundo, as taxas de prevalência de *bullying* revelam que entre 5% a 35% dos alunos estão envolvidos no fenômeno.

O portador dessa síndrome possui necessidade de dominar, de subjugar e de impor sua autoridade sobre os outros, mediante força física e coação; necessidade de aceitação e de pertencimento a um grupo; de autoafirmação, de chamar a atenção para si. Possui, ainda, a dificuldade e a inabilidade de expressar seus sentimentos mais íntimos, de se colocar no lugar do outro e de perceber suas fraquezas, dores e sentimentos.

De acordo com Fante (2005), essa forma de violência é de difícil identificação por parte dos familiares e da escola, uma vez que a “vítima” teme denunciar os seus agressores, por medo de sofrer represálias e por vergonha de admitir que está apanhando ou passando por situações humilhantes na escola ou, ainda, por acreditar que não lhe darão o devido crédito. Sua denúncia ecoaria como uma confissão de fraqueza ou impotência de defesa. Os “agressores” se valem da

“lei do silêncio” e do terror que impõem às suas “vítimas”, bem como do receio dos “espectadores”, que temem ser as “próximas vítimas”.

Olweus (1993, apud CUBAS, 2007, p. 180) constatou também que os professores pouco fazem para conter os casos de *bullying*, pois não interferem na maioria dos casos e não se preocupam em resolver esses conflitos. O mesmo acontece com os pais dos alunos, sobretudo daqueles que cometem as agressões, que, geralmente, ignoram o comportamento dos filhos na escola. Nesse sentido, as pesquisas afirmam que um dos mecanismos de incentivo ao comportamento violento entre os alunos é o fraco controle e inibição das tendências agressivas.

A violência pode ser ampliada pela falta de recursos materiais e humanos das escolas como também na violência do bairro, na situação da família e na escassez de recursos financeiros. A contenção da violência exige intervenções que, para serem bem-sucedidas, têm que envolver a participação das famílias em situação de risco, das entidades, da comunidade e das escolas. A escola é parte fundamental para colaborar na solução do problema.

1.3.5 O combate ao *bullying* nas escolas

É fundamental que as escolas desenvolvam ações ou programas *antibullying* e que os profissionais da educação saibam encaminhar devidamente os casos.

Ainda segundo Fante (2005), tratar de violência na escola significa lidar com uma intersecção de elementos, isto é, um fenômeno de uma nova ordem e não simplesmente o somatório dos objetos “escola” e “violência”. É um fenômeno singular, pois envolve práticas sociais que, para serem compreendidas, requerem um olhar que não se reduza a meras extensões de práticas violentas ou escolares.

Segundo Debarbieux (1999, p. 74), uma avaliação realizada de combate à violência escolar mostrou que as escolas de classes trabalhadoras, por vezes, tendem a expressar violência de uma forma mais forte, principalmente em situações que envolvem a chamada delinquência de exclusão, e que o “conflito de civildade” e a violência antiescolar tendem a se espalhar. Entretanto, essa avaliação também mostra a importância dos efeitos escolares e dos efeitos sazonais.

A estabilidade dos professores e os cortes de funcionários têm um papel importante. Esse levantamento revela uma redução do fenômeno no Sul da França, onde a equipe de professores é mais estável, e uma piora nos subúrbios de Paris,

no qual a rotatividade nas equipes chega a atingir 80%, o que torna impossível construir uma “cultura escolar”, sem a qual nada é possível.

Ainda de acordo com Debarbieux (1999, p. 74), as pesquisas na área demonstram que a violência nas escolas deve ser analisada macro e microssociologicamente, enfatizando que suas causas são tanto exógenas, relacionadas ao bairro, ao sistema econômico, às falhas familiares ou das políticas públicas, quanto endógenas, associadas a graus de organização ou de desorganização local, nos quais os atores não são apenas agentes impotentes, manipulados por forças políticas externas, nem tampouco populações que, em si mesmas, representam um perigo.

Se a violência nas escolas é construída, ela o é lentamente (Debarbieux, 1999). No entanto, também é construída de forma irregular, e essa é certamente umas das chaves para as mudanças da ação pública e da comunidade escolar.

A pior violência, a mais extraordinária, pode ocorrer nas escolas onde menos se espera. Os ataques com armas que ocorreram nas escolas nos Estados Unidos e, em determinados casos, na França e na Inglaterra, mostraram que a violência não está apenas restrita a determinada classe social. Isso também cabe ao ataque na escola do bairro de Realengo, na cidade do Rio de Janeiro.

As determinadas formas de violência, em especial a intimidação por colegas, não são exclusivas de certas categorias sociais. Muitos trabalhos mostram que a violência não tem apenas uma única origem, e que se devem estudar também as características sociológicas e psicológicas dos indivíduos.

As escolas podem dar maior ou menor atenção para a ocorrência de intimidação, dentro do ambiente escolar, de acordo com os tipos de valores éticos que ali prevalecem e são trabalhados, pode haver ou não uma política escolar que de fato contemple as relações e funcione, e onde haja sanções contra a prática da intimidação.

A intimidação nas escolas é um problema que atinge a todos, e atualmente é amplamente reconhecida em muitos países. Ela afeta uma parcela significativa dos alunos, podendo ter efeitos negativos tanto imediatos quanto de longo prazo, principalmente nas vítimas, mas também sobre a atmosfera da escola como um todo. As intervenções nas escolas podem ser necessárias para lidar com os fatores individuais e escolares, mas não se pode esperar que elas venham a ter o mesmo impacto sobre as variantes sociais e comunitárias.

O combate eficaz à intimidação não é tarefa fácil para os educadores, mas ele é um objetivo que deve e vale a pena perseguir, para a felicidade, a integridade e o respeito de nossas crianças e o bem-estar das comunidades escolares.

Escola e família devem buscar uma mudança de paradigma na educação das crianças, construindo uma educação pela e para a afetividade. O exercício de afeto e respeito entre os membros de uma família e da escola é prática de toda educação estruturada, que tem no diálogo o suporte das relações humanas. A verdade e a confiabilidade são fatores determinantes na relação entre pais e filhos e na instituição escolar para consolidar o processo evolutivo e formativo do ser humano.

2 O SISTEMA DE PROTEÇÃO ESCOLAR E O PROFESSOR MEDIADOR

2.1 O sistema de proteção escolar do Governo do Estado de São Paulo

Atualmente, um dos maiores desafios da sociedade democrática é de garantir a cada um a igualdade de direitos, para uma vivência social justa, pacífica, participativa, com responsabilidade compartilhada e respeito por todos. Em qualquer ambiente escolar, onde as interferências são múltiplas, e que podem comprometer o papel essencialmente pedagógico e formativo dos alunos, educar é um desafio. Com o objetivo de colaborar com os educadores, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo publicou um manual, com a finalidade de subsidiar a escola pública com aprofundamento sobre os conceitos de direitos civis e constitucionais, com informações e esclarecimentos relativos às atribuições e competências no enfrentamento da violência que comprometem e dificultam a convivência e a aprendizagem nas escolas.

Diante da complexidade dos conflitos que ocorrem no ambiente escolar, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo sancionou a Resolução SE 19, em 12 de fevereiro de 2010, criando o Sistema de Proteção Escolar, que contará com professores mediadores que atuarão na mediação entre atividades pedagógicas e as relações interpessoais de toda comunidade escolar. Essa Resolução regulamenta as ações que deverão ser colocadas em práticas nas escolas públicas do estado, onde o risco e a vulnerabilidade estejam expostos a todo tipo de violência no seu cotidiano, afetando de maneira direta ou indireta todos os atores envolvidos no ambiente dessas instituições.

A violência interfere no ambiente escolar prejudicando o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos alunos. É parte fundamental do processo educativo garantir a observância das regras saudáveis de convivência e a conduta que equilibra os direitos e deveres individuais e coletivos, encorajando os estudantes a respeitarem diferenças e praticarem a tolerância.

O Sistema de Proteção Escolar será implantado gradativamente de maneira descentralizada e concederá prioridade às unidades escolares em que os fatores de vulnerabilidades e de riscos são maiores. Esse processo teve início em agosto de 2010 como projeto-piloto.

O professor mediador, na sua função, deverá desempenhar as atribuições de orientar os pais, analisar os fatores de vulnerabilidade dos alunos, colaborar com a direção da escola, ajudando a minimizar os conflitos e a violência no espaço

escolar, intervir com os alunos, ajudando a sanar os conflitos entre eles, com o objetivo de promover o respeito, a amizade e a paz para todos.

Esse professor utilizará como referência dois importantes instrumentos: o Manual de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania e as Normas Gerais de Conduta Escolar que nortearão a convivência no ambiente escolar. Os manuais trazem, de forma padronizada, norma de conduta e procedimentos que devem ser adotados diante de situações de conflitos e violência. Esses manuais são ferramentas importantes para o cotidiano das escolas e permitem orientar e qualificar a atuação dos professores, diretores e funcionários de como proceder diante de ocorrências que oferecem risco à comunidade educativa.

A instituição escolar pública deverá garantir aos alunos uma educação em escola limpa, segura, com um ambiente de aprendizagem apropriado e incentivador. Os alunos, em contrapartida, deverão assumir suas responsabilidades respeitando os direitos e deveres para contribuir com a criação e manutenção de um ambiente de aprendizagem colaborativo e seguro. Abstendo-se de condutas negativas e violentas que ameacem de alguma forma e interfira no livre exercício dos direitos dos membros da comunidade escolar.

Essas normas vêm ao encontro de uma necessidade há muito tempo sentida por todos os membros da comunidade escolar, em tomar medidas assertivas e justas com as condutas indisciplinadas dos alunos. Tais medidas agora são comuns a todos os estabelecimentos de ensino público do estado de São Paulo, onde estão elencados os direitos, os deveres e as condutas disciplinares, que deverão ser adotadas por todos. Essas medidas também ajudam as escolas a tentar resolver os conflitos de violência que ocorrem em seus espaços, harmonizando o ambiente para que todos se sintam seguros em aprender e conviver.

2.1.1 A proposta de combate à violência por meio da mediação de conflito

Atualmente, um dos meios mais utilizados para combater a violência é a educação para resolução de conflitos, ou seja, a mediação de conflitos. A resolução é feita por meio do diálogo entre as partes e por um mediador que promove a aproximação com imparcialidade, o qual é treinado para interagir e mediar os problemas de forma pacífica na tentativa de um acordo que permita acabar com o conflito. Veremos a seguir o que são conflitos e as suas manifestações.

Segundo Moore (1998, p. 19):

[...] o conflito parece estar presente em todos os relacionamentos humanos e em todas as sociedades. Devido ao caráter nocivo do conflito, as pessoas têm sempre buscado maneiras de resolver suas diferenças. Ao procurar administrar e resolver suas diferenças, têm tentado desenvolver procedimentos que sejam eficientes que lhes permitam satisfazer seus interesses, que minimizem seus sofrimentos.

Chrispino (2002, p. 15) diz que:

[...] conflito é toda opinião divergente ou maneira diferente de ver ou interpretar algum acontecimento. A partir disso, todos os que vivemos em sociedade temos a experiência do conflito. Passamos pelo conflito pessoal desde a infância até a maturidade, continuamos a conviver com o conflito intrapessoal ou interpessoal.

Ainda de acordo com Chrispino, em geral, na escola e na vida, só percebemos o conflito quando ele produz suas manifestações violentas. Podemos tirar duas conclusões: a primeira é que se ele se manifestou de forma violenta, é porque já existia antes na forma de divergência; a segunda é que toda a vez que o conflito se manifesta, nós agimos para resolvê-lo, coibindo a manifestação violenta.

O conflito é o nosso companheiro de jornada mais próximo. É parte integrante da vida e da atividade social e se origina da diferença de interesses, de desejos e aspirações. Percebe-se que não existe aqui uma noção estrita de erro e de acerto, mas de posições que são defendidas frente a outras, diferentes. (CHRISPINO, 2002 apud CECCON, 2009, p. 29)

Para Garston e Wellman (1999 apud CECCON, 2009, p. 29), conflito é uma situação em que pessoas interdependentes satisfazem suas necessidades e seus interesses de formas diferentes e experimentam a interferência uns dos outros na busca de seus objetivos. Ele se origina da competição por recursos percebidos como limitados: água, ar, terra, alimento, tempo, riqueza e poder.

O conflito, culturalmente visto como negativo, é uma experiência inerente ao ser humano, necessário para seu desenvolvimento e aprendizagem. Segundo CHRISPINO (2002, p. 15) “conflito é toda opinião divergente ou maneira diferente de ver ou interpretar algum conhecimento”. Com base nessa perspectiva, desde a infância, todos vivenciam experiências de conflito, que podem ser intrapessoais (o conflito consigo mesmo, a tomada de decisões) ou interpessoais (separação de casais, brigas entre sócios, desentendimento entre alunos).

A paz não é ausência de conflito, mas uma constante negociação procurando transformar e superar conflitos. No Brasil, há razões de ordem cultural e histórica para a tendência a fugir do conflito. É muito forte o mito do “homem cordial”

(HOLANDA, 1998, apud CECCON, 2009, p. 31), e a expressão direta de discordância ainda é sentida como manifestação de hostilidade, grosseria ou, pelo menos, de distanciamento. Ainda leva tempo para transformar conflitos em oportunidades de mudança e aprendizagem.

Aprender a lidar com conflitos é a aprendizagem de conviver com o conflito de maneira saudável de uma proposta pedagógica voltada ao desenvolvimento da cidadania, no qual a pedagogia pertinente estimularia o diálogo, o compromisso, a cooperação e a participação dos alunos, professores, pais e comunidade a encontrar estratégias que satisfaçam suas necessidades, sem negligenciar a dos outros.

2.2 A mediação de conflitos

Apesar do processo de mediação ser utilizado em alguns países já há algum tempo, no Brasil ainda se constitui de um instrumento novo para as escolas. O mediador escolar deve ter uma postura de não se envolver com as pessoas em conflito. A imparcialidade, a integridade, o diálogo, a paciência, a habilidade de ouvir, a discrição em manter as confidências, a sabedoria, o conhecimento básico e a crença no processo de negociação e voluntarismo, a docilidade e o vigor em suas decisões são algumas das características que um mediador deve ter para atingir os objetos propostos para a função a desempenhar com sucesso.

Pode-se definir mediação como um processo no qual um mediador direciona duas ou mais pessoas na busca pela resolução de um conflito, sem impor ou propor soluções. Segundo Vezzulla (1998, p. 16),

A mediação é a técnica privada da solução de conflitos que vem, demonstrando, no mundo, sua grande eficiência nos conflitos interpessoais, pois com ela, são as próprias partes que acham suas soluções. O mediador somente as ajuda a procurá-las, introduzindo, com suas técnicas, os critérios e raciocínios que lhes permitirão um entendimento melhor.

O mediador, portanto, apenas encaminha as possibilidades para que as partes cheguem a um acordo por meio do diálogo. Outra definição de mediação é a de Moore (1998, p. 28):

A mediação é geralmente definida como a interferência em uma negociação ou em um conflito de uma terceira parte aceitável, [...] que ajuda as partes envolvidas a chegarem voluntariamente a um acordo, mutuamente aceitável com relação às questões em disputa.

Porém, para Moore (1998, p. 28), “[...] além de lidar com questões fundamentais, a mediação pode também estabelecer ou fortalecer relacionamentos de confiança e respeito entre as partes [...]”. Outra característica é a possibilidade de, por meio da mediação, desenvolver habilidades que permitam que o próprio sujeito passe a gerenciar os conflitos, desenvolvendo relações mais solidárias e dialógicas no convívio escolar.

Para Moore (1998, p. 29), “[...] a mediação é essencialmente o diálogo ou a negociação com o envolvimento de uma terceira parte”. Ainda segundo Moore, o processo de mediação busca a promoção do diálogo entre as partes, a escuta diferenciada dos pontos de vista e razões da outra parte, num ambiente de respeito, levando à conscientização do realismo das próprias exigências. Tal conscientização gera responsabilidade, acrescentando o compromisso com o acordo, por admitir que os envolvidos na disputa saiam do círculo vicioso de vítimas e acusados.

Nessa perspectiva, mesmo que os mediados não cheguem a um acordo, o processo tende a diluir as hostilidades, ao propiciar um modelo de padrão de interação cooperativo, que pode ser utilizado em outras situações de disputa. À medida que a pessoa se percebe capaz de resolver seus problemas, de decidir o que é melhor para sua própria vida, sua autoimagem se fortalece, aumentando a segurança e diminuindo o uso de defesas agressivas.

Nas escolas, é comum a negação da existência de conflitos e violências por parte dos funcionários. Isso ocorre para preservar a imagem das unidades escolares e de seus empregados, ou pelo sentimento de fragilidade devido à incapacidade de gerenciar os problemas diários. Na maioria dos casos, os conflitos são negligenciados e então explodem em violência. O conflito pode ser bom ou ruim, depende da forma como é administrado e entendido pela comunidade educativa e familiar.

2.3 Os usos mais recorrentes da mediação de conflito

No processo de mediação de conflitos, uma pessoa treinada como mediador ajuda duas ou mais pessoas a resolverem um conflito ou discordância. A mediação consiste em buscar resolver uma disputa por meios pacíficos, via diálogo.

O mediador, contudo, não ouve simplesmente o conflito e propõe uma solução, mas mantém a imparcialidade e a discrição. As pessoas em conflito

buscam equacionar o problema. Além disso, são os participantes, e não o mediador, que executam a solução acordada, e que deve ser aceita e cumprida pelas partes.

Nesse processo, o mediador tem um papel especial em decodificar o conflito. Ele não decide o que é certo ou errado ou encontra pessoas culpadas ou inocentes, como um juiz faz no tribunal. Em vez disso, o mediador, num clima de respeito e de confiança, tenta ajudar as pessoas em disputa a encontrar soluções e concordar sobre um caminho pacífico para resolver seu conflito.

O conflito, como já analisado, é uma parte inevitável da vida. Divergências não são sempre pequenas e inofensivas, ruins ou boas. Ataques ou tentativas de ataques geralmente ocorrem entre pessoas que se conhecem e convivem diariamente e, em muitos casos, começaram com pequenos argumentos ou discordâncias. O processo de mediação promove por meio do diálogo um caminho que contemple os dois lados, para que as pessoas possam resolver seus desentendimentos antes de uma ou outra parte recorrer à violência. Isso também ajuda as pessoas a alcançarem concordâncias sem se sentirem prejudicadas. Nesse caminho, ambos os lados na mediação saem vencedores, evitando desgastes desnecessários.

Vejamos o que nos diz Porro, 2004 (apud CHRISPINO, 2007, p. 11-28), sobre os motivos que as escolas e as instituições públicas ou particulares têm em realizar os programas de mediação de conflitos. O autor apresenta sete grandes motivos para realização do programa de mediação:

- a) a capacidade em resolver conflitos valoriza o tempo;
- b) a capacitação em resolver conflitos ensina várias estratégias úteis;
- c) a capacitação em resolver conflitos ensina aos alunos consideração e respeito para com os demais;
- d) a capacitação em resolver conflitos reduz o estresse;
- e) a possibilidade de aplicar as novas técnicas em casa, com familiares e amigos;
- f) a capacitação em resolver conflitos que podem contribuir para prevenção do uso de álcool e de drogas;
- g) a possibilidade de sentir a satisfação de estar contribuindo com a paz o mundo;

Breitman e Porto (2001, apud KALIL, 2006) acrescentam mais algumas habilidades essenciais ao mediador:

- a) ter noções básicas dos campos de conhecimento relacionados ao conflito (Direito, Psicologia etc.).
- b) possuir um ótimo nível de comunicação, além de conhecer as técnicas de comunicação verbal e não verbal.
- c) saber perguntar e escutar ativamente, com muita atenção.
- d) ser ativo no auxílio às pessoas sem influenciar em suas decisões.
- e) adotar uma postura de cordialidade a fim de favorecer um clima de respeito e de confiança.
- f) ajudar as pessoas a abandonar a posição queixosa.
- g) desenvolver a capacidade de empatia.
- h) manter uma distância adequada entre seus próprios problemas, dificuldades, crenças e preconceitos e o de seus clientes.
- i) saber decodificar o conflito, favorecendo a percepção e compreensão pelas pessoas envolvidas.
- j) saber reconhecer seus limites.

Dentre as classificações possíveis de conflitos no ambiente escolar, a de Martinez Zampa (2005, p 31-32 apud CHRISPINO, 2007, p. 21) ilustra os problemas que ocorrem com maior frequência nas escolas:

- a) entre os docentes, por falta de comunicação; interesses pessoais; questões de poder; valores diferentes; busca por destaque, divergências em posições, entre outros.
- b) entre alunos e docentes, por não entenderem o que explicam, notas arbitrárias; divergências sobre critério de avaliação; avaliação inadequada; discriminação; falta de material didático; não serem ouvidos; desinteresse pela matéria de estudo etc.
- c) entre alunos, por serem mal-entendidos; brigas; rivalidade entre grupos; discriminação; *bullying*; uso de espaços e bens; namoro; assédio sexual; perda ou dano de bens escolares etc.
- d) entre pais, docentes e gestores, por agressões ocorridas entre alunos e professores; falta de respeito pelos professores; falta de assistência pedagógica; critérios de avaliação, aprovação e reprovação; uso de

uniforme escolar; não atendimento a requisitos “burocráticos” e administrativos da gestão, entre outros.

Santos (2001, p. 61) afirma que a violência nasce da palavra emparedada e está vinculada à exclusão que se faz pelo discurso da recusa pela afirmação do silêncio. Assim, é fundamental que a escola se prepare para atuar como uma instituição forte, com regras livremente consentidas, administrando os conflitos por meio da restauração da autoridade do professor e pela mediação da linguagem. A escola precisa ser vivida com uma rede de relações em que as palavras tomem o lugar dos atos de violência. Esse diálogo, paciente, obstinado, pedagógico, instaura um respeito ao outro, com ações e sentimentos de reciprocidade que podem ajudar a eliminar a violência, construindo possibilidades do encontro.

Segundo Cubas (2007, p. 47) os professores não podem estar habilitados apenas para educarem seus alunos nas disciplinas que fazem parte do currículo, precisam desenvolver a capacidade de intervir e de evitar comportamentos agressivos.

De acordo com Royer (2002, apud CUBAS, 2007, p. 47), há alguns elementos essenciais que devem fazer parte da formação de professores para que se sintam capacitados a lidar com os conflitos e pensar estratégias de ação e prevenção da violência na escola. São eles:

a) a necessidade de mostrar aos professores que a violência não é algo “natural”, mas uma questão que precisa ser pensada com base no contexto em que está inserida.

b) a escola pode realmente contribuir para evitar a violência. Considerando que a escola prepara os alunos para vida social, ela pode ser a segunda oportunidade, ou até mesmo a última, de desenvolvimento das capacidades necessárias para desenvolverem habilidades e terem uma vida profissional e pessoal de sucesso.

c) os professores devem estar atentos à necessidade de agirem de forma ativa e não reativa aos problemas que ocorrem na escola, o que deve ser pensado em um contexto de prevenção e de intervenção precoce da violência.

d) saber respeitar o contexto em que a escola está inserida, pensando um modelo de intervenção que atenda à situação particular de uma escola ou de um

aluno, considerando que o problema da violência é complexo e não, necessariamente, homogêneo.

e) a necessidade de constante atualização das informações passadas aos professores a respeito da violência escolar.

f) a política de formação de professores deve ser guiada a partir dos resultados de pesquisas confiáveis sobre o tema da violência.

g) os pais de alunos devem estar envolvidos nos projetos realizados pela escola, pois as intervenções realizadas em sala de aula não são suficientes para apresentarem resultados positivos, devem também levar em conta o ambiente em que vivem os alunos.

h) pelo mesmo motivo apontado anteriormente, deve ser estabelecida uma parceria com a comunidade da qual a escola faz parte e dos serviços oferecidos por ela.

É necessário um programa adequado de formação de professores para que eles possam entender as diversidades da escola atual onde todas camadas sociais podem e devem ter acesso. A formação dos novos educadores deve ser corretamente construída, permitindo rapidamente que eles próprios se deem conta de que a violência não está na criança, senão nos meios que a criança adotou para lidar com seu ambiente, algo que ela aprendeu.

Uma escola é, também, um lugar de educação, onde os alunos se preparam para a vida social. Um local onde os jovens podem desenvolver e manter relações significativas. Para alguns jovens que, talvez tenham deficiências em termos de socialização, a escola pode representar uma segunda ou, em muitos casos, única oportunidade.

De acordo com Chrispino (2002, p. 23), é possível construir com os alunos uma “cultura de mediação” capaz de configurar modos de convivência mais harmônicos. Chrispino coloca que:

É possível também pensar na introdução do tema de mediação de conflito no currículo escolar, o que seria uma oportunidade para verbalizar a questão e tornar claro o que se espera dele — o jovem — no conjunto de comportamentos sociais. De uma forma, é dizer ao jovem e à criança que suas diferenças podem transformar-se em antagonismos e que, se estes não forem entendidos, evoluem para o conflito, que deságua na violência. Cabe ressaltar que esse aprendizado e essa percepção social, quando ocorrem com o estudante, são para sempre.

A formação de professores deve oferecer mecanismos de aprendizagem para entender à diversidade dos problemas e desenvolver habilidades que ensinem os educadores a intervir de forma ativa, mais do que reativa, com respeito à violência e aos comportamentos agressivos que acontecem na vida cotidiana das escolas.

Tal formação, quando baseada apenas na transmissão de conhecimentos, é incapaz de provocar mudanças na sua prática. A mudança de estratégias de algumas maneiras de agir não apenas irá beneficiar os alunos, mas também melhorar a qualidade e as condições de trabalho dos professores.

Tanto os professores quanto os alunos precisam se sentir incentivados, quando se pede que eles mudem determinados métodos ou adotem métodos novos. É necessário que todos estejam dispostos a contribuir com a melhoria de sua qualidade de vida e para a atmosfera da sala de aula e da escola. Esse aspecto muitas vezes é negligenciado.

Outro fator importante na política para formação de professores na prevenção da violência nas escolas é a necessidade que os professores têm de desenvolver capacidades sólidas para estabelecer parcerias com os pais, sabendo que sua participação tem influência considerável sobre a eficácia das intervenções dos professores.

Como gestora de escola, afirmo que a parceria com os pais é um ingrediente de extrema importância em qualquer intervenção que tente evitar ou lidar com o conflito e com a violência escolar.

Por meio das pesquisas analisadas, de observação e prática do dia a dia, pude constatar que uma intervenção, para ter eficácia, tem que levar em conta o ambiente onde vivem os alunos e, em primeiro lugar, seu ambiente familiar. Dentre outras coisas, temos que trabalhar nas capacidades dos pais, e não apenas nas dos alunos e dos professores. O ambiente familiar é uma variável imprescindível na promoção do desenvolvimento e manutenção das capacidades que embasam uma boa integração social.

Os dados das pesquisas são claros quanto a isso: o trabalho com as capacidades dos pais desempenha um importante papel no sucesso das intervenções propostas pela escola para tratar dos comportamentos agressivos. Afinal, a escola não é uma ilha, mas parte da comunidade.

Em sua formação, os professores devem ser capazes de identificar com clareza suas próprias responsabilidades e seu campo de ação, no que tange à

prevenção e às medidas para lidar com a violência escolar, na perspectiva da colaboração com os serviços oferecidos pela comunidade. Algumas situações precisam ser resolvidas pelo professor em sala de aula; outras, pelo diretor, em parceria com os pais, e, em muitos casos, com as organizações sociais e comunitárias, definindo o campo de ação de cada uma delas, mas com o mesmo objetivo de diminuir a violência nas escolas e priorizar a qualidade da aprendizagem na busca da cidadania para todos.

2.4 A mediação de conflito no combate à violência escolar

No âmbito escolar, a mediação se inscreve como uma ação socioeducativa importante, pois a reflexão produzida em situação de mediação contribui para pensar a discriminação, opressão e exclusão em todas as suas manifestações: colabora para a formação de sujeitos conscientes, participativos e solidários. O professor é peça fundamental na sua ação educativa e atuação como formador de opinião.

No espaço escolar, o mediador proporciona a comunicação, o diálogo, e estabelece ligações. Dessa forma os educandos, por meio do “empoderamento” resultante da mediação, aprendem a escutar, comunicar, apresentar argumentos, avaliar soluções e alternativas e fortalecer tais qualidades (BUSH e FOLGER, 1994).

Segundo Freire (2005, p. 119), ensinar exige saber escutar, e escutar significa “a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro”. Ele nos alerta ainda que o diálogo não pode existir sem esperança e sem amor pelos outros homens: “o diálogo é uma necessidade existencial” (FREIRE, p. 96). Essa deve ser também a crença do mediador, que deve estar especialmente atento aos sem voz.

O fato de a construção da violência ser lenta significa também que a prevenção tem que começar cedo, devendo acontecer em meio às tarefas cotidianas do espaço escolar e da educação e formação dos jovens para cidadania, e não apenas nas grandes campanhas de “conscientização”, por mais úteis que elas possam ser. O papel fundamental nessa prevenção deve ser desempenhado por aqueles que administram a educação em base cotidiana, contando, se necessário, com a ajuda de outros profissionais, especializados ou não: além dos professores e funcionários, as famílias e as comunidades.

Embora a escola não seja capaz de resolver todos os problemas que perpassam seus espaços, nem de compensar as desvantagens sociais, ela pode influenciar e incentivar seu próprio clima, a violência e os conflitos que ocorrem dentro de seus muros.

Segundo Cubas (p. 46) há quase unanimidade entre os pesquisadores da área da educação em enfatizar o papel central dos profissionais nas ações de intervenção e prevenção da violência ou na reconstrução da função que a escola tem na vida dos jovens. Ainda de acordo com a autora, há uma convicção na literatura internacional de que o professor tem papel fundamental em qualquer tipo de ação preventiva e de controle da violência nas escolas.

As relações professor/aluno, baseadas em comunicação; as atividades extracurriculares compartilhadas; a disciplina justa e coerente em sala de aula; o estímulo para o desenvolvimento da autoestima nos alunos; o incentivo à participação de trabalhos em equipe e as avaliações mais regulares e coerentes e em sintonia com os conteúdos ensinados são algumas das soluções que amenizam e previnem os problemas de insegurança e violência nas escolas.

3 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO E AS VOZES DOS SUJEITOS

Este capítulo aborda a análise do estudo realizado nas escolas estaduais do município de Piracicaba que foram pesquisadas em relação aos conflitos e violência e possuem a presença e a intervenção do professor mediador do projeto da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Tem como objetivo investigar, verificar as manifestações, as consequências e os desdobramentos das transformações, e também as ações que foram colocadas em prática analisando as mudanças com suas implicações para a comunidade escolar com a implantação do projeto.

3.1 Metodologia de pesquisa de campo

A pesquisa de campo explorada neste capítulo fez uso de análises quantitativas e qualitativas, com abordagem interpretativa, priorizando como critério de ser estabelecida em uma pesquisa a necessidade de uma indagação a ser respondida. As técnicas para coleta de dados foram as seguintes: aplicação de questionário, entrevista e observação participante.

A decisão da realização dos estudos nas escolas escolhidas foi motivada pelo fato de serem periféricas e de apresentarem alto índice de risco e vulnerabilidade. Essas escolas acolhem jovens oriundos de bairros onde estão localizadas e do seu entorno. São consideradas escolas de risco (Registro de Ocorrência Escolar – ROE) pelo governo e contam com remuneração adicional como incentivo para os profissionais que ali trabalham. Não há identificação das escolas pesquisadas para que não haja exposição negativa da unidade de ensino, assim, serão denominadas por escola A e B.

A escola A, no ano de 2011, conta com aproximadamente 1000 alunos matriculados, distribuídos nas séries: da 5^a a 8^a do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, nos períodos da manhã, tarde e noite.

O corpo docente da escola A é composto por 45 professores, com qualificação acadêmica média de graduação no ensino superior, sendo cinco professores pós-graduados. A rotatividade dos professores efetivos no entender dessa pesquisadora é considerada média, porém a dos professores substitutos é alta. Os professores, em sua maioria, são faltosos em consequência dos desgastes ocasionados no ambiente escolar, acarretando-se então dificuldades para encontrar substitutos, principalmente no período noturno.

Com referência aos recursos físicos e estruturais, a escola A é composta de: 10 salas de aula, 1 laboratório, 1 sala de leitura, 1 quadra de esportes coberta, 1 pátio interno (onde é servida a merenda e localiza-se a cantina) e 1 externo, salas para área administrativa e pedagógicas. As condições do prédio são boas, a direção da escola se empenha em deixar tudo limpo e em perfeita ordem. Os equipamentos eletrônicos, a sala de computadores e de leitura está aberta e disponível a todos.

Em 2010, os resultados do Saresp – Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – foram melhores do que no ano anterior, nos ensinos fundamental e médio, considerando a média de acertos dos alunos em Língua Portuguesa, Matemática e a média das reprovações e das taxas de abandono escolar.

A escola B conta com aproximadamente 600 alunos matriculados, nos ensino fundamental e médio, nos períodos da manhã e tarde. A escola não possui período noturno devido a sua vulnerabilidade em relação à violência do bairro em que está localizada.

O corpo docente da escola é formado por 30 professores sendo a minoria de efetivos e com qualificação média de graduação no ensino superior. A maioria dos professores que ministra aulas é contratada pelo regime de substituição. Há muitas faltas por parte dos professores tanto efetivos quanto os substitutos, prejudicando muito a qualidade de ensino.

Com referência aos recursos físicos e estruturais, a escola B é composta de: 13 salas de aula, 1 laboratório, 1 sala de leitura, 1 quadra de esportes coberta, 1 pátio interno (onde é servida a merenda e localiza-se a cantina) e 1 externo. As condições do prédio são ótimas com muitos espaços para organização administrativa e pedagógica. A escola foi recentemente construída e possui uma ótima infraestrutura, a direção da escola se empenha em deixar os espaços limpos e organizados.

Os índices do Saresp, realizado no ano de 2010, não foram satisfatórios. A escola teve uma acentuada queda, ficando em último lugar em relação ao município de Piracicaba e entre as dez com menores índices no Estado.

O trabalho de campo foi realizado na escola A e B no mês de novembro de 2010, com aplicação do questionário com perguntas objetivas e por amostragem. Na escola A, somente para os alunos do Ensino Médio do período noturno, e na escola B, para os alunos do Ensino Fundamental II do período da tarde. Os alunos foram retirados das salas de aula aleatoriamente e encaminhados para uma única

sala, onde houve uma explicação sobre o motivo da pesquisa. Todos os alunos presentes na sala de aula no momento da aplicação responderam o questionário, no entanto, alguns ficaram apreensivos em algumas perguntas, com receio da divulgação de suas respostas.

No mês de abril de 2011, foi realizada uma entrevista nas escolas A e B com roteiro dirigido para os alunos, professores, equipe gestora, funcionários e professor mediador. O objetivo da entrevista foi verificar se houve mudanças em relação ao comportamento dos alunos nos problemas de conflitos e violências com a presença do professor mediador e comunitário na escola.

A direção de cada escola aprovou e acolheu bem a realização dessa pesquisa. Houve boa receptividade dos professores que estavam nas salas no momento da aplicação dos questionários, compreendendo e informando aos alunos a importância do estudo, que necessitava de colaboração na coleta de dados. A entrevista também foi bem aceita por todos os professores, funcionários, alunos, direção e professor mediador.

3.1.1 Descrição do questionário e das entrevistas

É preciso ter claro e definido o objeto a ser investigado e quais as formas de abordagem, sempre considerando alguns pressupostos básicos:

- a) ontológico – a natureza da realidade a ser investigada;
- b) epistemológico – sobre o modelo de relação entre o investigador e o investigado;
- c) metodológico – o modo em que podemos obter conhecimento da realidade existente.

A pesquisa é uma investigação baseada em pressupostos teóricos, com um método que nos garante a compreensão do objeto investigado sob o olhar da busca do pesquisador. Não se trata de um mero levantamento de dados.

O questionário foi estruturado para obter os dados necessários para análise da situação dos alunos em relação à violência por eles sofrida, que ocorre no espaço escolar e no seu entorno. Com essa finalidade, o questionário foi estruturado com os seguintes tópicos:

- a) questões 1 a 7 – têm a finalidade de obter as características socioeconômicas dos alunos pesquisados;
- b) questões 8 e 9 – pretende investigar a relação dos alunos com as drogas lícitas e ilícitas;
- c) questões 10 a 13 – têm a finalidade de saber se os alunos já sofreram algum tipo de violência na escola e como se sente em relação à segurança que ela oferece;
- d) questão 14 – tem o objetivo de identificar qual o local do espaço escolar onde são mais comuns as agressões;
- e) Questões 15 a 17 – têm a finalidade de identificar a quem o aluno pede ajuda na escola quando é agredido;
- f) questões 18 e 19 – têm o objetivo de avaliar a importância da intervenção do professor mediador em relação aos conflitos e à violência na escola.

Foi elaborada uma questão aberta sugerindo aos alunos que citassem com suas próprias palavras sugestões para redução da violência na escola em que estudam.

A entrevista foi estruturada tendo um roteiro dirigido com o objetivo de analisar, verificar e entender a postura de todos os segmentos da escola em relação aos conflitos e a violência da unidade escolar e as mudanças ocorridas com a presença do professor mediador. Foi realizada seguindo os seguintes tópicos para direção, professores, funcionários e professor mediador:

- a) questões que têm a finalidade de conhecer a formação acadêmica, a função que exerce e o há quanto tempo trabalha na escola;
- b) questões com o objetivo de identificar como esses profissionais entendem os conflitos e a violência que ocorrem nos espaços escolares e no seu entorno;
- c) questões com o objetivo de analisar a importância da atuação do professor mediador escolar e comunitário na escola para resolução dos conflitos e da violência existente no espaço escolar.

3.2 Entrevistas com diretores, professores, funcionários e professores mediadores

3.2.1 Relatos dos diretores

A entrevista com os diretores foi realizada na unidade escolar no mês de abril de 2011, com hora marcada, e houve boa receptividade por parte das entrevistadas. Ocorreu num clima tranquilo, porém, como em todo ambiente escolar, as interferências para resolução de conflitos e problemas administrativos são constantes. A dinâmica de um gestor escolar é intensa e sua presença é muito solicitada em todos os setores para assumir a responsabilidade por tudo que acontece na escola. Então, a entrevista teve que ser interrompida por várias vezes e o tempo para sua realização foi bem maior.

Roteiro da entrevista:

- 1) Qual sua formação acadêmica?
- 2) Há quanto tempo você atua no magistério?
- 3) Há quanto tempo você está no cargo de diretora?
- 4) Há quanto tempo você está na diretoria dessa Unidade Escolar?
- 5) O que é violência para você?
- 6) Você considera sua escola violenta?
- 7) Quais são os tipos de violência mais comum que ocorrem na sua escola?
- 8) Quais são as violências que ocorrem na sua escola e que mais te preocupam?
- 9) Para você, o que é um professor mediador?
- 10) Qual a importância da atuação do professor mediador escolar e comunitário na sua escola?
- 11) O professor mediador ajudou a melhorar os problemas de conflito e violência da sua escola?
- 12) Em sua opinião, o que alunos, professores, funcionários e pais pensam sobre o professor mediador? Entendem sua função?
- 13) A sua equipe de professores, funcionários administrativos (secretário, agente de organização, vice-diretor, coordenadores) e de apoio (inspetor de alunos, limpeza) é efetiva na sua escola?

- 14) Você acredita que uma equipe bem-estruturada influencia na mudança de comportamentos dos alunos e no ambiente escolar?
- 15) Como é seu entorno? Como é formada a comunidade que você atende?
- 16) Você considera que a maior violência que ocorre na sua escola é exógena (de fora para dentro), endógena (de dentro para fora) ou é a violência para com a escola (instituição)?
- 17) Você acredita no projeto do professor mediador escolar da Secretaria da Educação? Ele deve continuar e se estender para todas as escolas?
- 18) Você se sente segurança para trabalhar na sua escola?
- 19) O que é paz para você?

Essas perguntas foram feitas às diretoras das escolas pesquisadas.

As diretoras são pedagogas e atuam no magistério há mais de vinte anos. A diretora da escola A está nesse cargo há sete anos e atua nessa unidade escolar há seis anos. A diretora da escola B está no cargo há nove anos e atua nessa unidade escolar há um ano e quatro meses.

Violência, para a diretora da escola A, é intolerância, falta de cidadania, violação dos direitos da criança e adolescente, falta de respeito as suas escolhas e tudo o que caracteriza violência física, verbal e psicológica. A diretora deu como exemplo um caso de violência que aconteceu na sua escola e que envolve a violência física e psicológica: o pai raspou a cabeça da filha como punição quando foi chamado pela diretora para resolver um conflito da aluna. Para a diretora da escola B, violência é todo ato que ocasione mal ao indivíduo ou à sociedade.

Atualmente, a diretora da escola A não considera que sua escola seja violenta (houve um período em que havia muita violência), no entanto, há situações de conflitos em que se não for feita uma mediação, elas poderão progredir para violência física e alimentar os conflitos externos.

A diretora da escola B considera a sua unidade escolar bem agitada e com muitos alunos agressivos. Para a diretora, as violências mais comuns são: verbal (muitos palavrões), física (tapas, chutes) e o comportamento inadequado na sala de aula (desatenção, falta de interesse dos alunos, desrespeito aos colegas e aos professores com xingamentos). A diretora da escola A diz que há dois tipos de violência na sua escola: o trabalho infantil (a violência social) e o descaso de alguns

professores (o embate entre alunos, e de alunos com professores e professores com alunos).

Outro exemplo que ocorre com frequência são as discussões de meninas por causa de meninos, sendo que já houve um caso de *ciberbullyng*, em que fotos foram divulgadas na internet e o conflito irrompeu dentro da escola por meio de agressão física.

Já a violência que mais assusta e preocupa a diretora da escola A é a advinda da área externa e de pessoas do entorno que vêm para algum evento na escola, como usuários de drogas e traficantes. Além disso, preocupam também o *bullyng*, a violência verbal e a física de alunos contra alunos que envolvem ameaças aos familiares e amigos. Para a diretora da escola B, são as agressões físicas (brigas) e os desentendimentos no bairro (focacas) que terminam em conflitos na escola.

Questionadas sobre o professor mediador, a diretora da escola A acredita que esse professor ainda está despreparado para assumir sua função e que terá que passar por muitas capacitações. Ressalta que o trabalho do professor mediador será válido desde que haja envolvimento com os alunos e a comunidade, sabendo reconhecer seus limites. Ela julga importante o trabalho preventivo, mas ainda acredita que não exista habilidade para diagnosticar os conflitos que acontecem na escola. Segundo a diretora, o professor mediador parte de sua vivência do senso comum para fazer suas intervenções e deveria buscar respaldo na bibliografia especializada para mediar os conflitos.

A diretora da escola B está convencida de que o professor mediador só tem a contribuir na redução da violência, sendo de grande importância na sua escola, por mediar o trabalho com os alunos e também por ser um apoio no convívio com a comunidade. Ela diz que a presença do professor mediador ajudou a melhorar os problemas de violência da sua escola e que ele auxilia na resolução dos conflitos, contribuindo muito com o trabalho de prevenção. No entanto, ela acredita que muitos ainda não entendem sua função. Para a diretora da escola A, o professor mediador também corroborou com a melhora na resolução dos conflitos, em especial no período da tarde (alunos de 5ª a 8ª série), em que os alunos são carentes e sentem falta de atenção e diálogo por parte de seus familiares. Em sua escola, os alunos entendem melhor a função do professor mediador, sendo que a maior dificuldade é por parte dos professores e dos pais que querem ter os problemas solucionados imediatamente.

A diretora da escola A diz que a maioria da sua equipe de professores e funcionários é efetiva. A escola também conta com um bom número de colaboradores de apoio, o que influencia no comportamento dos alunos, pois é criado um vínculo afetivo por parte dos alunos e professores, o que diminui a ocorrência de conflitos.

A maioria dos professores e funcionários da escola B não é efetiva. Trata-se de uma instituição nova e são poucos os que trabalham lá por um longo período. Ela acredita que uma equipe bem-estruturada e com vínculo contribui muito na redução dos conflitos.

Ao serem questionadas sobre o seu entorno, a diretora da escola A disse que a comunidade enfrenta muitas dificuldades, a maioria depende do trabalho informal e poucos têm acesso aos meios de comunicação (leitura, jornal, internet, cultura, lazer). A formação acadêmica dos pais é de ensino fundamental incompleto e os alunos são oriundos de vários bairros. A diretora da escola B diz que seu entorno é de plantação de cana de açúcar, pois a escola se localiza no final do bairro. A comunidade atendida é formada por famílias de baixa renda e com histórico de muita violência usuários de drogas e tráfico.

As diretoras acreditam que a maior violência que ocorre nas suas escolas é exógena. A escola é o ponto de encontro. São diversas as situações e os conflitos acabam “explodindo” dentro da escola.

As diretoras acreditam no professor mediador escolar, por ser “um projeto que auxilia a escola”. Ele deve ser ampliado para todas as unidades escolares porque ajuda em muito a equipe gestora na resolução de conflito e violência. As diretoras revelaram que se sentem seguras para trabalhar em suas escolas, na medida do possível, apesar dos problemas que ocorrem no cotidiano.

Para a diretora da escola A, paz é a oportunidade de se sentir realizado e feliz; para a diretora da escola B, paz é um estado de espírito.

Por meio das entrevistas realizadas com as diretoras das escolas pesquisadas, pudemos perceber que os problemas de conflitos e violência são os mais variados possíveis e que fazem parte da dinâmica diária das unidades escolares. A presença do professor mediador veio contribuir de maneira positiva com a equipe gestora, facilitando seu dia a dia, apesar de alguns “poréns” citados pela diretora da escola A. Observa-se o comprometimento de ambas no processo de ensino e aprendizagem com qualidade apesar das dificuldades como falta de apoio dos familiares, ausência diária de professores, falta de segurança das escolas e de

policciamento no entorno etc. Mesmo com todos os problemas que ocorrem no seu ambiente de trabalho, lutam por um espaço mais democrático, saudável e feliz para todos.

3.2.2 Entrevistas com professores e funcionários

As entrevistas realizadas com os professores e funcionários das escolas analisadas foram de maneira aleatória e seguindo um roteiro preestabelecido. Os objetivos da entrevista foram conhecer e analisar o que eles acreditam ser violência; se existe violência nas escolas que trabalham; se houve mudanças com a presença do professor mediador e como ele ajudou a resolver os conflitos que acontecem no ambiente escolar. Segue a descrição das perguntas realizadas e análise das entrevistas:

Roteiro da entrevista com funcionários.

- 1) Qual a sua função?
- 2) Há quanto tempo você trabalha nessa escola?
- 3) O que é violência para você?
- 4) Quais são os problemas mais comuns de violência que ocorrem na sua escola?
- 5) Você considera essa escola violenta?
- 6) O que você faz quando há problemas de violência na escola? A quem você encaminha o aluno?
- 7) A sua escola tem professor mediador? Você sabe qual é a sua função?
- 8) Houve mudanças nos casos de violência com a chegada do professor mediador na escola?
- 9) Você se sente seguro trabalhando nessa escola?
- 10) O que é paz para você?

Foram entrevistados seis funcionários da escola A são de: oficial administrativo e agente de organização escolar (atuam na área administrativa e como inspetor de alunos). A maioria trabalha na escola há mais de dez anos. Para eles, violência é falta de cidadania, privação do direito de uma pessoa de ir e vir, agressão física, verbal e psicológica, preconceito, desrespeito ao próximo e falta de limites. Os problemas mais comuns de violência que ocorrem na escola são: brigas

entre alunos com agressão verbal e física, descaso de alguns professores para com os alunos, falta de respeito entre alunos com professores, funcionários e de professores com alunos.

Os funcionários entrevistados da escola A não consideram a sua escola violenta. No entanto, quando há algum problema de conflito e violência na escola, foram unânimes em dizer que encaminham os alunos para que a diretora tome providências e, na sua ausência, para o professor coordenador. Achrom que as funções do professor mediador são: realizar um trabalho preventivo contra a violência; atuar como mediador entre escola, comunidade (pais) e outros segmentos para possíveis soluções sobre a violência na escola; evitar a evasão escolar; mediar os conflitos dos alunos e levar os alunos a refletirem sobre as suas ações por meio de solução amigável ou providências mais “drásticas” quando o diálogo não resolve (suspensão ou expulsão).

Para esses profissionais, ainda não houve mudanças nos casos de violência com a presença do professor mediador e acreditam que é preciso um tempo maior da sua atuação; contudo, acreditam no projeto. Todos os entrevistados disseram que se sentem seguros trabalhando na escola. Apenas um manifestou que “existem fatores externos que podem causar medo dentro da escola”.

Indagados sobre a definição de “paz”, obtivemos as seguintes respostas: “Paz é você se sentir seguro e tranquilo, é não se sentir ameaçado”; “Respeito ao próximo, mas a paz não começa no outro, mas sim no nosso interior”; “Se não temos paz, somos incapazes de transmitir. É quando estamos bem conosco e com a comunidade onde trabalhamos”; “Paz é cuidar do ambiente em que vivemos, é a garantia de que todas as pessoas tenham moradia, comida, educação, saúde, amor, compreensão, ou seja, uma boa qualidade de vida”.

Os funcionários entrevistados da escola B são agentes de organização escolar e serviços gerais e atuam na escola aproximadamente há pouco mais de um ano. Para eles, violência é: agressividade, depredação, falta de paciência, desrespeito aos direitos, falta de educação etc. Os problemas mais comuns de violência que ocorrem na escola são: falta de limites dos alunos com os funcionários, violência verbal, agressões físicas, brigas, indisciplinas e falta de respeito com os funcionários. Os funcionários entrevistados não consideram sua escola violenta.

Quando há problemas de conflitos e violência na escola, os alunos são encaminhados para o professor mediador e, na sua ausência, para o diretor e coordenador. Foram unânimes ao dizer que a função do professor mediador é de

orientar os alunos e ajudar a resolver os conflitos que ocorrem na escola. Dos entrevistados, 50% disseram que houve mudanças nos casos de violência com a presença do professor mediador e os demais ainda não sentiram transformação. A metade dos entrevistados disse sentir segurança trabalhando na escola e a outra metade sente receio, insegurança e medo.

Perguntados o que é paz, tivemos as seguintes respostas: "É respeitar o limite da outra pessoa e assim ser respeitado"; "Paz é a gente quem faz, se a gente estiver em paz com nós mesmos, fica mais fácil de trabalhar num ambiente que nem sempre é de paz"; "É saber respeitar o próximo".

Roteiro da entrevista com os professores:

- 1) Qual sua formação acadêmica?
- 2) Há quanto tempo você atua no magistério?
- 3) Quanto tempo você leciona nessa escola?
- 4) Você só trabalha nessa escola? Em quais períodos?
- 5) O que é violência para você?
- 6) Quais são os tipos de violência mais comuns que você encontra nessa escola?
- 7) Quais são as violências que ocorrem na sua escola que mais te preocupam?
- 8) Você considera que a maior violência que ocorre na sua escola é exógena, endógena ou é a violência para com a escola?
- 9) Você já sofreu algum tipo de violência nessa escola? Qual? O que você fez?
- 10) Você sabe o que faz e qual a função do professor mediador que atua na sua escola?
- 11) Você acredita que houve mudanças nos casos de violência com a chegada do professor mediador na escola?
- 12) Você considera sua escola violenta?
- 13) O que é paz para você?

Os seis professores entrevistados da escola A possuem, além da formação acadêmica em licenciatura plena, especialização, mestrado e pedagogia. Atuam no magistério há mais de quinze anos. Lecionam nessa escola por volta de

cinco a dez anos. Para eles, violência é agressão física e verbal, falta de respeito com o outro, qualquer tipo de força empregada contra vontade, ato de violência física ou emocional empregada contra um indivíduo, qualquer ato ou atitude que ofenda a outra pessoa.

Os tipos de violência mais encontrados na escola em que trabalham são: a violência verbal e, com menor frequência, a violência física. Segundo esses professores, a violência que mais os preocupa é a verbal, com palavras de baixo nível por parte de alguns alunos e também o preconceito e a “resistência em mudar para melhor”.

Perguntado aos professores se a maior violência que ocorre na escola é exógena ou endógena, 25% responderam que é exógena; 25%, que não existe violência na escola; e 50%, endógena, já que “Os alunos criam confusões dentro da escola e levam o problema para ser resolvido na rua”. Quando perguntado aos professores se eles já foram vítimas de violência na escola, 50% disseram que não sofreram nenhum tipo de violência e 50% que já sofreram violência, principalmente verbal, como a falta de respeito. Uma professora relatou que já foi roubada; pegaram dinheiro de sua bolsa e que, numa briga na sala de aula, um aluno a empurrou e bateu com a carteira na sua perna. O fato foi comunicado e registrado na diretoria.

Todos os professores entrevistados conhecem a função do professor mediador: “O professor mediador de conflitos tem por função intervir nos fatos de qualquer tipo de violência, tentando solucionar o problema ocorrido”. (Professora de Ciências e Matemática, há 6 anos na escola)

“Ele é uma ponte entre a escola, os pais e os órgãos competentes”. (Professora de História, há 10 anos na escola)

Perguntados se houve mudanças nos casos de violência com a presença do professor mediador, os professores entrevistados foram unânimes em dizer que consideram que o tempo não foi suficiente. No entanto, começam a notar pequenas mudanças no comportamento dos alunos, e consideram que o projeto é bom e esse trabalho precisa de tempo para ser desenvolvido e dar resultados.

Dos professores entrevistados, 75% não consideram a escola violenta, 25% consideram um pouco violenta e que o grande problema é a falta de respeito entre os alunos.

Para eles, as definições de paz foram:

“É ter tranquilidade para analisar a vida e poder tomar decisões com calma e compartilhar de um ambiente agradável.”

“Ter liberdade para agir tranquilamente, sem medo.”

“É a convivência fraternal entre os indivíduos. É respeitar a si mesmo e ao outro.”

“É ser consciente da minha função, fazê-la da melhor forma possível e ajudar o meu semelhante, enfim, ser feliz. Pessoas felizes não dão trabalho e estão em paz. Terminar o dia e dizer: missão cumprida!”

Ao fazer uma análise das respostas dos professores entrevistados da escola A, observamos que há resistência em admitir os conflitos e as violências que acontecem no ambiente escolar. Percebe-se que, para esses profissionais, aceitar que existem esses conflitos é denegrir a imagem que se tem da escola e deles. Eles se sentem responsáveis em manter a imagem da escola, pois admitir que há muitos problemas de violência onde trabalham pode ser considerado certo “fracasso”, além de ser constrangedor aos olhos da sociedade. As microviolências e as incivildades parecem não mais incomodar alguns professores, tornando-se comum no seu cotidiano. Há uma aceitação de normalidade e conformismo. Como trabalham na escola por algum tempo, se sentem corresponsáveis em manter uma representação positiva diante da sociedade.

Os seis professores entrevistados da escola B possuem formação acadêmica nas disciplinas que exercem a sua função e 40% também possuem o curso de pedagogia. 80% deles atuam no magistério há mais de quinze anos e 20%, há três anos. A maioria dos professores entrevistados leciona nessa unidade escolar por volta de três anos. Perguntados sobre o que é violência, responderam: “É agressão física e verbal, falta de limites, intolerância, brigas verbais e física, falta de cidadania e também todo comportamento que transgride as normas e regras”.

Na escola onde trabalham, as violências mais comuns são: agressão física, verbal e moral, discussões entre professores e alunos (comportamento na sala de aula), falta de amor próprio, baixa autoestima e ausência da família.

As violências que mais os preocupam são as agressões físicas e verbais entre os alunos e com os professores. As drogas são também motivo de preocupação para 40% dos entrevistados. A apatia dos alunos também é encarada como violência. 40% dos professores acreditam que a maior violência que ocorre é exógena: “Com certeza, é exógena. Eles trazem tudo do meio que eles vivem”. Porém, para os outros 40% dos entrevistados, é endógena: “É endógena e contra a instituição, não há pertencimento e reconhecimento”. Os demais entrevistados acreditam que a violência é exógena, endógena e para com a instituição, porque a

violência ocorre em todos os sentidos. Perguntados aos professores se já sofreram alguma violência na escola, 80% dos entrevistados responderam que não, e apenas 20% disseram que sofreram a violência verbal.

80% dos entrevistados disseram saber qual a função que desempenha o professor mediador e apenas 20% não sabiam. Para alguns professores: “Ele ameniza as situações problemáticas e constrangedoras entre professor e alunos; alunos com alunos”, além disso, o professor mediador atua como intermediário entre alunos e professores. A maioria dos professores entrevistados acredita que houve mudanças positivas em relação aos conflitos e violência com a presença do professor mediador. As brigas diminuíram e a autoestima dos alunos está melhorando. Perguntados aos professores se consideram sua escola violenta, 40% disseram que não e 60% consideram a escola com violência.

Para esses professores, paz é:

“Ter tranquilidade para desenvolver atividades. Serenidade para dialogar e desenvolver as tarefas do cotidiano.” (Professor da escola A)

“É o respeito às diferenças e ter tranquilidade para se fazer um bom trabalho.” (Professor da escola B)

Ao fazer uma análise das respostas dos professores entrevistados da escola B, observa-se que a violência existe, mas passou a ser vista como algo comum. Há certa tolerância com as microviolências e as incivildades diárias, chegando a adquirir um grau de normalidade. Percebe-se, nas respostas anteriores, quase uma unanimidade por parte dos professores em relatar os problemas de conflitos e violência que ocorrem na escola. No entanto, quando perguntados se já sofreram violência, se consideram a escola violenta ou se sente medo em trabalhar na escola, a maioria diz que não. A violência verbal, a falta de respeito dos alunos com os professores e as agressões físicas entre os alunos não são consideradas. É preciso questionar a imagem de escola sem violência, desconstruir alguns fatos que camuflam a realidade para saber interagir de maneira crítica e consciente, encarando os conflitos como uma ponte para encontrar soluções que realmente contribuam nas mudanças positivas que exigem o empenho e o comprometimento de todos.

3.2.3 Professor mediador

Também foram realizadas entrevistas com os professores mediadores escolares das unidades pesquisadas. Esses professores estão no projeto desde o início e atuam na escola de origem. Os professores passaram por uma capacitação de quatro dias junto aos diretores das referidas escolas. Essa capacitação foi oferecida pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, no mês de junho de 2010, na cidade de Serra Negra. Nessa capacitação, esses professores e os diretores obtiveram mais informações sobre o projeto e as funções que o professor mediador escolar comunitário iria desempenhar nas unidades escolares.

Para conhecer melhor esse profissional, foi realizada uma entrevista com o seguinte roteiro dirigido:

- 1) Qual sua formação acadêmica?
- 2) Há quanto tempo você atua no magistério?
- 3) Há quanto tempo você está no cargo de professor mediador?
- 4) Há quanto tempo você é professor mediador dessa unidade escolar?
- 5) O que é violência para você?
- 6) Você considera sua escola violenta?
- 7) Quais são os tipos mais comuns que ocorrem na sua escola?
- 8) Quais são as violências que ocorrem na sua escola que mais te preocupam?
- 9) Quais são as atribuições do professor mediador escolar e comunitário?
- 10) Você acredita que o professor mediador pode ajudar a melhorar problemas de conflito e violência da escola?
- 11) Em sua opinião, o que os alunos, professores, funcionários e pais pensam sobre o professor mediador? Entendem sua função?
- 12) Você acredita que uma equipe bem-estruturada influencia na mudança de comportamento dos alunos e do ambiente escolar?
- 13) Houve mudanças nos casos de violência com a presença do professor mediador na escola?
- 14) Você considera que a maior violência que ocorre na sua escola é exógena (de fora para dentro), endógena (de dentro para fora) ou é a violência para com a escola (institucional)?
- 15) Você acredita no projeto do professor mediador escolar da Secretaria da Educação? Ele deve continuar e se estender para todas as unidades escolares?

16) Você se sente seguro para trabalhar na sua escola?

17) O que é paz para você?

A formação acadêmica do professor mediador da escola B é em Biologia e Direito, com mestrado em Direito, sendo o tema de sua pesquisa *direitos humanos e meio ambiente*. Atua no magistério há vinte e dois anos (onze anos nos ensinos fundamental e médio e onze anos no ensino superior). Está no cargo de professor mediador desde junho de 2010. Para ele, “Violências são ações que as pessoas sintam-se agredidas ao receber, sentir ou presenciar”. Considera sua escola violenta e os tipos de violência que são comuns é a verbal (com agressões por meio das palavras) e física (com pontapés, chutes, tapas). Porém, a que mais o preocupa é a violência verbal porque é a partir dela que eclodem os outros tipos de violências.

Para o professor, as atribuições do professor mediador são de intervir entre escola, família e comunidade para prevenir problemas e mediar conflitos. Ele deve ser também um canal de comunicação entre as partes. Acredita que pode ajudar a resolver os conflitos e as violências com atitudes simples (diálogo). Segundo o professor mediador, os professores que atuam na escola “confundem” a sua função, mas com uma boa explicação e a atividade colocada em prática, compreendem melhor. Os pais entendem com maior facilidade. O professor mediador acredita que uma escola que possui uma equipe escolar coesa e estruturada tem uma influência muito grande no comportamento dos alunos e no ambiente.

Foi perguntado ao professor se ocorreram mudanças com a sua presença: “Acredito que sim; reduzimos o tempo para entrada em sala de aula evitando vários conflitos e também a quantidade de ocorrências como: depredação, bombas, brigas etc”. Ele entende que a maior incidência de violência que ocorre em sua escola é exógena: “quando a violência diminui no bairro, a escola se acalma”. O professor acredita muito nesse projeto devendo se estender a todas as escolas da rede. O projeto é muito bom, mas se faz necessário capacitar melhor esses professores para que tenham embasamento para desenvolverem bem a sua função. O professor diz se sentir seguro para trabalhar na escola, apesar da fama do bairro.

Para o professor mediador da escola B, paz é “Um estado de espírito, é interno e contagia com o seu comportamento”.

O professor também acrescentou que quando chegou à escola era observado pelos alunos com certa desconfiança e precisou de tempo para

conquistá-los. Então começou a participar do intervalo “puxando conversa”, participando de atividades esportivas e viagens extracurriculares. Agora, são os alunos que o procuram para conversar e participar das atividades. Foi possível notar que ele é realmente querido pelos alunos, há uma empatia e reciprocidade.

A professora mediadora da escola A é formada em Geografia e atua no magistério há mais de dez anos. Está no cargo de professora mediadora há nove meses na mesma escola. Violência para ela é quando alguém é agredido física, verbal e emocionalmente. Considera que a escola “Já foi mais violenta, agora parece estar mais calma. Embora haja períodos em que parece que os ‘nervos’ de todo mundo estão atacados”. As ações mais violentas que ocorrem na escola são as agressões verbais entre alunos e alunos com os professores e que a preocupam muito, pois desencadeiam em violência física. A função de um professor mediador é de ser parceiro da escola e atuar de maneira positiva para que as brigas, discussões e violências sejam amenizadas. Ela acredita que, por meio do diálogo, o professor mediador ajuda a melhorar muito as relações de conflito e violência que ocorrem no espaço escolar. A equipe de profissionais que atua na escola já entende melhor a sua função, mas alguns pais ainda fazem um pouco de confusão. A equipe escolar, em sua opinião, deve ser coesa e estruturada, pois há um suporte para que as ações se desenvolvam com mais eficiência.

A profissional disse que, com a sua presença, houve mudanças nos problemas de conflito e violência que ocorriam na escola, e que os alunos agora estão mais abertos ao diálogo e aos poucos estão aprendendo a se respeitarem. Além disso, eles passaram a procurá-la para conversar quando estão com problemas. Para ela, a maior parte da violência que ocorre na sua escola é exógena. Ela acredita no projeto e que ele deveria estar em todas as escolas porque a violência, hoje em dia, está em todos os lugares. Para a professora, paz é “um sentimento que nos faz sentir bem, felizes e seguros. É algo que está dentro de nós”.

A professora comentou que entrou no projeto por estar com um número reduzido de aulas e que, a princípio, ficou muito apreensiva porque não conhecia a função que iria desempenhar. Com a capacitação e as reuniões mensais que ocorrem na diretoria com o coordenador do projeto e a troca de experiências entre os professores, se sente mais segura. Ela vai permanecer no projeto, pois se identificou muito com sua nova função, e acredita que pode colaborar para que haja uma escola em que a paz e a solidariedade estejam presentes.

Observa-se que os professores mediadores das escolas pesquisadas entenderam o objetivo da sua função e acreditam realmente no projeto que estão desenvolvendo. Apesar de serem pioneiros nessa função, abraçaram a causa efetivamente, no entanto, necessitam que haja um trabalho de divulgação aos alunos, professores, funcionários e pais, além da valorização, por parte da direção da escola, do trabalho que estão realizando. Comentaram na entrevista que ainda enfrentam vários problemas na escola como a falta de um local (sala) específico para intermediar e conversar com alunos, professores e pais. Quando são solicitados para intervir num problema de conflito e violência, eles precisam procurar por espaços que estejam desocupados no momento. Para eles, a falta de um local apropriado cria constrangimentos.

Acreditam ainda que são poucas as capacitações que recebem sentindo a necessidade de mais embasamento teórico para as suas intervenções. Outro problema sentido é o fato de alguns professores e funcionários cobrarem ações concretas como suspensão e expulsão. Alguns ainda não entendem que essas atitudes não fazem parte das atribuições do professor mediador.

É importante ressaltar que os professores entrevistados estão comprometidos e acreditam no trabalho que estão realizando e principalmente se sentem felizes por conseguiram firmar um vínculo afetivo com os alunos e com a comunidade. Eles se sentem queridos e respeitados, e a tendência, com o passar do tempo, é de essa relação melhorar cada vez mais.

3.3 Caracterização dos alunos

Para os alunos, a entrevista ocorreu de maneira descontraída, mas seguindo um roteiro com a finalidade de conhecer as características socioeconômicas, idade, série e tempo que estuda na escola. Foram feitas perguntas sobre a definição de violência, ocorrência de algum tipo de violência e se pediram ajuda a alguém, e sobre a atuação do professor mediador e da direção em relação ao agressor e à vítima. Também foi discutido sobre a função do professor mediador e se houve redução dos conflitos e violência com sua chegada. Aos alunos também foi questionado a respeito da segurança na escola e como é possível contribuir para a redução da violência. Ainda foi questionado aos alunos o que deve ter uma boa escola para se estudar e aprender, e, finalmente, o significado de paz.

3.3.1 Entrevista dos alunos

A análise de dados será feita por meio das entrevistas realizadas, no mês de abril de 2011, nas escolas A e B. A entrevista foi realizada com base em um roteiro semiestruturado, contendo temas ou subtemas que contemplem o objetivo da investigação. A entrevista contemplou as seguintes questões:

- 1) Qual sua série, idade e período em que estuda?
- 2) Há quanto tempo você estuda nessa escola?
- 3) O que é violência para você?
- 4) Você já sofreu algum tipo de violência na escola? Como foi?
- 5) O que você fez? Para quem pediu ajuda? Falou para seus pais? Comunicou ao professor ou à direção?
- 6) Quando alguém age com violência na escola, o que os professores, funcionários e direção fazem em relação ao agressor e à vítima?
- 7) Você acha que as atitudes tomadas são corretas ou causam mais revoltas nos envolvidos?
- 8) Você sabe quem é o professor mediador da sua escola e qual a sua função?
- 9) Você acha que ele é importante na mediação de conflitos que geram violência na sua escola?
- 10) Você percebeu melhorias em relação à violência com a chegada do professor mediador na escola?
- 11) Você se sente seguro na sua escola? Não sente medo de ser agredido?
- 12) Como você acha que pode contribuir para melhorar a violência da sua escola?
- 13) O que deve ter uma boa escola para você estudar e ter uma aprendizagem com qualidade?
- 14) O que é paz para você?

A maioria dos alunos entrevistados está na faixa etária de 12 a 16 anos e cursa o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio, no período da manhã e estuda nas escolas em média há quatro anos. Há uma leve predominância do sexo masculino.

Perguntados sobre a definição de violência, foram obtidas as seguintes respostas:

“Qualquer tipo de ação física, verbal ou psicológica cuja qual ultrapassa os meus direitos ou limites”. (Aluno da escola B, 16 anos, 3ª série do E.M.)

“Palavras grosseiras, agressivas, bater, espancar, *bullying* etc.”. (Aluno da escola B, 14 anos, 1ª série do E.M.)

A maioria dos alunos entrevistados faz menção à violência verbal, física e emocional. O *bullying* foi comentado por poucos, porque ainda não há muito conhecimento sobre esse termo nessas escolas. Passam por esse problema, mas não sabem denominá-lo.

Quando perguntados a quem comunicam quando sofrem violência, 80% dos alunos entrevistados não falam para a direção ou para os pais, apenas 20% dizem comunicar o professor, a direção e os pais. Eles acreditam que serão ainda mais punidos pelos agressores e preferem se adaptar à situação, ignorar o acontecido, “deixar quieto”.

Também foram perguntados quando há violência na escola, tanto física quanto verbal, o que os professores, funcionários e direção fazem em relação ao agressor e à vítima. Alguns alunos falaram que “Eles conversam com os alunos e tentam descobrir a verdade e, dependendo da gravidade, tomam providências rapidamente com suspensão” (aluna da escola A, 13 anos, 7ª série do E.F. II).

A maior parte dos alunos entrevistados (80%), das escolas A e B, relatou procedimentos semelhantes como: ir para diretoria, chamar os pais para uma conversa, ser advertido ou ficar suspenso por alguns dias. Os alunos concordam com esses procedimentos, no entanto, um aluno da escola A opinou: “punições são viáveis, mas a inclusão dos mesmos no meio dos que sofrem não seria melhor? Quanto mais se conhece mais se tem laços afetivos” (aluno da escola A, 16 anos, 3ª série do E.M.).

Outro aluno disse se sentir revoltado, porque não tem direito de expor o que de fato acontece, quem fala são os professores e a direção.

Os alunos também foram questionados sobre o professor mediador e qual seria sua função. Alguns alunos da escola B deram as seguintes respostas:

“O professor mediador ocupa a função de mediar casos de violência, intervir entre alunos e direção”. (Aluno da escola B, 16 anos, 3ª série E.M.)

“Eu acho que a função dele é de organizar as coisas na escola e suspender alunos com mau comportamento”. (Aluno da escola B, 15 anos, 2ª série do E.M.)

“Sim, sei quem é, mas não sei qual a sua função dentro da escola”. (Aluna da escola B, 14 anos, 1ª série do E.M.)

É possível constatar que a maioria dos alunos entrevistados conhece a função do professor mediador e é favorável as suas intervenções.

Os alunos da escola A conhecem a professora mediadora e sabem que ela é a professora mediadora, mas não têm consciência especificamente da função que ela desempenha na escola. No entanto, acreditam que, com a sua presença, os problemas de violência foram reduzidos e que ela toma providências adequadas.

Os alunos da escola B também comentaram que o professor mediador é importante na escola, pois com sua chegada os casos de violência diminuíram. Na opinião de um aluno: “Ele é um ótimo comunicador, possui diversos conhecimentos gerais e sabe interagir. Desde quando ele chegou à escola as taxas de brigas e outras violências diminuíram gradativamente” (16 anos, 3ª série do E.M.).

Outro aluno comentou: “Melhorar não melhorou muito, mas deu uma amenizada; com o tempo, eu acho que irá melhorar, pois ele é muito bom professor mediador” (aluno da escola B, 15 anos, 2ª série do E.M.).

Para os alunos que foram entrevistados tanto da escola A quanto da escola B, o professor mediador pode contribuir para redução da violência nas suas escolas. Já a contribuição dos alunos para reduzir os problemas de conflitos e violência nas escolas começaria por respeitar os colegas, os professores e os funcionários, aprendendo a conviver com as outras pessoas, não fazendo fofocas dos colegas, não agredindo e tendo mais diálogo. Eles também comentaram que as escolas deveriam ter mais projetos extracurriculares com passeios culturais, campeonatos esportivos, teatro, música e dança, para uma aproximação maior dos alunos.

Alguns alunos entrevistados responderam que paz é:

“É viver em alegria com os outros e todos viverem em harmonia”. (Aluna da escola B, 15 anos, 2ª série E.M.)

“Paz, para mim, é quando a escola está em paz com os alunos”. (Aluna da escola B, 16 anos, 1ª série E.M.)

“Paz é a boa convivência entre as pessoas”. (Aluno da escola B, 14 anos, 8ª série do E.F.)

Para a aluna da escola A, de 12 anos, da 7ª série: “Paz é um lugar bem silencioso, sem agressão, sem briga e com alegria. Isso é que é paz”.

Para os alunos em geral, paz é um lugar tranquilo, em que o relacionamento das pessoas não se fundamenta em brigas, discussões, agressões, preconceitos e todos os problemas são resolvidos por meio do diálogo.

Por meio das respostas dos alunos entrevistados, foi possível observar que a violência faz parte do cotidiano das escolas e que a violência verbal, os apelidos pejorativos, as humilhações e os xingamentos machucam até mais do que a agressão física. Quando os conflitos físicos acontecem, tem-se a impressão de uma “libertação” daquele que sofria calado e que, partindo para a agressão física, se tornou público para os outros alunos, professores, direção e pais. É a suposta vitória de conseguir se impor e mostrar a capacidade de se defender para todos.

Esses alunos esperam que sempre haja uma punição por parte dos professores e principalmente da direção para sentir a “vingança”, ou melhor, a justiça. Os alunos não consideram o diálogo, a conscientização e o pedido de desculpas uma punição. Muitas vezes, depois da conversa em que todos firmam o compromisso de paz, os problemas eclodem e são “resolvidos” na saída das aulas, caracterizando a violência endógena — o problema começou na escola e terminou fora de seus portões. Essa situação foi muito citada pelos alunos entrevistados.

Os alunos responderam que conhecem o professor mediador e que sua função é conversar com os alunos quando apresentam problemas de brigas (verbal e física) com os professores, com alunos da classe ou da escola nos intervalos, e acreditam que os conflitos estão diminuindo, e por isso sentem confiança em expor seus problemas para os professores mediadores. Os alunos também disseram não sentir segurança dentro do espaço escolar. Apesar da presença de professores, funcionários e direção para “protegê-los”, ainda existe a vulnerabilidade.

Para diminuir os conflitos, deveriam ser desenvolvidos mais projetos esportivos e culturais com os alunos e professores para que haja maior aproximação na qual se institua um vínculo afetivo e de pertencimento. Essas atividades fazem com que os alunos gostem da escola, sintam orgulho e a defendam diante da sua comunidade.

Os alunos também acreditam que é preciso haver uma contribuição por parte deles para a redução dos problemas de conflitos e violência que ocorrem no ambiente escolar e eles têm a consciência de que, caso isso ocorra, todos serão

beneficiados com uma sensação de paz, que significa um lugar tranquilo, sem brigas e discussões, onde todos os problemas são resolvidos por meio do diálogo.

Ao se fazer uma análise da entrevista, observa-se que aproximadamente 90% dos alunos já sofreram algum tipo de violência no ambiente escolar. No entanto, esses alunos acreditam em mudanças e têm esperança de a presença do professor mediador poder, de alguma maneira, ser o caminho para atingir o objetivo comum a todos. Eles acreditam que a escola pode ser um lugar onde a paz ensine, socialize, eduque e transforme uma sociedade violenta.

3.3.2 Aplicação do questionário

O período para aplicação do questionário se realizou no final do mês de novembro de 2010, nas escolas A e B, que fazem parte da pesquisa. Por se tratar de uma análise predominantemente quantitativa, decidimos pela aplicação de questionários a 40 alunos de cada escola. A escolha dos alunos para responder ao questionário foi aleatória, nenhum critério específico foi utilizado.

A seguir, apresentaremos uma análise interpretativa das respostas obtidas, cujo objetivo é caracterizar o aluno e estabelecer o nível de violência a que está exposto no ambiente escolar e também detectar as mudanças que ocorreram com a presença e a intervenção do professor mediador.

Seguem as perguntas do questionário realizadas aos alunos:

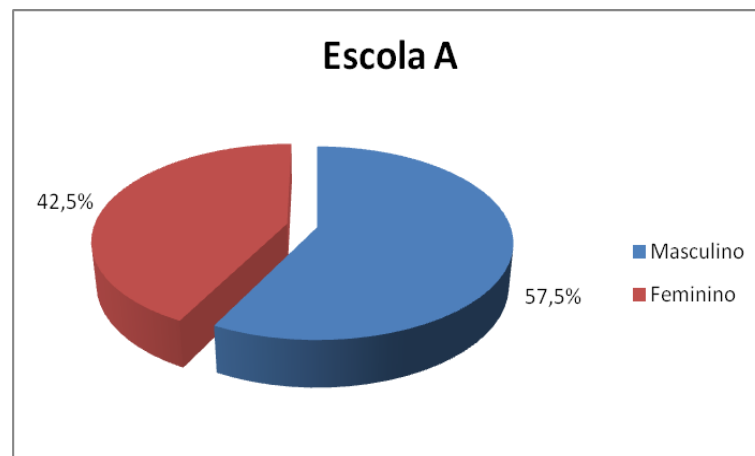
- 1) Qual o seu sexo?
- 2) Qual a sua idade?
- 3) Você trabalha?
- 4) Você se considera: branco, pardo ou negro?
- 5) Você se sente feliz?
- 6) Quanto tempo por dia você assiste televisão?
- 7) Em relação ao diálogo com seus responsáveis (pai e mãe), sobre assuntos que o preocupam, você acredita: ter liberdade para conversar ou tem dificuldades para conversar?
- 8) Você já utilizou algum tipo de droga lícita (bebidas alcoólicas, cigarros etc.)?
- 9) Você já utilizou algum tipo de droga ilícita?
- 10) Você se sente seguro em sua escola?

- 11) Você já sofreu algum tipo de violência em sua escola?
- 12) Se você respondeu sim, qual tipo de violência: verbal ou física?
- 13) Você passou por algumas dessas situações: apelidos pejorativos, ameaças, destruição de pertences pessoais, exclusão, humilhação por colegas?
- 14) Em qual local da escola essa situação aconteceu: sala de aula, intervalo, banheiro, corredores, portão de entrada?
- 15) O que você fez quando essa situação aconteceu: pediu ajuda para direção, ignorou o fato, pediu que parassem, chorou, desistiu de ir para escola?
- 16) Você já se sentiu agredido(a) por algum professor?
- 17) Os professores de sua escola relacionam-se bem com os alunos; são autoritários e não deixam os alunos omitirem opiniões; ouvem aos alunos; repreendem os alunos sem saber o que de fato aconteceu?
- 18) Sua escola possui professor mediador?
- 19) Você acredita que o professor mediador faz diferença em relação aos problemas de conflitos e violências que acontecem na escola?

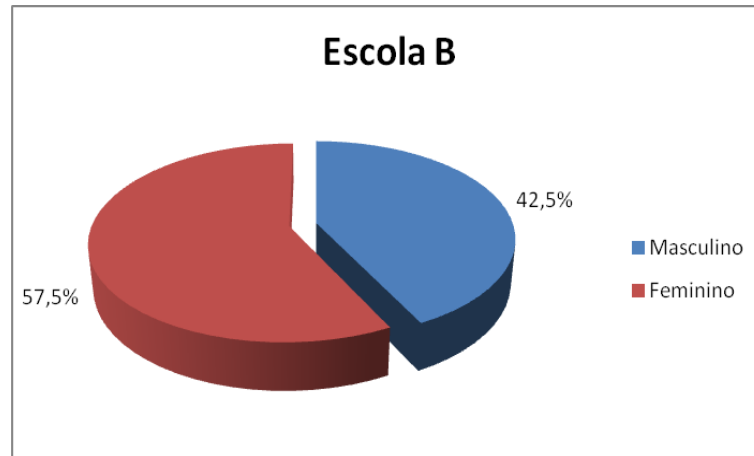
Foi realizada uma pergunta aberta solicitando aos alunos que dessem sugestões para reduzir a violência em suas escolas.

Faremos a seguir as análises das respostas dadas pelos alunos das escolas pesquisadas:

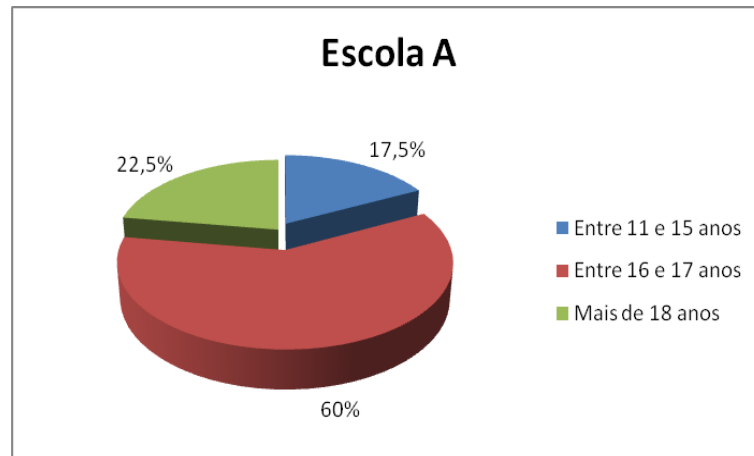
Gráfico 1A – Gênero dos alunos da Escola A



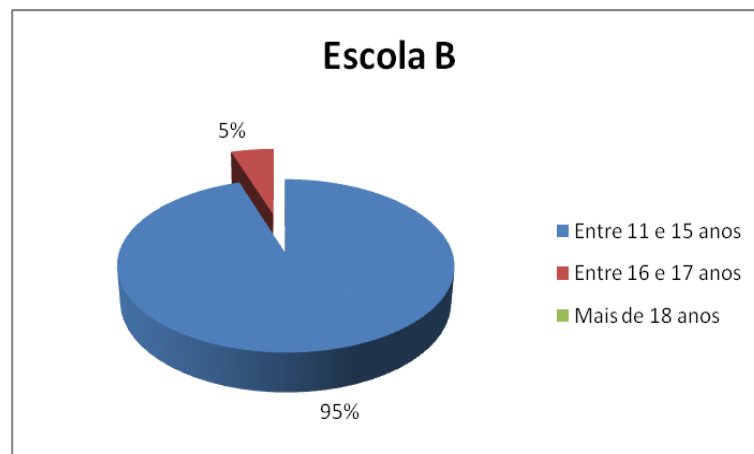
Fonte: pesquisa de campo da autora.

Gráfico 1B – Gênero dos alunos da Escola B

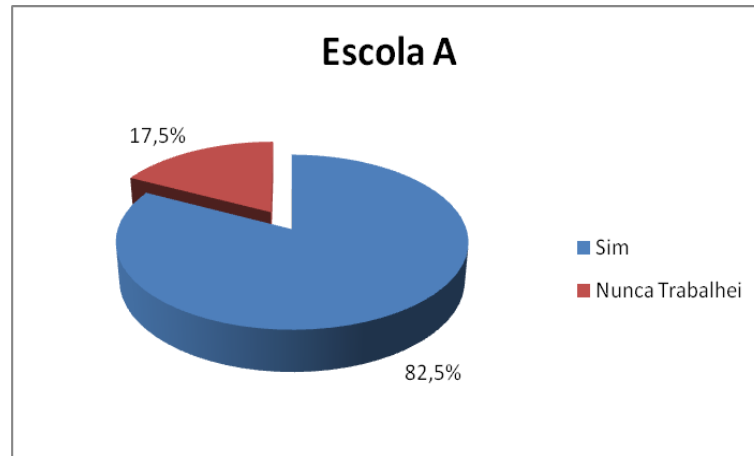
Fonte: pesquisa de campo da autora.

Gráfico 2A – Idades dos alunos da Escola A

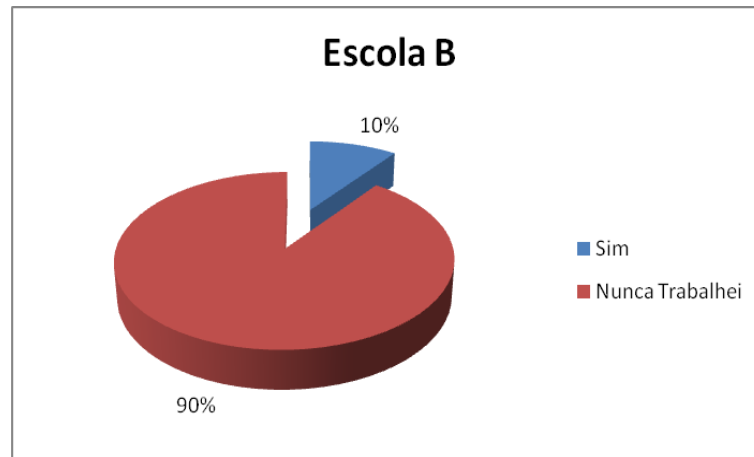
Fonte: pesquisa de campo da autora.

Gráfico 2B – Idades dos alunos da Escola B

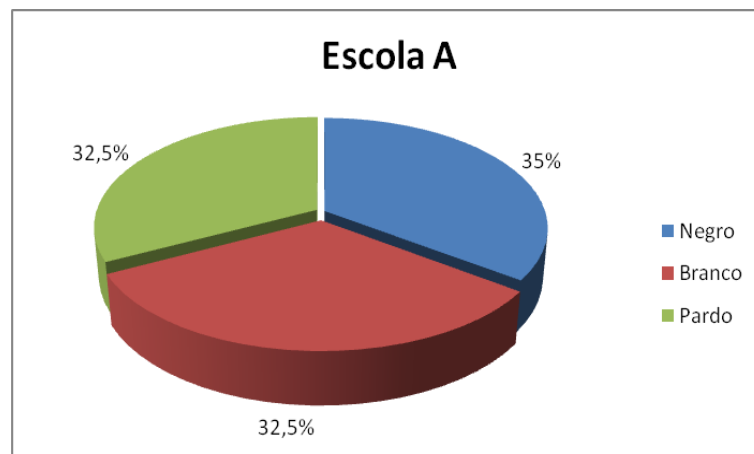
Fonte: pesquisa de campo da autora.

Gráfico 3A – Alunos que trabalharam ou nunca trabalharam da Escola A

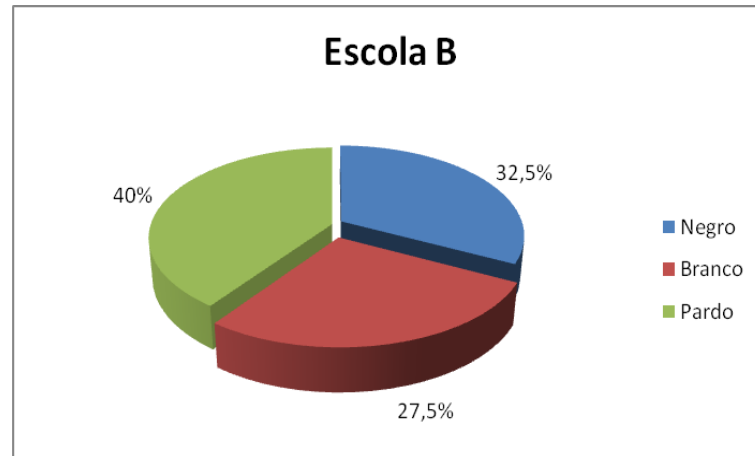
Fonte: pesquisa de campo da autora.

Gráfico 3B – Alunos que trabalharam ou nunca trabalharam da Escola B

Fonte: pesquisa de campo da autora.

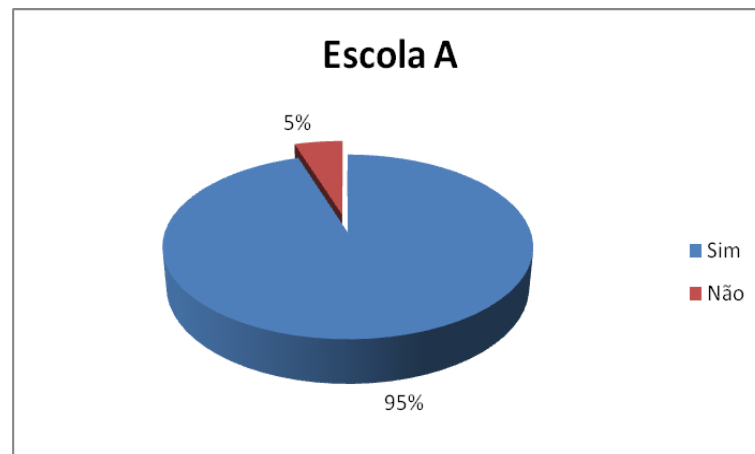
Gráfico 4A – Etnia dos alunos da Escola A

Fonte: pesquisa de campo da autora.

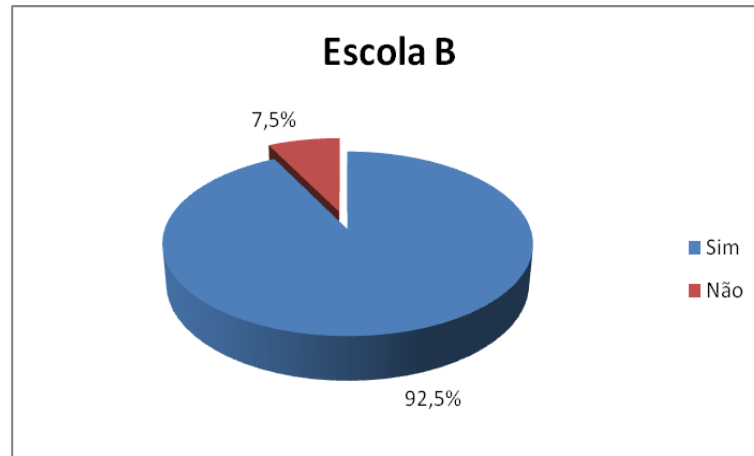
Gráfico 4B – Etnia dos alunos da Escola B

Fonte: pesquisa de campo da autora.

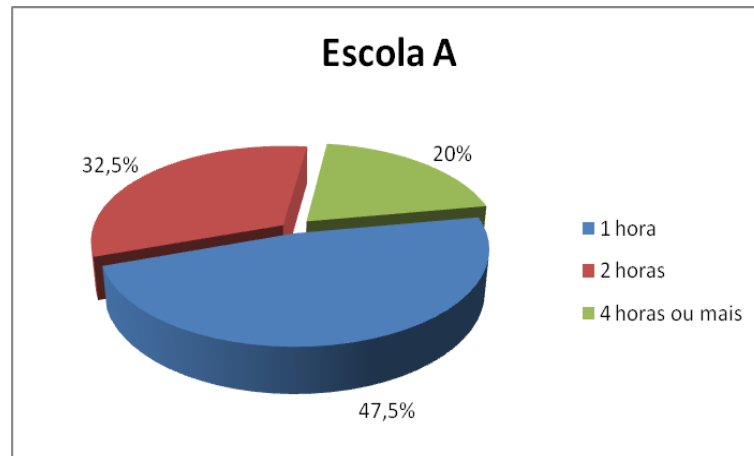
A predominância dos alunos pesquisados da escola A é do sexo masculino. Eles estão na faixa etária entre 14 e 18 anos e estudam no período noturno. A maioria trabalha (82,5%) e 17,5% nunca trabalharam. Consideram-se: 35% negros, 35% brancos e 30% pardos. Na escola B, o sexo feminino predomina (57,5%), e a idade está entre 11 e 16 anos, no período da tarde, sendo que 90% dos alunos nunca trabalharam. Eles se consideram: 32,5% negros, 27,5% brancos e 40% pardos.

Gráfico 5A – Alunos que se sentem felizes da Escola A

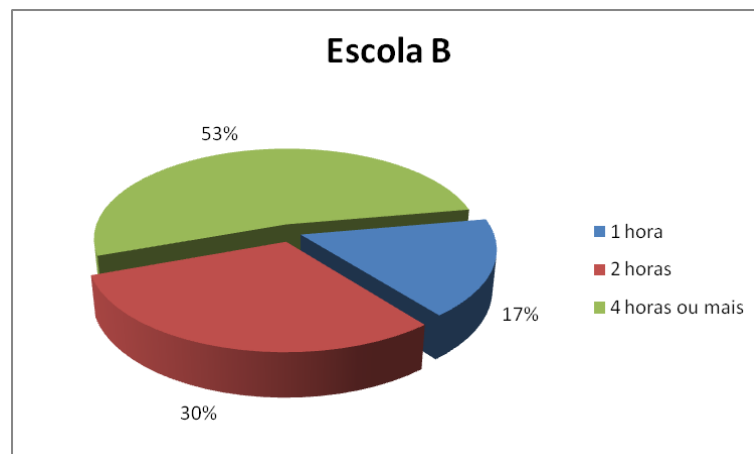
Fonte: pesquisa de campo da autora.

Gráfico 5B – Alunos que se sentem felizes da Escola B

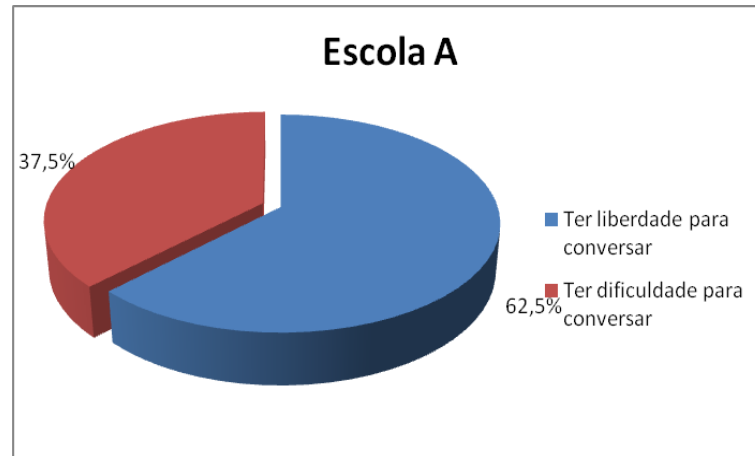
Fonte: pesquisa de campo da autora.

Gráfico 6A – Tempo por dia que os alunos da Escola A assistem à televisão

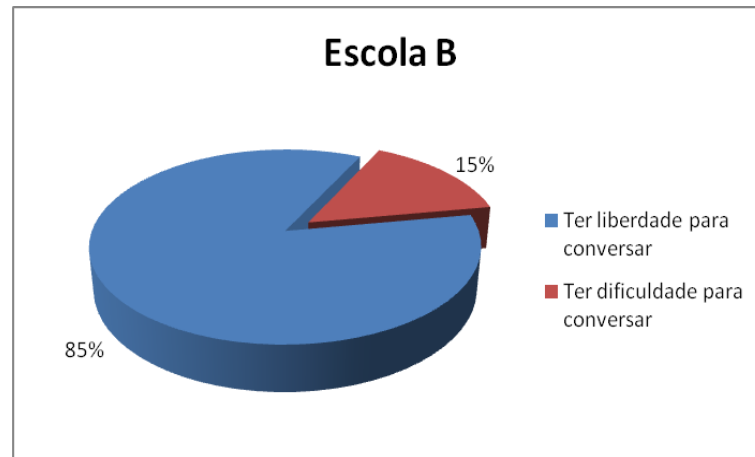
Fonte: pesquisa de campo da autora.

Gráfico 6B – Tempo por dia que os alunos da Escola B assistem à televisão

Fonte: pesquisa de campo da autora.

Gráfico 7A – Liberdade de diálogo entre pais e alunos da Escola A

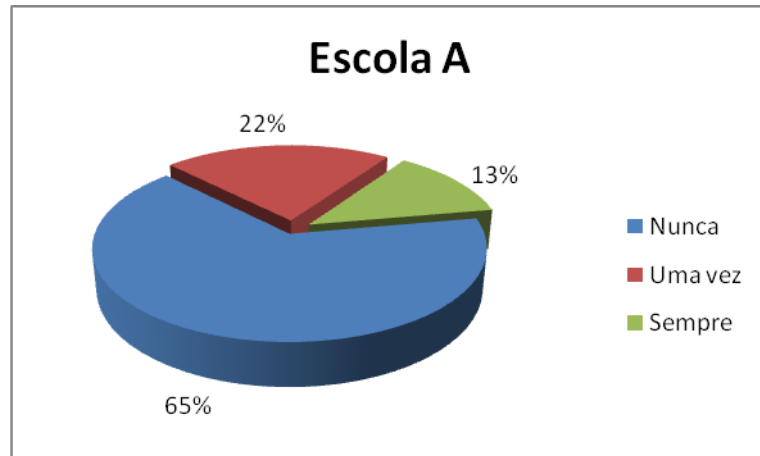
Fonte: pesquisa de campo da autora.

Gráfico 7B – Liberdade de diálogo entre pais e alunos da Escola B

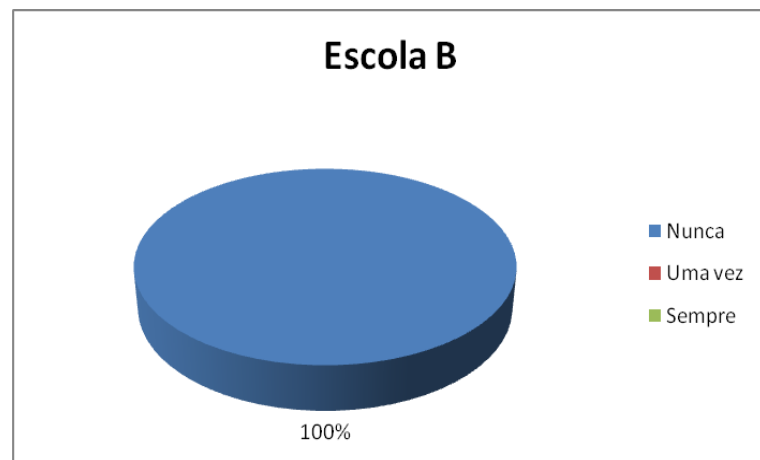
Fonte: pesquisa de campo da autora.

Ao serem questionados se sentem felizes, 95% dos alunos da escola responderam que sim. Assistem à televisão por dia: 37,5% por uma hora; 32,5% por duas horas e 20% por quatro horas ou mais. Quando perguntado qual a relação de diálogo que eles têm com os pais sobre os assuntos que os preocupam, 65% disseram ter liberdade para conversar.

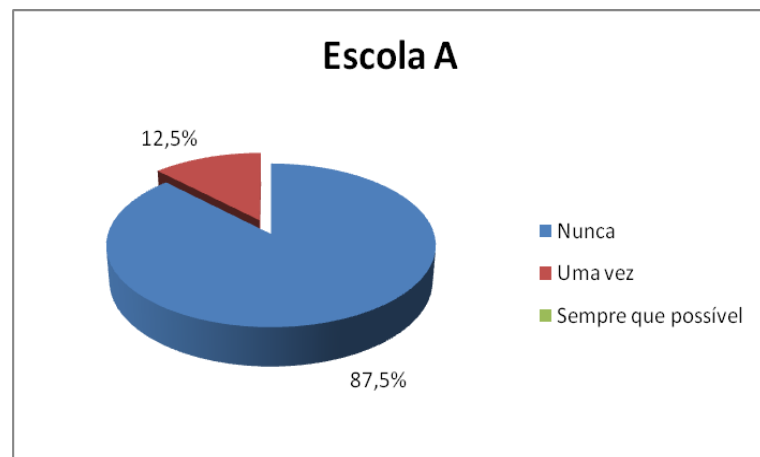
92,5% dos alunos da escola B se sentem felizes. Assistem mais de 4 horas de televisão por dia (52,5%), sendo que 30% assistem por duas horas e 17,5%, por apenas uma hora. Para 85% dos entrevistados, a relação de diálogo com os seus pais é muito boa, e eles possuem liberdade para conversar sobre os assuntos que os preocupam. Observa-se que os alunos que não trabalham passam a maior parte do tempo na frente da televisão, sobrando muito pouco tempo para os estudos em casa.

Gráfico 8A – Frequência de consumo de algum tipo de droga lícita entre os alunos da Escola A

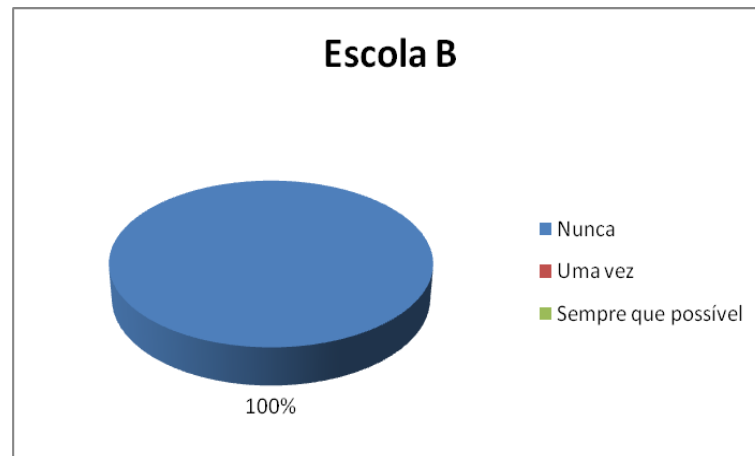
Fonte: pesquisa de campo da autora.

Gráfico 8B – Frequência de consumo de algum tipo de droga lícita entre os alunos da Escola B

Fonte: pesquisa de campo da autora.

Gráfico 9A – Frequência de consumo de algum tipo de droga ilícita entre os alunos da Escola A

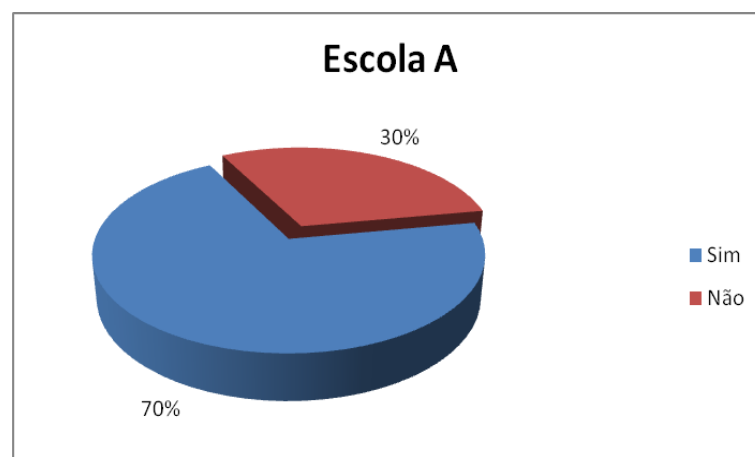
Fonte: pesquisa de campo da autora.

Gráfico 9B – Frequência de consumo de algum tipo de droga ilícita entre os alunos da Escola B

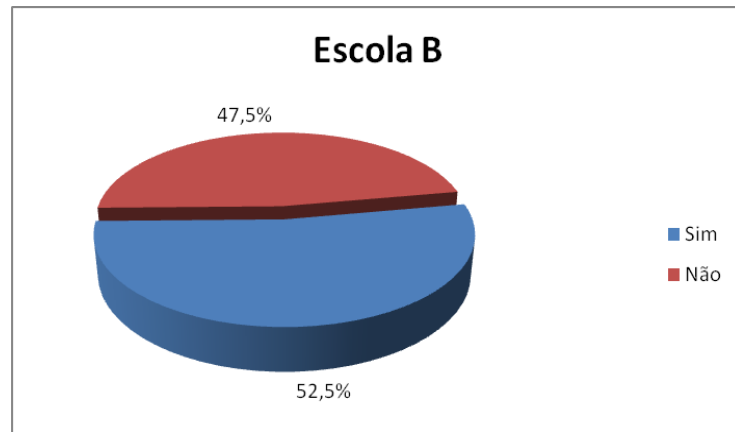
Fonte: pesquisa de campo da autora.

Sobre o uso de drogas lícitas, 65% dos alunos entrevistados da escola A disseram que nunca usaram; 22,5%, apenas uma vez e 12,5%, sempre fazem uso. Já os alunos da escola B foram unânimes em dizer que nunca fizeram uso de drogas lícitas. Quando perguntados aos alunos se fizeram uso de drogas ilícitas, a maioria dos alunos da escola A responderam que nunca experimentaram (87,5%) e 12,5%, apenas uma vez.

Na escola B, 100% dos alunos disseram que nunca utilizaram drogas ilícitas. Foi possível observar que os alunos das escolas A e B ficaram receosos em responder às questões sobre drogas, pois trata-se de um assunto que ainda não se deve comentar, mesmo em uma pesquisa.

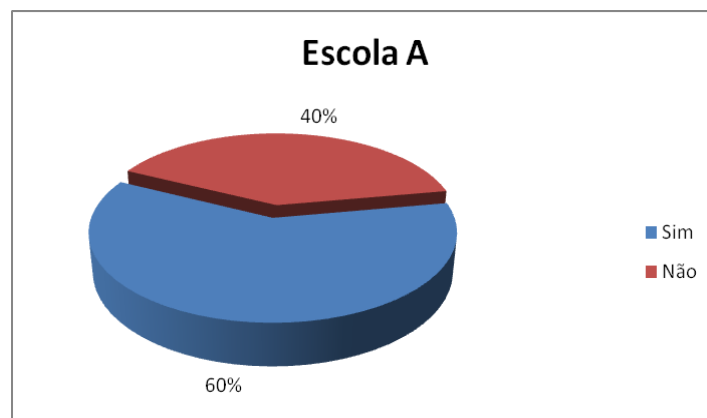
Gráfico 10A – Alunos que se sentem seguros na Escola A

Fonte: pesquisa de campo da autora.

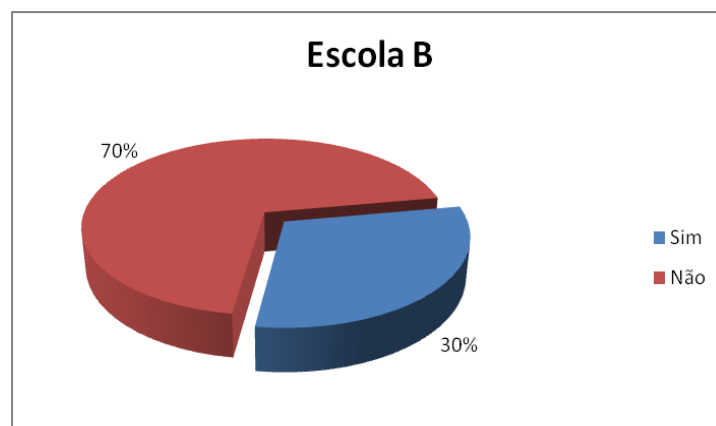
Gráfico 10B – Alunos que se sentem seguros na Escola B

Fonte: pesquisa de campo da autora.

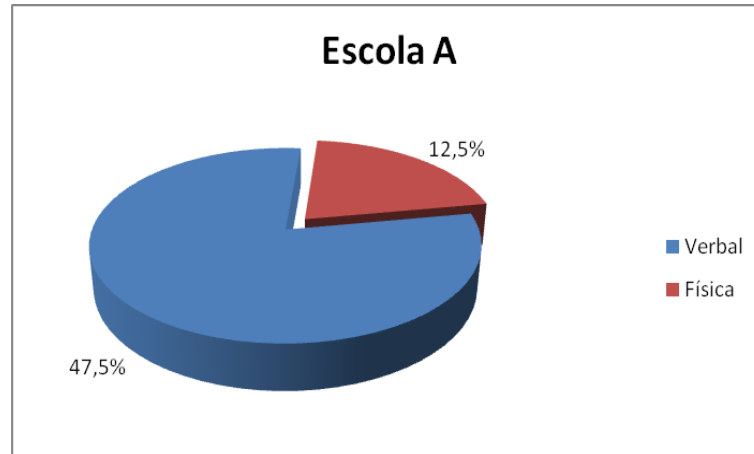
70% dos alunos da escola A se sentem seguros em frequentar a escola. Para 47,5% dos alunos da escola B, não há segurança no ambiente escolar. Os alunos da escola A são maiores, trabalham e estão mais acostumados a resolver seus problemas. Já os alunos da escola B são menores e vulneráveis aos conflitos que acontecem na escola, precisando da interferência dos adultos.

Gráfico 11A – Alunos da Escola A que já sofreram algum tipo de violência dentro da escola

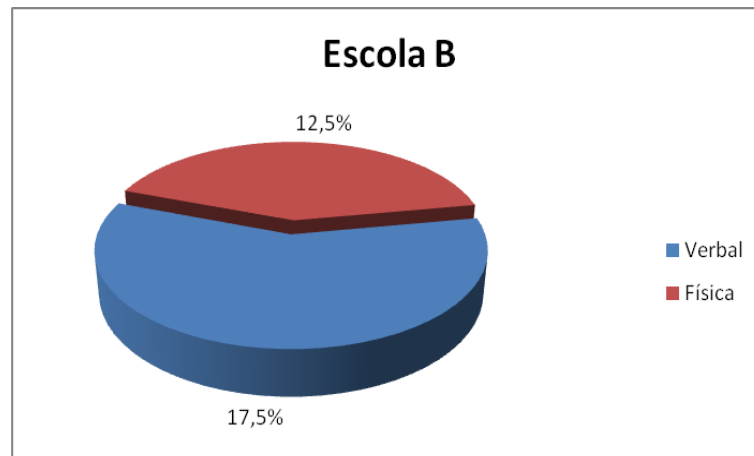
Fonte: pesquisa de campo da autora.

Gráfico 11B – Alunos da Escola B que já sofreram algum tipo de violência dentro da escola.

Fonte: pesquisa de campo da autora.

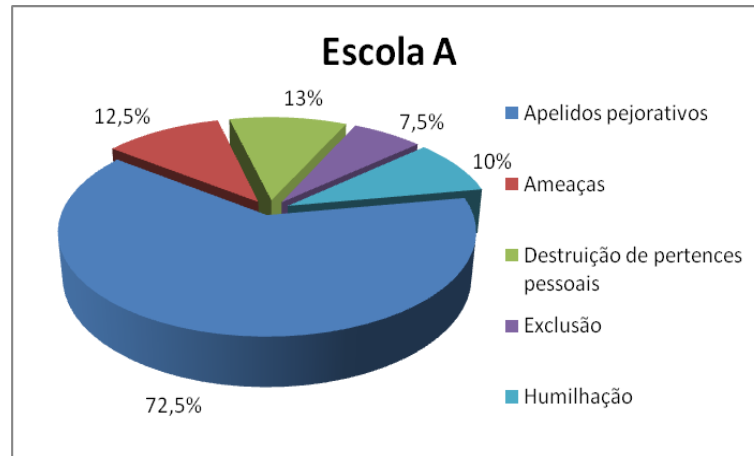
Gráfico 12A – Tipo de violência sofrida pelos alunos da Escola A

Fonte: pesquisa de campo da autora.

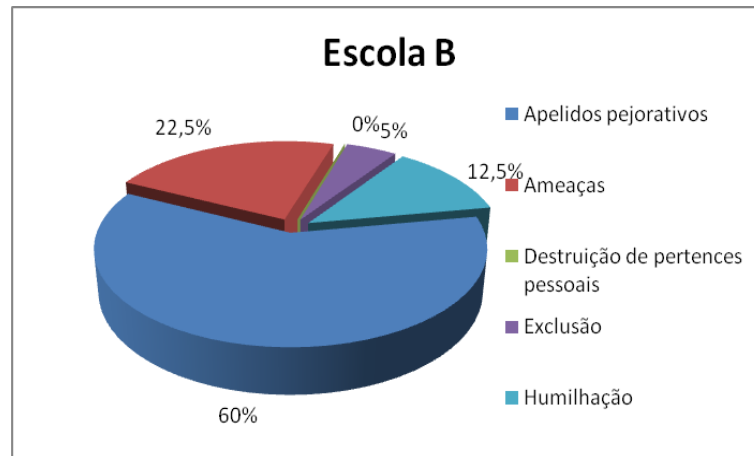
Gráfico 12B – Tipo de violência sofrida pelos alunos da Escola B

Fonte: pesquisa de campo da autora.

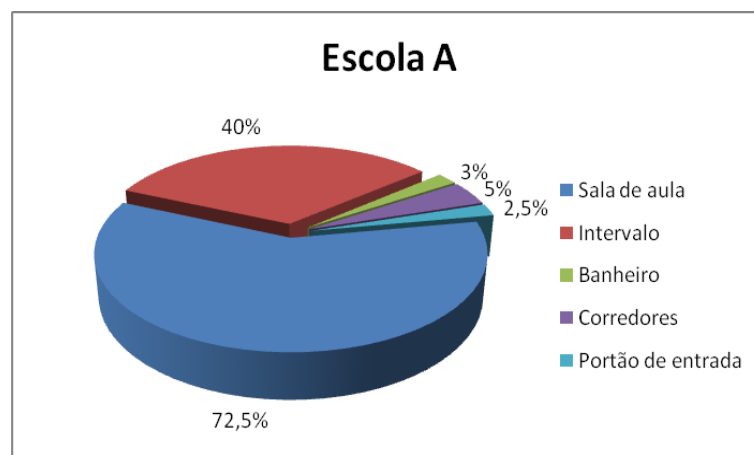
Perguntados aos alunos da escola A se já sofreram algum tipo de violência na escola e 60% disseram que sim, sendo que, desses alunos, 47,5% foram agredidos verbalmente e 12,5% foram vítimas de agressão física. Podemos perceber que é um número grande de alunos que já tiveram alguma forma de agressão, prejudicando muito as relações entre eles e com os professores. Como consequência, surgiram os problemas de aprendizagem. Na escola B, 70% dos alunos disseram não ter sofrido nenhum tipo de violência. Somente 17,5% sofreram violência verbal e 12,5%, violência física.

Gráfico 13A – Situações de violência sofridas pelos alunos da Escola A

Fonte: pesquisa de campo da autora.

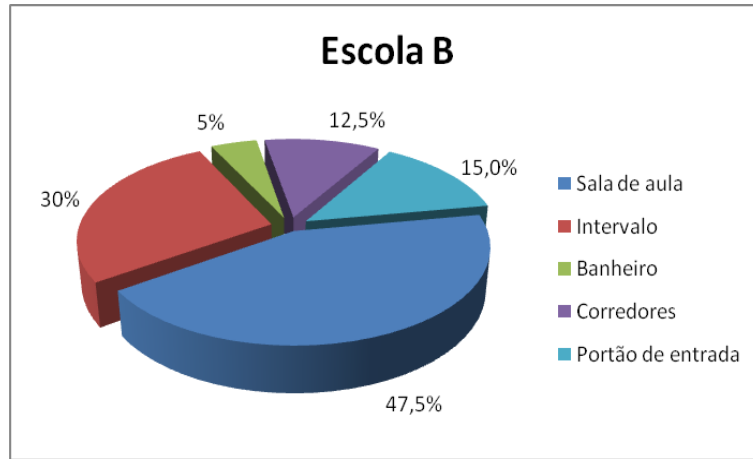
Gráfico 13B – Situações de violência sofridas pelos alunos da Escola B

Fonte: pesquisa de campo da autora.

Gráfico 14A – Local em que os alunos da Escola A passaram por situação de violência

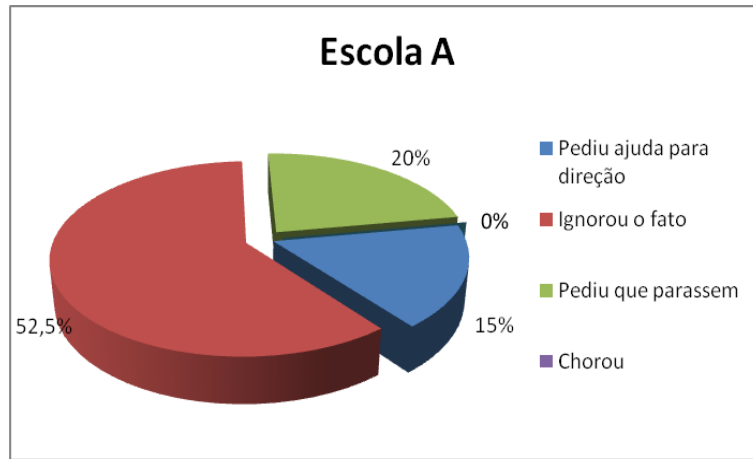
Fonte: pesquisa de campo da autora.

Gráfico 14B – Local em que os alunos da Escola B passaram por situação de violência



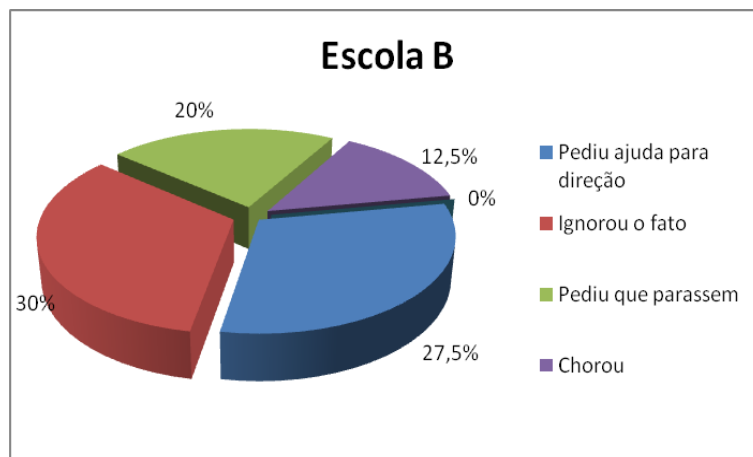
Fonte: pesquisa de campo da autora.

Gráfico 15A – Reação dos alunos da Escola A ao passarem por situação de violência



Fonte: pesquisa de campo da autora.

Gráfico 15B – Reação dos alunos da Escola B ao passarem por situação de violência



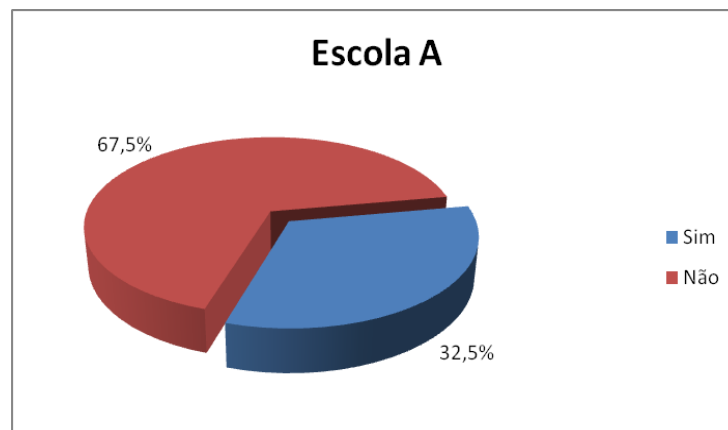
Fonte: pesquisa de campo da autora.

Ao fazer a análise do gráfico com as questões 13 e 14, observa-se que os alunos que, nas questões anteriores, disseram não ter sofrido violência, nas questões seguintes, revelam que já passaram por situações conflituosas. Para

72,5% dos alunos entrevistados da escola A, tiveram apelidos pejorativos dados pelos colegas, 12,5% foram ameaçados, 12,5% tiveram seus pertences furtados ou destruídos, 7,5% foram excluídos e 10%, humilhados pelos colegas. Nota-se que, quando expostos os problemas, os alunos se manifestam e é possível constatar que a maioria dos entrevistados já passou por situações em que houve constrangimento.

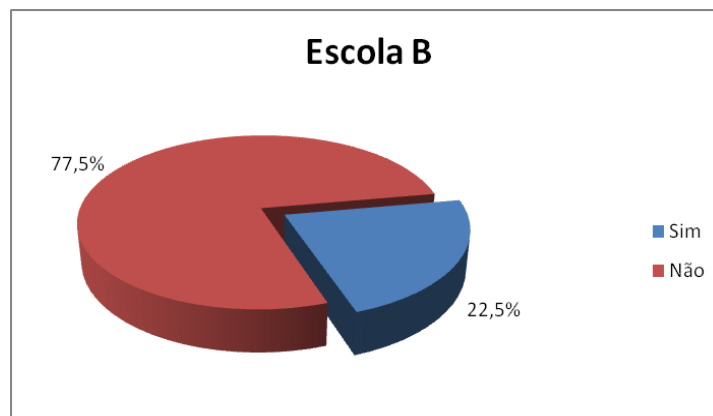
O local onde esses fatos aconteceram com a maior incidência foi a sala de aula (72,5%). Quando essas situações acontecem, 52,5% dos alunos não comunicam aos professores ou à direção. Eles preferem não se manifestar, pois sentem medo dos seus agressores. Na escola B, 60% dos entrevistados tiveram apelidos pejorativos; 22,5% sofreram ameaças; 5% se sentiram excluído e 12,5% foram humilhados pelos colegas. Nessa escola, há uma grande incidência de conflitos no intervalo (30%); na sala de aula, 47,5%, e podemos observar que são os espaços onde os conflitos mais se apresentam. Para 30% desses alunos, é melhor se abster, pois existe o medo do agressor; 27,5% disseram pedir ajuda para a direção da escola e 20% pedem para que os agressores cessem.

Gráfico 16A – Alunos da Escola A que já se sentiram agredidos por algum professor



Fonte: pesquisa de campo da autora.

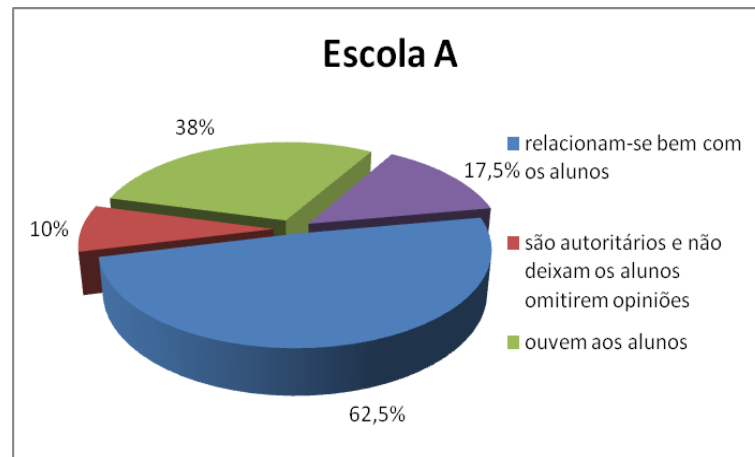
Gráfico 16B – Alunos da Escola B que já se sentiram agredidos por algum professor



Fonte: pesquisa de campo da autora.

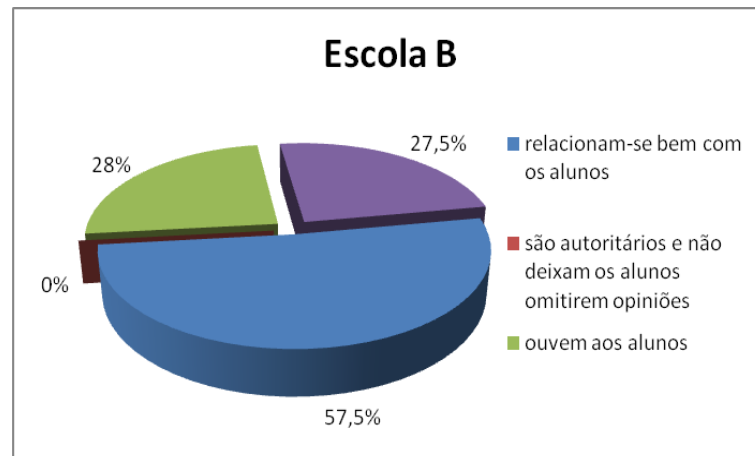
30% dos alunos da escola A e 20%, da escola B disseram que já se sentiram agredidos por seus professores. Podemos observar que os conflitos ocorrem de várias maneiras, com diferentes atores e no mesmo espaço: a sala de aula. São situações que desgastam, levando à apatia, tanto dos professores quanto dos alunos, e se refletem na aprendizagem, nos índices de evasão e reprovação dos alunos.

Gráfico 18A – Relacionamento dos professores da Escola A com os alunos



Fonte: pesquisa de campo da autora.

Gráfico 18B – Relacionamento dos professores da Escola B com os alunos

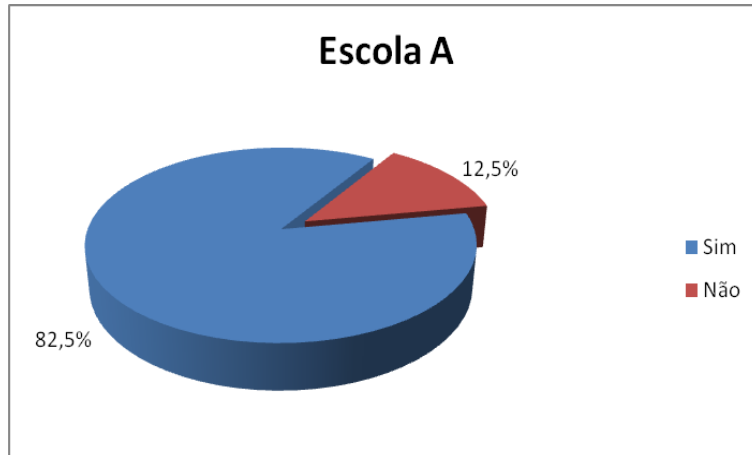


Fonte: pesquisa de campo da autora.

Perguntados aos alunos da escola A como se relacionam com seus professores, observa-se que para 62,5% há uma boa interação e que os professores autoritários, que não os deixam emitir opiniões, são minoria. Para os alunos da escola B, também há um bom relacionamento entre alunos e professores. Eles os escutam em suas necessidades e se importam com os problemas que os afetam. Por meio da pesquisa, nota-se que a relação entre os alunos e professores é muito

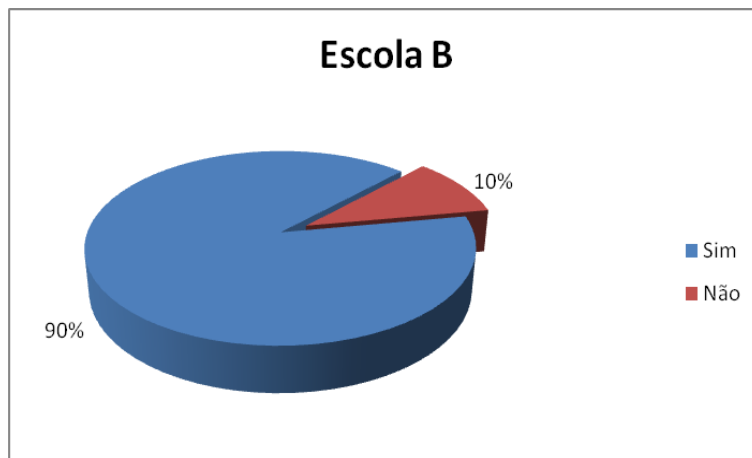
importante, pois, para esses alunos, o professor é autoridade, amigo e conselheiro. O professor é o elo entre escola e família, sendo a relação afetiva entre eles de extrema importância para o desenvolvimento afetivo, cognitivo e social do aluno com o seu ambiente escolar.

Gráfico 19A –: Presença do professor mediador na Escola A



Fonte: pesquisa de campo da autora.

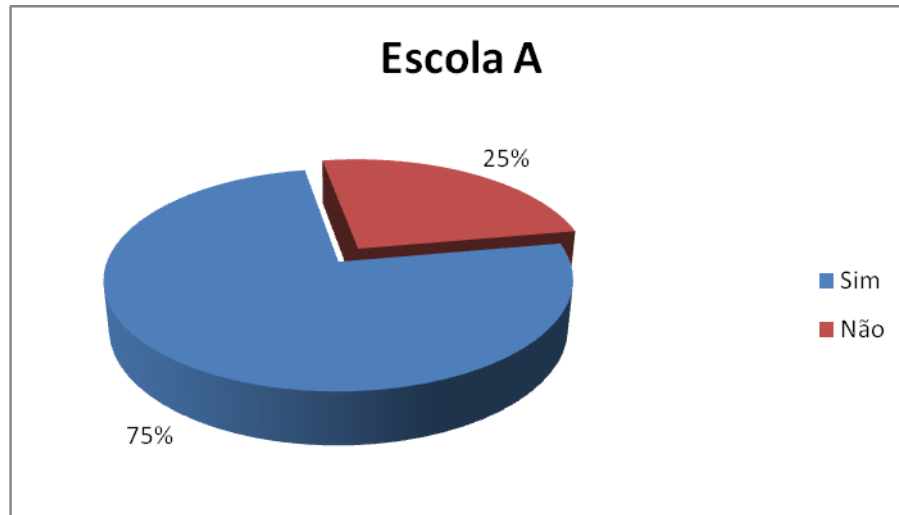
Gráfico 19B –: Presença do professor mediador na Escola B



Fonte: pesquisa de campo da autora.

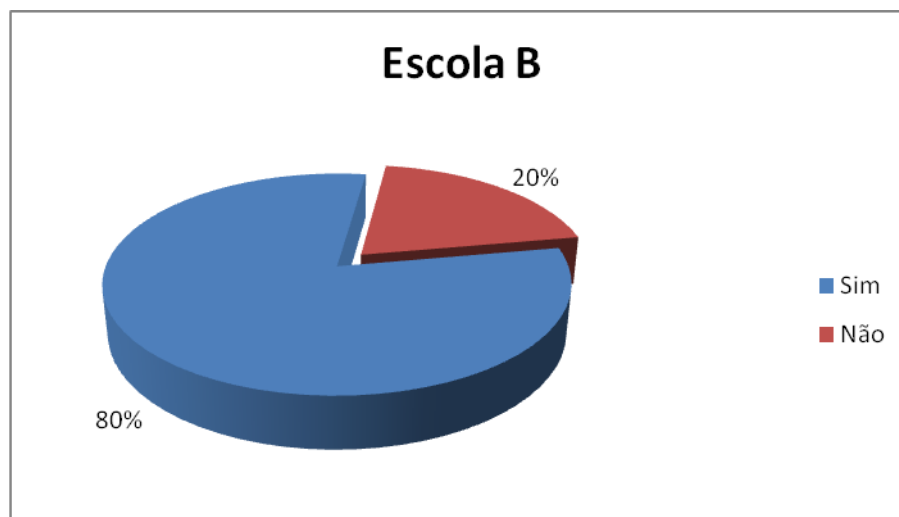
Ao fazer uma análise da questão anteriormente citada, sobre a existência do professor mediador nas escolas pesquisadas, percebemos que aproximadamente 90% dos alunos entrevistados conhecem o professor. Observa-se que a presença e a função que esse profissional desempenha são conhecidas pelos alunos, apesar do pouco tempo de atuação na escola.

Gráfico 20A – Crença de que o professor mediador faz diferença em relação aos problemas de conflitos e violências que acontecem na escola



Fonte: pesquisa de campo da autora.

Gráfico 20B –: Crença de que o professor mediador faz diferença em relação aos problemas de conflitos e violências que acontecem na escola



Fonte: pesquisa de campo da autora.

Os alunos da escola A e B acreditam que esse professor fez diferença na resolução dos problemas de conflito e violência nas unidades escolares. O questionário e a entrevista nos mostram como o professor mediador e comunitário está sendo importante em mediar os problemas que acontecem no cotidiano das escolas. Antes da sua chegada, os alunos contavam somente com a intervenção do diretor de escola, que muitas vezes, em suas atribuições burocráticas, nem sempre disponibilizava de tempo suficiente para intervir por meio do diálogo entre as partes envolvidas.

3.4 Vozes dos sujeitos

Esse tópico tem como objetivo dar voz aos alunos que, em muitos casos, são cerceados do direito de falar sobre os problemas de violência que os afligem dentro do espaço escolar. Os nomes dos alunos não serão identificados.

Um aluno da escola A revelou já ter sofrido vários tipos de violência na escola, tanto verbal quanto física, por parte de seus colegas e que isso é comum. Também já foi vítima de *bullying* por usar roupas de acordo com sua religião e se sente muito humilhado quando riem e fazem chacota dele. Também comentou que quando pede ajuda para a direção nem sempre é entendido porque já possui o estigma de ser briguento. O aluno diz também agredir para se defender e que, quando seus pais são solicitados a comparecer à escola, apanha em casa e escuta de sua mãe: “Prefiro ter um filho morto a ter um filho bandido”. Segundo o aluno, os pais não dão espaço para o diálogo, apenas o tratam com agressão. Ele diz que quando é agredido verbalmente ou fisicamente na escola, na maior parte das vezes, fica calado, porque pode sofrer represálias dos alunos na saída da escola. Para ele, ficar quieto é a melhor solução.

Com o professor mediador, ficou mais fácil de conversar, pois ele tem paciência para escutar, mas a diretora já opta pela suspensão.

Essa situação acontece porque o diretor de escola precisa estar o tempo todo preocupado com problemas administrativos, pedagógicos e burocráticos que existem na escola. O aluno em questão, apesar de estar presente na diretoria com frequência, mesmo após muito diálogo, não se mostra receptivo com as recomendações para melhorar seu comportamento. Cria-se então um desgaste entre eles.

Outro aluno da escola A também contou que o discriminavam em razão de sua condição social e que sempre o chamavam de “fedido”. Quando chegava à sala de aula, os colegas começavam a falar: “Que cheiro de gambá”, e mudavam de carteira. Isso foi se tornando frequente, até o dia que ele não suportou mais essa situação e saiu da sala. No pátio, ele foi visto pela diretora que quis saber o que estava acontecendo. O aluno disse que ela o levou até a sua sala e conversou muito com ele. Tratava-se de um caso de *bullying* e ela o orientou como deveria proceder a partir daquele dia, além de ter ido até a classe para conversar com os alunos e explicar as consequências à vítima e ao agressor do *bullying*. A partir desse dia, os alunos passaram a tratá-lo melhor.

Esse mesmo aluno relata: "Passaram-se alguns meses até que um aluno jogou um pedaço de lanche na minha cabeça dentro da classe e eu fiquei muito bravo, me sentindo humilhado. Então, saí da sala e chamei meu irmão, que veio com seus amigos e bateram no menino que jogou o pão. Foi a maior confusão e deu até boletim de ocorrência, com a presença de todos os pais dos envolvidos na escola, na sala da diretora, e houve suspensão". Segundo o relato do aluno, ele se sentiu vingado, pois não suportava mais ser humilhado. Podemos perceber que de vítima o aluno passou a ser agressor. Fazer sua própria "justiça", com o apoio dos irmãos e colegas mais próximos, é uma situação muito comum nas escolas.

De acordo com os entrevistados da escola A, quando perguntados se já sofreram algum tipo de violência no ambiente escolar, as respostas são unânimes em dizer que sim.

As violências relatadas pelos alunos são, na maioria das vezes, verbal e moral: xingamentos, palavrões, apelidos pejorativos, humilhações, exclusão e isolamento por parte dos alunos. As agressões físicas são em menor quantidade. Os alunos evitam brigar fisicamente dentro do espaço escolar porque serão punidos pela direção e pelos pais, que são chamados para comparecer à escola.

Na escola B, também foi realizada a mesma entrevista sobre os tipos de violência que os alunos sofrem no ambiente escolar. Veremos alguns relatos dos alunos entrevistados:

"Eu era tratado como um excluído, um aluno muito estudioso. Posso dizer que a sensação não é agradável, é como se o mundo se tornasse escuro e apenas um holofote ficasse sobre você enquanto 10.000 objetos o acertam". (Aluno do Ensino Médio)

O aluno relata que não pediu ajuda na escola e também não comentou com os pais. Para tentar solucionar o problema, ele disse que determinou metas como: "me tornei o melhor possível, melhor do que aqueles que me ofendiam e quebrei o estereótipo que atribuíam a mim".

Um aluno relatou que foi xingado de *gordo* por muito tempo e que também revidou, além de ter ficado com muita vontade de bater, mas não o fez por medo das punições. Ele também não comunicou ninguém na escola e em casa, porque sente medo de ter, além da agressão verbal, a agressão física, pois os agressores são vários. Ele afirmou "que a vítima fica quieta para não apanhar na rua". Disse se sentir muito triste e não tem vontade de ir para escola para não ser humilhado, e por isso falta muito, o que prejudica sua aprendizagem.

Outra aluna comentou que sempre é alvo de palavras cruéis: “gorda, cabelo duro e que não sabe ler”. O que mais a entristece é o fato de a dificuldade em ler aumentar quando é a professora a chama para fazer a leitura na sala de aula. Ela sempre recusa para não ser “gozada”, mas é nessa situação que os alunos mais a ofendem, chamando-a, aos risos, de “burra e analfabeta”. A professora já conversou com a classe, mas eles também não a respeitam.

Observa-se, também na escola B, que os comportamentos agressivos de alguns alunos vão se tornando comuns e que as punições como advertência e suspensão não resolvem os problemas em longo prazo. As medidas são imediatistas e paliativas, pois as “brincadeiras de mau gosto”, ou seja, o *bullying* por parte dos alunos, continuam prejudicando os alunos e fazendo suas vítimas. Segundo Koki, é necessário que fique claro que o *bullying* não é uma fase de desenvolvimento da criança ou um rito de passagem, mas um problema social sério que pode afetar a habilidade dos alunos e seu progresso acadêmico e social. (KOKI, 1999 apud CUBAS 2007, p. 205).

Verifica-se que o comportamento agressivo entre os alunos, o *bullying*, está muito presente nas escolas e que há a necessidade urgente de projetos que ajudem a minimizar o problema para a construção de uma sociedade menos violenta.

De acordo com os problemas aferidos no ambiente escolar, pedimos aos alunos que dessem sugestões de ações práticas que pudessem minorar os conflitos e violências que ocorrem nos espaços escolares. A seguir, elencaremos algumas das sugestões dadas pelos alunos pesquisados.

Para os alunos da escola A que frequentam o período noturno (ensino médio), as sugestões foram: a presença de um guarda civil dentro da escola para evitar os problemas de brigas e drogas; regras mais rígidas; Ronda Escolar na entrada e saída dos alunos; mais policiamento no bairro; muros mais altos; mais funcionários (inspetores de alunos); palestras sobre violência e *bullying*; mais diálogo entre alunos, professores e equipe gestora; presença dos pais com a direção na condução da resolução dos conflitos; menos alunos na sala de aula; atividades artísticas; jogos esportivos; profissionais mais preparados e presença do professor mediador mais constante nos horários de aulas.

70% dos alunos da escola B do período da tarde (ensino fundamental II) disseram que há a necessidade de muros mais altos. Assim, percebe-se a necessidade de se sentirem protegidos dentro da escola, pois possuem um entorno

violento e acreditam que a violência é de fora para dentro (exógena). Os alunos também solicitaram a presença constante da Ronda Escolar nos horários de entrada e saída para dar segurança para quem vem à escola. As atividades lúdicas e os jogos esportivos também foram muitos citados. A contratação de mais funcionários (inspetores de alunos) nos intervalos e nos corredores também foi sugerida. Nos intervalos, os alunos contam, na maior parte das vezes, apenas com a presença de um funcionário, o que dificulta muito a sua intervenção nos conflitos que acontecem.

Há um déficit muito grande de funcionários nas escolas estaduais, e um intenso clamor por parte dos diretores de escola para que o governo tome providências com urgência. Além disso, também é sugerida a organização de palestras sobre os problemas de violência e a presença constante do professor mediador nos períodos de aula.

De acordo com as sugestões dadas pelos alunos entrevistados para reduzir a violência que acontece dentro e fora das escolas, observa-se que eles se sentem inseguros e desconfortáveis com o ambiente que frequentam. Um dos itens mais solicitados é o reforço da segurança do espaço físico com muros mais altos e a presença constante da segurança pública (Ronda Escolar) nas entradas e saídas dos alunos. A presença da Ronda Escolar é muito deficitária, pois uma viatura atende doze escolas ao mesmo tempo, deixando a desejar a sua segurança.

Para eles, a violência é exógena e endógena, pois acontece fora e dentro da escola, como já citado pelos alunos entrevistados. Essa insegurança aumenta ainda mais o clima de conflitos e violência dentro das escolas, pois um olhar diferenciado, uma fala mais dura, uma indelicadeza ou uma incivildade acarretam agressões verbais e terminam em agressões físicas. Outro fator negativo é a falta de qualidade de ensino e comprometimento dos professores, que também se sentem inseguros para desempenhar suas funções.

Segundo pesquisas realizadas pela APEOESP (Sindicato dos Professores de Ensino Oficial do Estado de São Paulo) no ano de 2007, em que foi perguntado sobre a sensação de insegurança que alunos e professores sentem no espaço escolar, 47% dos entrevistados disseram que se sentem inseguros a ponto de deixar de ir à aula. Os entrevistados também foram questionados sobre as medidas que ajudariam na diminuição da violência nas Escolas: 78,4% sugeriram mais profissionais de suporte pedagógico (professor mediador); 77,8% mencionaram a redução do número de alunos por sala; 51%, a contratação de mais funcionários e 45% sugeriram investimentos em cultura e lazer.

Por meio dessa pesquisa, observa-se que os alunos sabem ou intuem o que é necessário para que haja uma redução dos problemas de conflitos e violência nas unidades escolares que frequentam. É preciso que todos cobrem dos governos mais investimentos na educação, com atitudes firmes e corajosas. Além disso, esses alunos devem estar comprometidos na busca de uma escola mais solidária e com uma aprendizagem de qualidade, sabendo lutar pelos seus ideais para que tenham a oportunidade viver numa sociedade mais justa e igualitária para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade de desenvolver esta dissertação foi de conceituar e analisar as diferentes formas de conflitos e violências que ocorrem na sociedade e os vários tipos de violência que afetam o ambiente escolar, com suas consequências para os atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, e também os fatores que influenciam negativamente as relações interpessoais e coletivas dos alunos, professores, funcionários e comunidade local.

A violência é um tema complexo e relevante e é atualmente recorrente na imprensa mundial, nas políticas públicas dos governos e uma das principais preocupações da sociedade. As pessoas se interessam por esse assunto visto que muitas também são vítimas de algum tipo de violência. Ela tem se tornado um flagelo que produz sofrimento, medo e danos na economia. Entretanto, a violência pode se dividir em modalidades: interpessoal, que ocorre entre indivíduos no âmbito familiar e pode envolver pessoas conhecidas ou não; coletiva, que se enquadra na exclusão socioeconômica, no racismo, na discriminação e preconceito de gênero, raça, cor etc.

Ainda há a violência doméstica e a violência de gênero, contra as mulheres; o crime de racismo, a homofobia e o *bullying* que, mesmo quando não revelados publicamente, são intensamente vividos. O preconceito leva à invisibilidade causada pela indiferença. O tráfico de drogas que intensifica a violência associada às práticas criminosas levando o medo dentro dos espaços escolares e desestruturando as regras de convivência de uma comunidade. A violência também pode ser física, verbal e psicológica, afetando todos os envolvidos, indiscriminadamente, que vivem e convivem em um grupo social.

Os conflitos e a violência podem assumir diferentes formas, por serem um fenômeno social dinâmico, mutável. Suas representações e sua significação passam por transformações dependendo do momento histórico, da localidade e do contexto cultural no qual os indivíduos estão inseridos. Quando essa violência acontece, há uma manifestação de relações desiguais que tem o objetivo de dominar, agredir fisicamente e emocionalmente alguém. Então, pode-se notar que as relações que são estabelecidas em uma determinada sociedade muitas vezes são marcadas por desigualdades de todas as naturezas.

A violência nas escolas é reflexo de uma sociedade violenta que não respeita os direitos individuais e coletivos de seus cidadãos. A violência que atinge as escolas atualmente pode causar em seus alunos vários problemas como traumas

emocionais, sentimentos de medo e insegurança, dificuldades de concentração nos estudos, repetência e evasão escolar, resultando no fracasso escolar.

As violências nas escolas podem se revelar de acordo com alguns aspectos como a violência exógena, que vem de fora para dentro da escola, ou seja, tráfico de drogas, pichação, depredação ou invasão de um grupo para brigar com alguém que está nas dependências da escola. A escola é invadida por uma violência que anteriormente acontecia apenas fora de seus portões. Já a violência endógena é aquela praticada pelo professor ou pela escola contra o aluno, ou seja, quando o professor não tem diálogo com os alunos, os humilha, coloca apelidos, não prepara a aula, se limita a passar apenas os conteúdos, utiliza-se de métodos de avaliação e de atribuição de notas que refletem preconceitos e estigmas etc. É a violência que acontece exemplificada no tipo de relacionamento estabelecido entre professores, direção e alunos. Além dessas, existe a violência à escola, relacionada às atividades institucionais e diz respeito à violência direta contra a instituição como depredação do patrimônio, vandalismo, roubos, furtos ou a violência contra aqueles que representam a instituição: professores, funcionários, equipe gestora. Podemos observar que a violência está presente nas escolas e se manifesta sob múltiplos aspectos.

Podemos citar outro tipo de violência, qualificado como um fenômeno mundial e que também ocorre nas escolas do Brasil, o *bullying*, que é um conjunto de práticas agressivas repetitivas que rompe com a normalidade do cotidiano escolar. A palavra é derivada do verbo inglês: *to bully*, que significa usar a superioridade física para intimidar alguém. Essa terminologia tem sido adotada em vários países para explicar todo tipo de comportamento agressivo, cruel, intencional e repetitivo inerente às relações interpessoais. Na França, comumente se usa o termo “violência moral”, enquanto no Brasil também tem se usado o termo “comportamento agressivo entre estudantes”. O *bullying* apresenta características próprias e não se deixa confundir com outras formas de violência, talvez a mais grave seja a propriedade de causar “traumas” ao psiquismo de suas vítimas e envolvidos. O *bullying* também pode se apresentar em vários contextos como: nas famílias, nos locais de trabalho (denominado de assédio moral), nos asilos, nas prisões, nos condomínios residenciais, enfim, qualquer lugar em que haja relações interpessoais.

Essa versatilidade de atitudes maldosas contribui não somente para a exclusão social da vítima, como também para os casos de evasão escolar,

repetência, desatenção, dificuldade de aprendizagem, abandono, entre outros. É necessário que as escolas desenvolvam projetos que estimulem a cultura da paz, que ensinem e pratiquem a tolerância, a solidariedade, o respeito às diferenças e capacitem os profissionais da educação para combater esse mal que prejudica as relações pessoais e contamina o processo educacional. O trabalho deve ser efetivo, contínuo, concomitantemente, as normas e regras das escolas precisam ser revisitadas se necessário a cada ano para se adequar às novas circunstâncias.

O desafio de uma sociedade democrática é garantir a igualdade de direitos, a convivência pacífica, participativa, partilhada e respeitada por todos. No ambiente escolar, em que as interferências são múltiplas, e podem comprometer o papel essencialmente pedagógico e social, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo cria o projeto do Professor Mediador e Comunitário para as escolas que apresentam problemas de conflitos e violência, localizadas em lugares com maior vulnerabilidade e risco aos alunos. Esse projeto necessita da disponibilidade colaborativa aos gestores, professores, pais e alunos com objetivo de buscar novos caminhos para transformar o cotidiano das instituições escolares e do seu entorno em espaços de aprendizagem de qualidade, na construção de cidadãos que saibam lutar por seus direitos, que correspondam com os seus deveres, e da responsabilidade partilhada da escola com as famílias.

O processo de mediação é utilizado em alguns países há algum tempo, e no Brasil ainda se constitui como um instrumento novo para as escolas. A mediação usa a interferência de uma terceira pessoa para ajudar os envolvidos em conflito a chegarem voluntariamente a um acordo. O mediador direciona duas ou mais pessoas na busca da resolução de um conflito. Este auxilia as partes, por meio do diálogo, a encontrar suas próprias soluções. O mediador ajuda a procurá-las, introduzindo, com suas técnicas, os critérios e raciocínios, decodificando-os, assim lhes permitindo um melhor entendimento de seus conflitos, pois o mediador tem um papel especial em decodificar o conflito e, num clima de respeito e confiança, tenta ajudar as pessoas a resolvê-los. No âmbito escolar, a mediação se inscreve como uma ação socioeducativa importante; os educandos aprendem a escutar, se comunicar, apresentar argumentos, avaliar soluções e alternativas, aceitar as diferenças do outro etc.

O terceiro capítulo foi realizado a partir de dados e relatos coletados junto aos componentes das equipes escolares — alunos, professores, diretores, coordenadores pedagógicos, funcionários e professor mediador. As considerações

apresentadas a seguir correspondem à representação sobre a violência escolar do ângulo da população que atua nas escolas e das experiências da exposição vivida na violência por parte daqueles que frequentam as instituições escolares pesquisadas, principalmente os seus alunos. Essas informações possibilitam alguns questionamentos sobre o problema e apontam semelhanças com os dados coletados nas próprias instituições de ensino.

As instituições escolares, sobretudo da rede pública, e situadas em bairros periféricos empobrecidos, são apontadas como um local onde não é mais seguro estudar e lecionar. Cria-se a imagem de uma escola na qual seria impossível qualquer ação educativa. Muitos alunos e professores relatam um sentimento de insegurança, atribuído à criminalidade existente nos bairros onde essas escolas estão situadas.

É possível observar o surgimento de formas de violência mais graves. As idades dos alunos envolvidos em casos de violência são cada vez menores, o que entra em conflito com o ideal de infância como o período de inocência. Outro fator preponderante é a ação de agentes externos que ocupam o espaço da escola com agressões geradas fora dela e a repetição e o acúmulo de pequenos casos de incivildade que, não necessariamente violentos, criam a sensação de ameaça permanente no ambiente escolar.

Porém, os dados que foram coletados e analisados nas escolas escolhidas para a pesquisa de campo mostram que as violências não são predominantemente de natureza criminosa. O que se percebe, em grande medida, são ocorrências mais sutis ou declaradas de intimidação, preconceitos, desrespeitos e *bullying*, que indicam problemas na própria dinâmica escolar e na ausência de atitudes que favoreçam as resoluções desses conflitos.

Quando perguntamos aos alunos o que poderia ser feito para amenizar a violência e aumentar a sensação de segurança nas escolas, algumas sugestões foram citadas como: grades e muros mais altos. Porém, para Cubas (p.136), em muitos casos, a adoção desses mecanismos indica o quanto é tensa para essas escolas a relação com o contexto em que se inserem. A resolução, segundo a autora, implicaria em ações conjuntas de diferentes áreas e esferas dos poderes públicos. Outra situação que foi muito lembrada pelos alunos é a presença da polícia dentro e fora das escolas, como a ronda escolar na entrada e saída. Se por um lado a presença policial traz certa segurança à escola, coibindo, por exemplo, brigas e ameaças, por outro, posturas autoritárias não contribuem para melhorar as relações

escolares, pois o uso da força, em vez do diálogo e do respeito, desconstrói a base para firmar o bom relacionamento e a convivência dos alunos nos espaços escolares.

Uma das alternativas para amenizar os conflitos e violência que ocorrem no ambiente escolar e no seu entorno é a aproximação da escola com a comunidade, quebrando as barreiras que as afastam. No entendimento da pesquisadora atualmente, as diferentes esferas de governos têm criado programas que incentivam o uso da escola pela comunidade. Essa iniciativa busca tanto aumentar a oferta local de atividades recreativas, culturais e de lazer como também diminuir a exposição da população à violência.

O governo do Estado de São Paulo tem como meta reduzir o índice de episódios de violência nas escolas estaduais de 62% para 52% até o ano de 2015. O projeto prevê ações para amenizar as situações de roubos, depredações, pichações e violência física contra alunos, professores e funcionários, além das brigas entre estudantes, num orçamento total de R\$ 573.578.940 para o período de 2012-2015. O dinheiro será usado em programas que promovam parcerias entre a escola, a comunidade e a sociedade civil. Entre as iniciativas, estão ações interdisciplinares de prevenção e proteção nas escolas, com encontros de formação de educadores, o projeto do professor mediador escolar que terá continuidade, o programa Escola da Família, que existe desde 2003 e mantém as escolas abertas à comunidade com atividades nos fins de semana. Os registros de violência usados como referência constam dos questionários (SARESP – Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar) de 2010, respondidos por 4960 diretores de escolas.

A escola deverá desenvolver um trabalho com estratégias pedagógicas que incentivem os alunos a participarem de maneira mais efetiva nos grêmios escolares, a participação dos pais e dos alunos nas assembleias escolares (conselhos de classe e séries, APMs) para o compromisso de ações conjuntas e a construção de pertencimento nas ações como protagonista dessa história e que justifiquem a escola como um local de compromisso com educação de uma sociedade, visando à construção de valores socialmente desejáveis, discutindo as diversas formas de exclusão, geradas pelas diferenças socioeconômicas, culturais e ideológicas.

Pode-se esperar então que as inúmeras tentativas à resolução dos conflitos (re) signifique a atuação dos atores em questão, não deixando de salientar

que esta dissertação possa vir a contribuir na buscas de soluções, avaliando e repensando a ordem da política educacional e socioeducativa.

Para finalizar, apesar de essa dissertação apontar importantes resultados sobre os problemas de violência nas escolas com a intervenção do professor mediador escolar e comunitário, é necessário que haja mais pesquisas que apontem os aspectos sobre os problemas de conflitos e violência que ocorrem no espaço escolar e que também possam acompanhar a evolução do trabalho do professor mediador nas escolas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Violências nas escolas**/Miriam Abramovay et al. Brasília: UNESCO Brasil, REDE PITÁGORAS, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

ABRAMOVAY, Miriam (coord.) **Cotidiano da escola**: entre violências. Brasília: APEOESP, Pesquisa Violências nas Escolas – Uma visão dos delegados ao Congresso da APEOESP-2007. Disponível em: <<http://.estadao.com.br>>. Acesso em: 03 maio 2011.

AQUINO, Julio (Org.). **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. 2. ed. São Paulo: Summus, 1996.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CECCON, Claudia. **Conflitos na escola**: modos de transformar: dicas para refletir e exemplos de como lidar. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

CHARLOT, Bernard. **A violência na escola**: como os sociólogos franceses abordam essa questão. Sociólogos, Porto Alegre, ano 4, nº 8, 2002.

CHRISPINO. A.; CHRISPINO, R. S. P. **Políticas educacionais de redução da violência**: mediação do conflito escolar. São Paulo. SP: Biruta, 2002.

CRISTÓFANO, S. L. C. **Família e escola**: educação para a verdade contra a violência. Revista de Ciências da Educação, UNISAL, Americana, Ano XI – nº 21, p. 39-54, 2º Semestre/2009.

ALVES, Renato, CUBAS, Viviane de Oliveira, RUOTTI, Caren. **Violência na escola**: um guia para pais e professores. São Paulo: Andhep: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

DEBARBIEUX, E.; BLAYA, C. (Orgs.). **Violências nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

EYNG, Ana Maria; GISI, Maria Lourdes; ENS, Romilda Teodora. **Violências nas escolas e representações sociais**: um diálogo necessário no cotidiano escolar. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v 9, n. 28, p. 467-480, set./dez. 2009.

FANTE, Cleo. **Fenômeno Bullying**: como prevenir a violência nas escolas e educar para paz. Campinas: Verus, 2005.

FREIRE, Isabel P; SIMÃO, Ana M. Veiga; FERREIRA, Ana S. **O estudo da violência entre pares no 3º ciclo do ensino básico - um questionamento aferido para a população escolar portuguesa**. Revista Portuguesa de Educação, p.157-183. Universidade do Minho, 2006.

MARTINS, M.T.S.L.. **Uma reflexão sobre a violência simbólica e a sua expressão na trajetória educacional de mulheres em idade avançada.** Revista de Ciências da Educação. UNISAL. Americana, SP – Ano XI – nº 21 – 2º Semestre/2009.

MICHAUD, Yves. **A violência.** São Paulo: Ática, 1989.

MOORE, Christopher W. **O processo de mediação:** estratégias práticas para a resolução de conflitos / Christopher W. Moore; trad. Magda França Lopes. _ 2. ed. _ Porto Alegre: Artmed, 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e Programa sobre uma Cultura de Paz.** Resolução aprovada por Assembléia Geral em 6 de outubro de 1999, nº 53/243. Disponível em: <<http://www.dgfdc.min-edu.pt/inovbasic/rec/dudh/documentos/declaração-paz.pdf>>. Acesso em: 16/09/2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Observatório de Violências nas Escolas.** Brasil, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde.** Disponível em: <<http://www.opas.org.br/cedoc/hpp/ml03/0329.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2010.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Disponível em: <<http://www.opas.org.br>>. Acesso em: 12 out. 2010.

ORTEGA, Rosário; REY, Rosário Del. **Estratégias educativas para prevenção da violência:** mediação e diálogo. Trad. Joaquim Ozório. Brasília: Unesco, UCB, 2002.

PEREIRA, M. **Violência nas escolas:** visão dos profissionais do ensino fundamental sobre esta questão. Ribeirão Preto, 2003.

RUOTTI, Caren. **Violência na escola:** um guia para pais e professores/ Renato Alves, Viviane de Oliveira Cubas. São Paulo: Andhep: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

SENGE, Peter. **Escolas que aprendem:** um guia da Quinta Disciplina para educadores, pais e todos que se interessam pela educação/ Peter Senge... [et al.]; tradução Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SILVA, Ana Beatriz B.; **Bullying:** mentes perigosas nas escolas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SILVA, Ana Beatriz B.: **Mentes perigosas:** o psicopata mora ao lado. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

SÃO PAULO (ESTADO). SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Manual de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania:** Sistema de Proteção Escolar, São Paulo, 2009.

SÃO PAULO (ESTADO). SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Caderno do Gestor:** gestão do currículo na escola. Secretaria da Educação; coordenação, Maria Inês Fini; equipe, Zuleika de Felice Murrie. – Edição especial. São Paulo: SEE, 2010.

SÃO PAULO (ESTADO). SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Normas Gerais de Conduta Escolar: Sistema de Proteção Escolar**. São Paulo, 2009.

SANTOS e T. T. (orgs.). **50 Anos Depois**: relações raciais e grupos socialmente segregados. Goiânia: Movimento Nacional dos Direitos Humanos, 2001.

SHILLING, Flávia. **A sociedade da insegurança e a violência na escola**. São Paulo: Moderna, 2004.

SPOSITO, Marília Pontes. *In*: **Um breve balanço da pesquisa escolar no Brasil**: Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência IV**. Brasília, 2011.